

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

MENEM:
O COMEÇO
DO FIM

CLINTON:
A ARROGÂNCIA
DOMADA

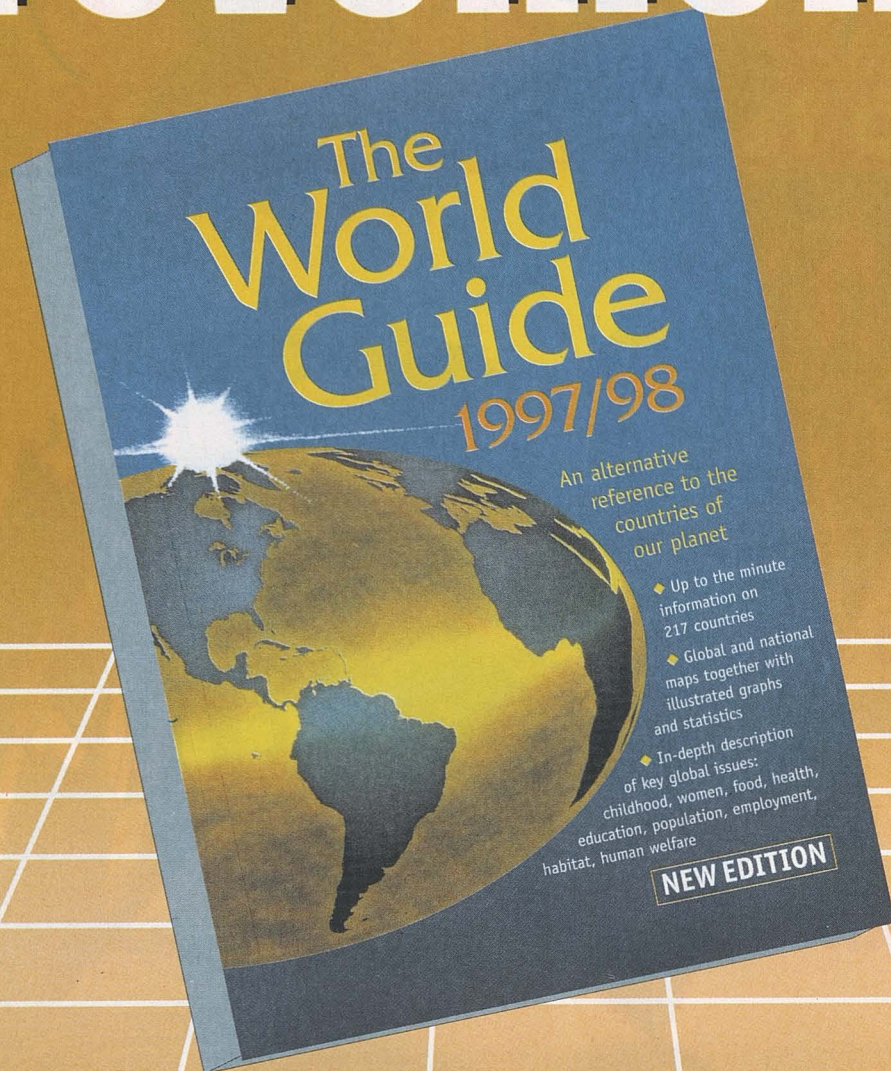
CRISE
DAS BOLSAS

QUAL SERÁ A PRÓXIMA?



A SAGA
DE CANUDOS

Brevemente



em português !

Editora Terceiro Mundo LTDA.

Depto. de Assinaturas: Rua da Glória, 122/ sl. 105 e 106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-180

E-mail: caderno@ax.apc.org / **Fax:** (021) 252-8455 / **Telefone:** (021) 221-7511

**EDITORA
TERCEIRO MUNDO**

DIRETOR FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA EXECUTIVA: Beatriz Bissio
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

**CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO**

ISSN 0101-7993 Nº 203 Novembro 1997

Publicação com informação e análise
das realidades dos países emergentes

DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORES: Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Beth von Zuben (Rio), Roberto Bardini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Valdenir Peixoto
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Sílvia Arruda (chefia), Marco André Balloussier, Mônica Pérez e Leila Câmara
ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno de Souza (chefia) e Sheila Cristina Massapust
FOTOLITO: Ace Pré-Impressão e Impressão Ltda
WEB: Macário Costa e Jefferson Toledo Barros
GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva
PUBLICIDADE: Cléber Saboya
Representante na Bolívia: Liliana Rodríguez & Marisol Corvera/ Av. Bolívar, 43 Puerto Suárez-Santa Cruz / Telefax: 00591 976 2191/2927
CIRCULAÇÃO: Francisco Távora Heitmann (Gerente)
ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora), Francisca Antonia, Sidnei de Souza; Carlos Alberto de Souza e Hilário Brambilla (circulação)
Tel: (5521) 221-7511 / Fax: (5521) 252-8455
PAGAMENTOS: cheque nominal e todos os cartões
E-mail: caderno@ax.apc.org

FOTOS: Agence France Presse (AFP)
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (Il-et-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS:

Amapá: Vilson Alves Serafim - (096) 241-3513 /
Bahia: Carlos Filho Rep. Ltda. - (075) 223-4109 /
Brasília: Ecomarka - (061) 349-8178 / **Espírito Santo:** A.R. Editorial - (027) 339-4992/340-2129 /
Maranhão: Cia da Criação - (098) 236-8731 /
Minas Gerais: SHS Representant.Ltda. - (031) 274-8600 / **Novo Hamburgo:** Com.Rep. Kuffner Ltda. - (051) 593-8465/3633 / **Paraná:** Nelson Friedrich - (041) 254-2384 / **Pernambuco:** Rosária M. Siqueira - (081) 453-4949 / **Rio Grande do Sul:** Editora Intermédio - (051) 227-1363/228-8545

DISTRIBUIÇÃO: Fernando Chingaglia - Tel: (021) 575-7766
NUMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquirilos diretamente na sede da Editora.

EDITORA TERCEIRO MUNDO

Rua da Glória 122, Grupos 105/106, Glória
Cep: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. PABX: (5521) 221-7511 / Fax: 252-8455
E-Mail: caderno@ax.apc.org
Internet: <http://etm.com.br>

ABRIL / MAIO - 199 Filial à **ANER**
Associação Nacional dos Editores de Revistas

**Ao
leitor**

Um momento delicado

Este número está recheado de assuntos de relevante interesse, que tornaram a sua preparação prazerosa e desafiadora. Quando estávamos já com quase todo o conteúdo editorial pronto, a crise das bolsas nos obrigou a reformular algumas páginas. O fenômeno mundial acabou ganhando contornos de tal gravidade que até nos levou a repensar a própria capa. Não torcemos para que a crise se aprofunde, mas ela é um dado da realidade e que para superá-la não de ser feitos não só sacrifícios, como opções políticas.

Alheio às contingências da vertiginosa atualidade, o tema do centenário da saga de Canudos conquistou, como fora pensado desde o começo, um número de páginas significativo, de acordo com a sua importância histórica e com as lições que deixa para o futuro. O fato de estarmos em novembro nos motivou a incluir um outro tema social do Nordeste, que têm aspectos em comum com Canudos: a peregrinação dos devotos do Padre Cícero, no Ceará.

Não poderíamos deixar de registrar a passagem do presidente Bill Clinton pelo Brasil, que motivou tanta polêmica na mídia. A fugaz convivência com o chefe de Estado da nação mais poderosa do Planeta foi mais instrutiva do que muitos livros dedicados ao tema para compreender a complexidade das relações com a superpotência.

A Argentina e os didáticos resultados do pleito de outubro também fazem parte desta edição, assim como temas africanos e asiáticos de importância e atualidade.

No fechamento da edição, a tristeza pela notícia do desaparecimento do embaixador Italo Zappa, um diplomata que fez da sua profissão um instrumento para a aproximação do Brasil com o continente africano - em particular com as jovens nações de língua portuguesa - e de abertura a países como China, o Vietnã e Cuba, com os quais o regime militar tinha cortado relações diplomáticas.

Mesmo no período da ditadura mais fechada, Zappa deu à política externa brasileira uma conotação de compromisso com o Terceiro Mundo que foi a marca do Itamarati durante longos anos.

Sumário

Novembro - 1997 - Nº 203 - Ano XXII

1 **AO LEITOR**

4 **CARTAS**

6 **PLANALTO**

9 **PANORAMA NACIONAL**

32 **ESPAÇO DO LIVRO**
Viagem no Texto: Reflexões de Sierra Maestra
Os diários de Che e Raul Castro

34 **CULTURA**
Música: O tão falado disco independente
Produzir um CD é fácil; complexo é o sistema de distribuição

36 **ENTREVISTA**
Ronaldo Sardenberg: "A idéia de mercado é excelente, desde que se tenha acesso a ele"
O Brasil está sendo desafiado a superar uma pesada herança social para entrar com o pé direito no próximo século

42 **PANORAMA INTERNACIONAL**

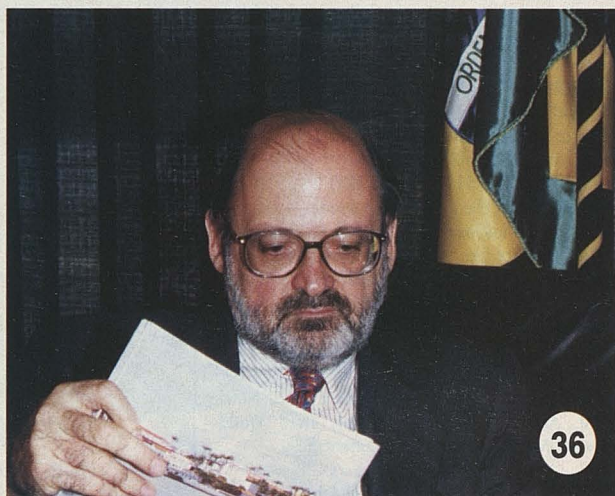
48 **DIPLOMACIA**
Viagem de Clinton: Obrigado, Mr. Clinton
A breve visita do presidente norte-americano ao Brasil pôs em evidência as imposições que, ao longo da história, têm caracterizado a atuação de Washington na América Latina

50 **O negócio é abrir mercado**
Giro do presidente norte-americano alcançou resultados diversos dos pretendidos

56 **TNP: Uma faca de dois gumes**
Ao subscrever o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, o Brasil estaria admitindo o cerceamento de seu desenvolvimento científico-tecnológico

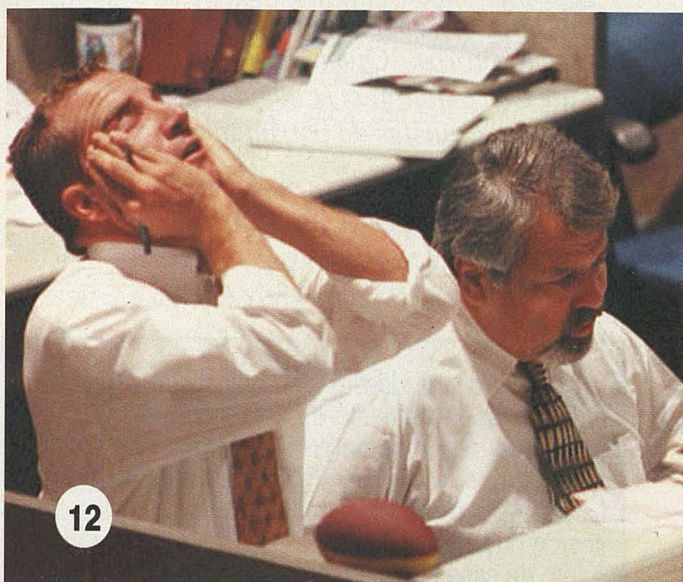
60 **AMÉRICA LATINA**
Argentina: Aliança derrota modelo neoliberal
A invencibilidade do peronismo foi desmentida

66 **AMÉRICA CENTRAL**
Honduras: Seres humanos como mercadoria
Exploração de trabalhadores gera bilhões para os mafiosos





18



12

HISTÓRIA

18 Messianismo/Saga de Canudos

Há cem anos, a população do Arraial de Canudos, falsamente estigmatizada como uma ameaça à República, era trucidada pelas tropas do Exército num dos episódios mais dramáticos da História

24 Desfazendo o 'hiato da história'

A existência no Brasil de sem-terra, sem-teto e um amplo leque de excluídos permite compreender a atualidade de Canudos

28 Padre Cícero

Outro fenômeno do beatismo brasileiro

MATÉRIA DE CAPA

44 Crise da Bolsa/ Mudança já

A crise da Bolsa de Hong Kong demonstrou a precariedade dos alicerces da política econômica brasileira

46 Governo sustenta política de risco

Na UTI do Real sofrerão ainda mais os que produzem e os que trabalham, mas ampliarão seus lucros os que atuam no cassino financeiro

ÁFRICA

67 Nigéria: Commonwealth decepciona

Países de língua inglesa não expulsam a Nigéria e frustram ONGs de direitos humanos

68 Opinião: O império do terror

A comunidade internacional não pode continuar fingindo que não sabe o que acontece no país

70 Angola: Acordo fica mais perto

A mudança no quadro geopolítico da África central tiram da Unita as últimas esperanças de sobrevivência fora do marco institucional

ÁSIA

72 Economia: Adeus ao milagre econômico?

As drásticas quedas nas bolsas obrigam a repensar o modelo implantado no Sudeste asiático

74 Índia/Paquistão: Da guerra ao diálogo

O exemplo da evolução das relações sino-americanas abre esperanças para a superação da disputa em torno de Cachemira

SOCIEDADE

76 Mulher: A ilusão perigosa do casamento estrangeiro

Prostituição e incertezas no exterior continuam a ameaçar mulheres

79 Oferecendo-se pela internet

Europeus e americanos querem casar com mulheres "tradicionais" da Ásia e da América Latina

PÁGINA ABERTA

80 Merece viver quem não serve ao lucro?

Ditadura disfarçada

Sou assinante de **cadernos** e gostaria de parabenizar toda a equipe pelo trabalho desenvolvido ao longo desses anos à frente desta que é uma referência nos meios críticos e democráticos de luta pela cidadania e justiça social.

Esta luta, neste momento, devemos desempenhar incansavelmente, demonstrando o nosso descontentamento por esse estado de desordem em que o país se encontra. As instituições que, historicamente, são os pilares de sustentação de uma nação forte e democrática estão corroídas pela corrupção e desmoralizadas ante a sociedade. Basta exemplificar com a crise do estado de Alagoas, que reflete toda essa situação.

A verdade é que estamos vivendo sob uma ditadura. Uma ditadura disfarçada de democracia, imposta por um governo antidemocrático que sequer abre espaço para se debater ou referendar temas tão polêmicos, como foi o caso da reeleição. Inegavelmente o Plano Real conseguiu baixar a inflação e estabilizar a economia (pelo menos até aqui, sustentado por gordas reservas cambiais e altas taxas de juros, atraindo capital especulativo), mas, do ponto de vista social, retroagimos no tempo, com perdas significativas para os trabalhadores e as classes despossuídas. Não é à toa que a economia informal tenha crescido tanto nos últimos anos.

A sociedade brasileira quer e precisa recuperar a confiança e a cidadania.

Adejara Gaia Cruz
Estudante de Economia
Universidade Federal do Pará
Belém - PA

Cuba

Recentemente, os países das Américas se reuniram em Belo Horizonte, tendo como tema a criação de um organismo comum de livre comércio. Todavia, o país anfitrião, rasgando as mais tradicionais posturas diplomáticas, não convidou uma das principais referências de resistência do mundo livre, Cuba. Esta é a prova cabal de que o nosso dirigente máximo, que num passado recente integrava o Conselho Editorial do jornal Opinião, esqueceu os seus ideais democráticos. "Quem te viu, quem te vê..." (de Chico Buarque) se adapta perfeitamente aos entreguistas do patrimônio nacional.

Sergio da Costa Velho
Por e-mail

ERRATA: Por um desses descuidos que acontecem em meio ao fechamento de uma edição, no número anterior de **cadernos** omitimos o crédito das fotos do especial do Ché Guevara, que é da agência Prensa Latina. A través da PELA também adquirimos os direitos de publicação dos textos de Casa das Américas. A foto de capa do Ché é a reprodução de um quadro do pintor cubano E. Yáñez.

Justiça e liberdade

Parabéns pelo número 200 de **cadernos do terceiro mundo**. Sou leitora da revista desde os primeiros números e ainda guardo no sítio exemplares de 20 anos atrás. São históricos. Desejo-lhe crescente sucesso no trabalho a serviço da causa da justiça e da liberdade.

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
São Paulo - SP

Impunidade no caso Galdino

O Conselho Indigenista Missionário, tendo conhecimento da decisão da juíza Sandra de Santis, presidente do Tribunal do Júri do DF e Territórios, que mantém a desclassificação do caso Galdino Pataxó Ha-Ha-Hae para crime de lesões corporais seguidas de morte e seu conseqüente encaminhamento a um juiz criminal singular, vem a público dizer que:

I - Embora esperasse o contrário, o Cimi não se surpreende com este resultado, uma vez que pode perceber, já nos fundamentos da decisão anterior agora mantida, suficientes evidências de parcialidade da juíza em relação ao caso, quando desconsidera todas as fartas provas testemunhais e periciais apresentadas pela acusação, para dar tratamento privilegiado à tese das defesas dos acusados.

II - A decisão da juíza Sandra de Santis lamentavelmente comprova a imensa, desnecessária e antidemocrática distância histórica e atual entre o Judiciário e a sociedade brasileira que tem reivindicado, no caso Galdino, a aplicação do direito constitucional de sua apreciação pelo júri popular, em respeito ao princípio da "dúvida, pela sociedade".

III - Esta decisão alimenta o sentimento generalizado da população de que, neste país, temos juízes tendenciosos, manipulados por setores poderosos e pela classe social a qual pertencem, que cuidam de proteger e aliviar possíveis penas de seus iguais, mesmo tratando-se de crimes hediondos.

IV - O Cimi mantém a esperança de que este erro seja corrigido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, segunda instância a apreciar o pedido de reforma da decisão da mencionada juíza, imprimindo-se, assim, na sociedade brasileira, o sentimento de que no Brasil a Justiça ainda pode ser resgatada, independentemente da classe social e poder econômico dos envolvidos.

Conselho Indigenista Missionário

INTERCÂMBIO

Migail Ricardo Reyes
Ricardo Gómez # 73 % 17421
Rpto Aleides Pinos

Holquín CP 80 200 - Cuba
Grisef Espinosa Gutierrez
Concepción # 161 % Diaz
Venite y Millar - Munp. Regla
Habana Cuba

Fábio Bardella de Freitas
Rua Amazonas, 886
C. Elíseos - 14080-270
Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil

José Mauro Guimarães de Jesus
Rua Noronha Torrezão, 407, BL 10,
apto 501- Santa Rosa - Niterói
CEP 24240-181
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Esteban Sanches Morales
Calle 30 E/ 23 y 25 # 2317
Caibarién, 52610, Villa Clara
Cuba

Waldimiro Lacerda de Souza Neto
Av. Conde da Boa Vista, 569, apto
801, Boa Vista - CEP 50060-002
Recife - PE - Brasil

Juan Fernández Gumã
C. Cienfuegos 64
54490 Cascajal. V.C. L.
Cuba

Marta Reyes Ruiz
Passiso suo # 14 % trejo y artime
Cumanayagua Cienfuegos
57600 - Cuba

Yoleines Cruz Rodríguez
Calle Línea # 541 % 36 y 42
Rpto Camilo Cienfuego
Bayamo Granma
Código Postal: 85100 - Cuba

Ivan Román Velazquez
Napoleón Diego Edif. I apto 5
e/ cienfuego y Paraiso
Cumanayagua, Cienfuegos
CP 57600 - Cuba

Memélia Moreira



Deputado Paes de Andrade

PMDB: candidato próprio

O presidente do PMDB, deputado Paes de Andrade (CE) já encomendou pesquisas nos diretórios municipais de seu partido, para saber se os peemedebistas concordam em lançar candidato próprio às eleições presidenciais ou se preferem apoiar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

Os primeiros resultados, com a resposta de Santa Catarina e Minas Gerais, animaram o presidente. Dos peemedebistas catarinenses, 75% querem o partido disputando as eleições de 98 com seu próprio candidato. Em Minas Gerais, o percentual dos favoráveis a um nome peemedebista é de 60%.

Paes de Andrade garante que o fenômeno se repetirá nos demais estados da Federação, porque esta será a fórmula para o partido "não se perder, mantendo seu espaço tradicional". Mesmo se Itamar Franco e o senador José Sarney (MA) desistirem da disputa, o PMDB pode escolher o nome do senador Roberto Requião (PR), que já está em campanha, fechando com 15 diretórios. Requião só não diz com quem já conversou, para "não municiar o inimigo".

Enganando o usuário

A regulamentação dos planos de saúde vai elevar o lucro das empresas do setor de R\$ 18 para 70 bilhões anuais e "legalizar o engano ao usuário". Estas foram as primeiras observações feitas pelo deputado José Aristodemo Pinotti (PSDB-SP), autor de emenda ao projeto de regulamentação. Sua emenda, rejeitada em plenário, previa a autogestão dos planos, demonstrando que até o tratamento odontológico poderia ser contemplado, por mensalidades de R\$ 40 a 60.

Revoltado com o texto que foi aprovado pela Câmara, Pinotti afirma que o Brasil inaugurou "um novo modelo, onde, apesar da CPMF e outros impostos pagos, cada um tem obrigação de prover saúde às suas próprias custas e a assistência médica passa a ser uma mercadoria para ser vendida de acordo com o poder aquisitivo das pessoas".



Deputado José Aristodemo Pinotti

Em sua crítica, Pinotti diz que o projeto aprovado informa que os mais pobres comprem um plano de referência, apenas com direito à assistência ambulatorial e hospitalar, "que é altamente excludente". A lei exclui também a inseminação artificial, transplantes, inclusive os renais, a oferta de medicamentos ambulatoriais. Com isso, alerta Pinotti, "não trata de Aids nem faz quimioterapia".

Túnel Rio-Niterói

O ministro Eliseu Padilha, dos Transportes, vai anunciar no dia 24 de novembro, durante seminário na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, a primeira medida em favor das alternativas de transporte para ligar o Rio de Janeiro às cidades de Niterói e São Gonçalo: o edital internacional que está sendo elaborado pelo BNDES, para o estudo de viabilidade do túnel submarino ligando as três cidades. A informação é do deputado Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ), que desengavetou este

projeto que vem desde a construção da ponte Rio-Niterói.

O deputado tucano disse que esta alternativa de transporte é uma das "maiores expectativas da população fluminense, porque vai beneficiar três milhões de pessoas". A construção está orçada, em princípio, em US\$ 5 milhões, com concorrência internacional. Depois da ventania que provocou oscilações na ponte - que os técnicos explicaram ser normal -, a questão do túnel, disse Ronaldo César Coelho, "tornou-se uma necessidade inadiável".

Campo preocupa

O presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP) decidiu criar um grupo de trabalho permanente para acompanhar os conflitos no campo, mostrando a "presença institucional do Legislativo junto às populações vítimas da violência".

A decisão foi tomada depois do recrudescimento das lutas pela terra em Pernambuco, notadamente na região conhecida como "Polígono da Maconha", onde, nos últimos dias de outubro, sete pessoas foram assassinadas. O grupo de trabalho será presidido pelo deputado petista Luís Eduardo Greenhalgh (SP). Segundo o parlamentar, a questão do campo passa a envolver também problemas do narcotráfico.



Deputado Greenhalgh

Direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados vai sediar, nos dias três e quatro de dezembro, o Encontro Internacional de Direitos Humanos do Mercosul, sob a presidência do deputado Pedro Wilson (PT-GO). Com a participação de parlamentares do Paraguai, da Argentina, do Brasil e do Uruguai, a pauta do encontro tem como pontos principais as questões trabalhistas, envolvendo migrantes da região, problemas carcerários e crimes de fronteira.

Indigestão de retórica

O deputado Nílson Gibson (PSB-PE) foi ao microfone da Câmara para apresentar informações sobre o crescente processo de queda da renda dos mais pobres. Em seu discurso, o parlamentar pernambucano apresentou dados estatísticos do Centro de Estudos Sindicais da Universidade de Campinas, mostrando que a relação entre os rendimentos dos 10% mais ricos do Brasil, em relação aos 50% mais pobres, cresceu nos últimos quatro anos. Em 93, a relação era de 3,5 vezes e hoje é de 4,1 vezes.

"O quadro é dantesco", disse Nílson Gibson, criticando o presidente Fernando Henrique Cardoso, que "insiste em dizer que o Plano Real melhorou a vida dos mais pobres quando, na verdade, o povo está tendo indigestão de retórica".

Cassinos via TV

A proliferação dos jogos e sorteios pela televisão já se tornou "caso de polícia". Esta foi a denúncia feita pelo deputado José Coimbra (PTB-SP), que encaminhou um pedido de informações ao ministro da Justiça, Iris Rezende, querendo saber quem são os envolvidos, qual o volume de dinheiro movimentado e qual a fiscalização do Estado sobre esta "modalidade de cassino".

Coimbra quer também que o ministro da Justiça compareça à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara para dar explicações sobre a proliferação dos jogos.

Nos Anais

Em pronunciamento no Senado, o senador Sebastião Rocha (Bloco-PDT/AP) comemorou a edição nº 200 de cadernos do terceiro mundo. A seguir, o pronunciamento do senador amapaense:

"Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. A revista **cadernos do terceiro mundo** publicou recentemente o seu nº 200, fato significativo que eu gostaria de deixar registrado nos Anais do Senado Federal.

Esta revista surgiu em Buenos Aires em 1974, editada por um grupo de jornalistas exilados ou em luta, nos seus países, contra regimes ditatoriais, como expressão dos movimentos de libertação e pela democracia que dominavam a cena política na América Latina, na África, no Oriente Médio e na Ásia.

Como era natural, cadernos sofreu com a repressão em vários países. Fundada em Buenos Aires, como disse, sua direção teve que se deslocar para o Peru e para o México e, com a anistia, em 1979, instalou-se no Brasil. Nesse período, aqui ganhou credibilidade e uma atenção especial dos seus leitores. Hoje é uma publicação prestigiosa, com expressiva repercussão em áreas representativas na sociedade brasileira. Ter alcançado marco tão significativo, como a edição de número 200, é motivo não apenas para as nossas congratulações, mas também para o reconhecimento pelo seu empenho em propiciar aos seus leitores análises justas e informações independentes e corretas do nosso país e do mundo."



Sebastião Rocha

A repercussão no Congresso da passagem de Clinton

"Foi uma visita um tanto confusa. E o que foi conversado entre os dois presidentes ainda precisa ser esclarecido. Não há muita crença, por parte da sociedade, sobre o que foi dito, principalmente sobre as declarações de "bater o martelo" na questão da Alca e do Mercosul."

(Senador Carlos Bezerra, PMDB-MT)

"É sempre importante uma visita dessa natureza. Os incidentes são de menor importância, sem relevância. Agora, vamos esperar os resultados práticos. Esperamos, no mínimo, abertura de mercado para nossos produtos."

(João Almeida, PSDB-BA)

"A visita não contribuiu em nada para a melhora das relações Brasil-Estados Unidos. Ao contrário, serviu para mostrar ao povo brasileiro a face arrogante dos donos do império."

(Mateus Schmidt, PDT-RS)

"Foi um grande desgaste para o presidente Clinton, porque consolidou nossa posição sobre a Alca. Para o Brasil, não houve nenhuma vantagem. Tudo permanece como antes."

(Aldo Rebello, PC do B-SP)

"Foi positivo da parte do presidente Bill Clinton reconhecer que o Brasil tem seu próprio ritmo na questão da Alca. Foi também positivo o reconhecimento do Mercosul como um fato de relevância para nossos países."

(Aloísio Ferreira Nunes, PSDB-SP)

"A burrada do embaixador americano, exagerando na questão da segurança, favoreceu Clinton, que cedeu na arrogância, dando lugar à humildade. Em relação à Alca e ao Mercosul, parece que foi positivo, apesar de eu não acreditar no que foi dito."

(Arnaldo Faria de Sá, PPB-SP)

"Do ponto de vista político, foi um referencial a ser desdobrado. Pela primeira vez, um presidente americano traz, em sua comitiva, um grupo de congressistas. Isto significa que os dois congressos devem agir para solucionar os contenciosos. Ficou claro, também, que temos muitos problemas que antes foram dissimulados. Do ponto de vista econômico, a visita mostrou ao mundo econômico que os Estados Unidos acreditam no Brasil."

(Benito Gama, PFL-BA)

"Nós entramos, mais uma vez, no jogo deles. Discutimos segurança. Não deixamos explicitado qual a agenda do país, a questão das tarifas e outros problemas que nos preocupam. A nossa ofensiva poderia ter sido a apresentação de nossa agenda de prioridades. Podíamos ter expressado nossa autonomia pelo lado ideológico, mas ficamos no debate periférico."

(José Genoíno, PT-SP)

"A visita foi marcada por uma grande preparação de marketing, para abrir caminho à Alca, para vencer as tensões contra a Alca. E o comportamento do embaixador Melvin Levitsky foi uma bem bolada estratégia de criar uma crise artificial, para depois ser resolvida pela simpatia de Clinton, que cumpriu bem seu papel de garoto-propaganda da Alca."

(Alexandre Cardoso, PSB-RJ)

"Há muitos anos, não vejo um resultado tão positivo para a relação dos dois países, o que demonstra a maturidade da nossa diplomacia. Apesar da pauta não ter sido extensa, a visita tornou-se um marco na relação dos dois países."

(Israel Pinheiro Filho, PTB-MG)

Caminhos próprios

A mudança de postura dos Estados Unidos frente ao Mercosul agradou a elite industrial brasileira, segundo comentou o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira. "O Brasil deve negociar com todos os países e blocos econômicos do mundo, e o Mercosul não deve ser questionado por isso", disse. Além do reconhecimento dessa realidade, o empresário acredita que a mudança de atitude do governo de Washington poderá permitir melhor diálogo comercial entre os dois países e levar à extinção ou redução das barreiras alfandegárias e não-alfandegárias impostas pelos Estados Unidos e que inviabilizam a venda de diversos produtos importantes da nossa pauta de exportações.

O presidente da Fiesp

destacou, ainda, que também a União Européia impõe diversas barreiras a produtos brasileiros, principalmente os agrícolas. Criticou o que entende como barreiras internas, que são os tributos que encarecem os produtos nacionais e afetam sua competitividade. Considera a reforma tributária urgente e também uma mudança completa na educação, sem a qual acha impossível superar a crise social e melhorar o padrão de renda nacional.

O peso do Mercosul na cena comercial internacional pode ser avaliado, segundo o industrial, pelo movimento nos últimos meses na própria Fiesp: por lá passaram, no período, os presidentes da França e do Líbano, Jacques Chirac e Elias Hrawi; os primeiros-ministros da Espanha e de Portugal, José Maria Aznar e Antônio Guter-

res, e outros representantes de governos.

"Isto significa que o nosso Mercosul, de 200 milhões de pessoas e numa posição estratégica importante, é um bloco atrativo. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai demonstraram que são capazes de responder aos desafios do comércio internacional, o qual começa a reduzir as distâncias entre o Norte industrializado e o Sul em desenvolvimento."

Os números indicam que a integração regional avançou, em poucos anos, com uma velocidade extraordinária: o Brasil vendeu aos seus parceiros de bloco, no ano passado, US\$ 7,3 bilhões e comprou US\$ 8,2 bilhões, um comércio superior aos US\$ 15 bilhões, quatro vezes mais que há quatro anos. De janeiro a julho, 16% das exportações brasileiras

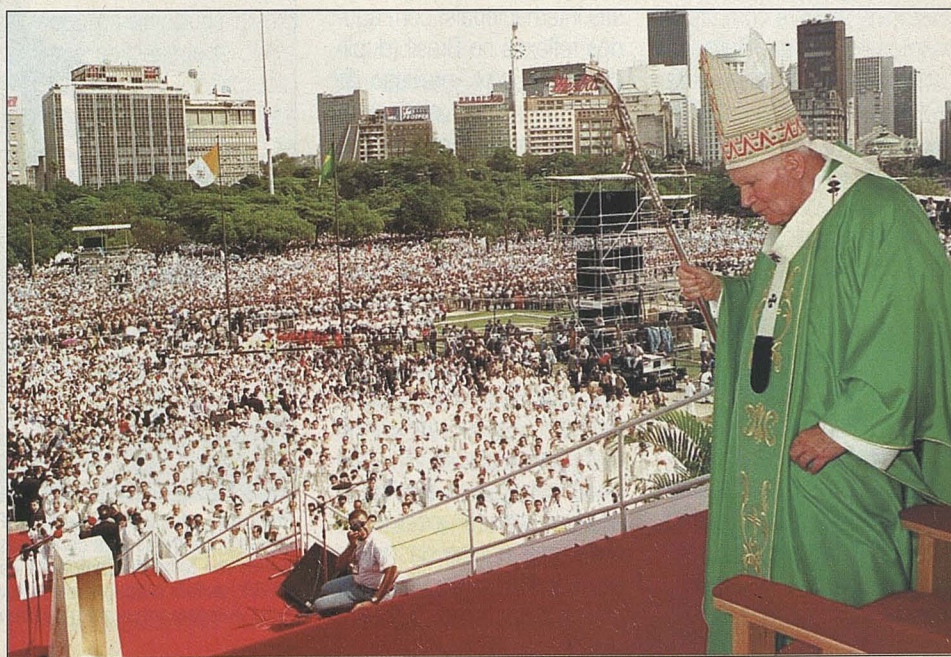
foram encaminhadas para os sócios do Mercosul.

"Estes números demonstram que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) só terá sentido se vier a dinamizar ainda mais este comércio", comentou o presidente da Fiesp.

Justificou a crescente aproximação do Mercosul com a União Européia pelo significado especial que reveste o diálogo: "A União Européia tornou-se o principal sócio do Mercosul em termos de comércio, cooperação e diálogo político. Já existe uma relação institucionalizada entre os blocos, falta apenas modificar as formas de intercâmbio entre os dois campos, o que envolve a superação da questão das barreiras alfandegárias e sanitárias."

Dessa forma, considera muito viável o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre a UE e o Mercosul.

Nesta foto de 5 de outubro, o papa João Paulo II celebra missa para os dois milhões de pessoas que se aglomeraram ante o altar armado no Monumento aos Mortos da Segunda Mundial, no Rio de Janeiro. Visitando a cidade para participar do Encontro Mundial das Famílias, o papa reafirmou a linha tradicional da doutrina católica sobre o tema e ressaltou a importância da vida familiar como base do equilíbrio pessoal e do desenvolvimento social harmonioso



Antologia

Um documento do pensamento político e econômico de um nome que se tornou símbolo das posições nacionalistas e da causa democrática é o livro *Antologia de Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos de vida lutando pelo Brasil*. Lançado pela Editora Paz e Terra, com apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Movimento de Defesa da Economia Nacional (Modecon) e pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), a obra retrata as principais teses que o centenário escritor, político e jornalista defende para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Da trincheira da ABI, que transformou em espaço de articulação pela redemocratização do país durante o regime militar, e de sua coluna dominical no *Jornal do Brasil*, onde defende suas posições, sempre com argumentos sólidos, Barbosa Lima Sobrinho aponta, para o desenvolvimento brasileiro, caminhos diferentes dos impostos ao país pelos seguidores do neoliberalismo. Um estudioso do Brasil e da cena mundial, é dos que crêem no futuro do Brasil, mas considera equivocado o caminho imposto ao país.

Sempre trabalhando com a comparação, condenou o surto de desenvolvimento construído sobre a política do endividamento externo, mostrando a experiência japonesa de crescer através das próprias forças

(Japão - o capital se faz em casa). A crise da dívida, nos anos 80 e as seqüelas que ainda se farão sentir por muito tempo provaram o acerto de suas análises.

A partir do início desta década, Barbosa Lima Sobrinho vem advertindo para os equívocos das receitas do neoliberalismo, seguidas pelos últimos governos brasileiros.

Desnacionalização, ausência de critérios estratégicos nas desestatizações, déficits comerciais crescentes como política, dependência cada vez maior em relação a capitais especulativos internacionais, agressiva insensibilidade social - estes são aspectos que a argúcia e a experiência do velho homem público avisam, a cada semana, como a receita com que o governo poderá inviabilizar o Brasil.

A recente crise das bolsas internacionais, com agudos reflexos no Brasil (duplicação de juros, previsão de maior recessão e desemprego ainda mais intenso, queda no crescimento econômico e reconhecimento oficial de que a economia do país e o Plano Real estão atrelados aos movimentos externos do capital especulativo), mostrou, mais uma vez, o acerto de seus argumentos. O país, que sonha alto para o século XXI, não pode entregar-se algemado aos interesses externos - seria uma síntese das teses do cidadão centenário, que ensina patriotismo.



Ventos de mais de 150 quilômetros levaram Itaqui (RS) à destruição, deixando 6 mil desabrigados. Outro vendaval derrubou torres de energia de Itaipu, obrigando a racionamento temporário no Sudeste. As surpresas do tempo não acabaram, pois o fenômeno El Niño continua



Presos da cadeia de Pinheiros (SP), rebelaram-se mais uma vez, em protesto contra as más condições carcerárias. A crise do sistema penal brasileiro - tema da Campanha da Fraternidade de 1997 patrocinada pela CNBB - reflete o aguçamento da crise social, em que educação precária, fome e desemprego marginalizam e provocam a violência e o crime

Apoio à reforma agrária

Se a União Européia topar, a reforma agrária no Brasil pode receber um grande alento e ver os assentamentos rurais florescerem. O plano parece simples e foi apresentado à UE pelo presidente do Incra, Milton Seligman: os produtos originários dos assentamentos de reforma agrária seriam identificados por um selo especial e teriam facilidades para entrar no mercado europeu. Assim, os europeus, que quebraram a cabeça com a reforma agrária nos séculos XVIII e XIX, estariam dando uma força para a racionalização fundiária brasileira às vésperas do século XXI, ao mesmo tempo lançando os assentados - saídos diretamente de uma situação medieval - na corrente global do comércio de exportação.

Do lado brasileiro, haveria ainda outra vantagem: colocar na Europa produtos agrários nacionais, exatamente um tipo de mercado que os europeus mais taxam para proteger seus próprios agricultores.

A idéia é engenhosa. O selo da solidariedade permitiria que os produtos oriundos dos assentamentos fossem incluídos no Sistema de Preferências do comércio importador europeu, que já beneficia algumas nações da África e do Caribe.

Se os europeus não toparem, ficarão numa situação incômoda, pois andaram pressionando o governo, através de manifestos de personalidades e pela recen-

te concessão do Prêmio Rei Balduino ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A primeira reação brasileira à simpatia européia pelo MST partiu do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi curto e um pouco grosso, embora, na essência, tenha fugido do problema. Disse que a suspensão das pesadas barreiras do bloco a produtos agrícolas nacionais seria uma ajuda mais eficiente ao campo brasileiro do que manifestos e pressões.

O desabafo presidencial acertou na questão das barreiras, mas errou no resto, porque a reforma agrária jamais será dinamizada com a simples abertura do mercado de fora. Não são barreiras externas que bloqueiam a racionalização do campo.

A segunda reação foi esta apresentada por Seligman, mais fria e racional, e colocou os europeus diante de uma solidariedade direta e imediata aos assentados. A proposta teve o apoio até de Pedro Camargo Neto, da Sociedade Rural Brasileira.

Se os assentamentos furarem as barreiras da UE, Pedro Camargo Neto acredita que poderá desencadear um processo que permitiria quase dobrar as exportações brasileiras de grãos para aquele bloco. As chances não são das menores. Afinal, o mecanismo sugerido já é praticado com agricultores da própria Europa e ajuda uma colônia agrícola chilena, que exporta para a



Mudança imprescindível para a harmonia do desenvolvimento brasileiro, a propriedade agrária para milhões de lavradores deslocados ainda é negada, fruto de um tabu político de fundo colonial

Alemanha com os benefícios sugeridos.

Mas há problemas concretos: a legislação européia considera o Brasil industrialmente avançado e, portanto, inadequado para receber ajudas especiais.

Não levam em conta as duas épocas históricas antagônicas que convivem no país e que produzem o conjunto de mazelas de que o velho continente se livrou há muito tempo. Mas, quem sabe? Diminuirão os manifestos ou se produzirá a solidariedade comercial?

Goiânia, dez anos depois

O acidente radiativo de 1988, em Goiânia, motivou a realização de um ciclo de debates no Centro de Cultura e Convenções da capital de Goiás. Especialistas nacionais e internacionais discutiram avanços da legislação nuclear e do controle de fontes radiativas, com o objetivo de evitar acidentes como aquele de 1988.

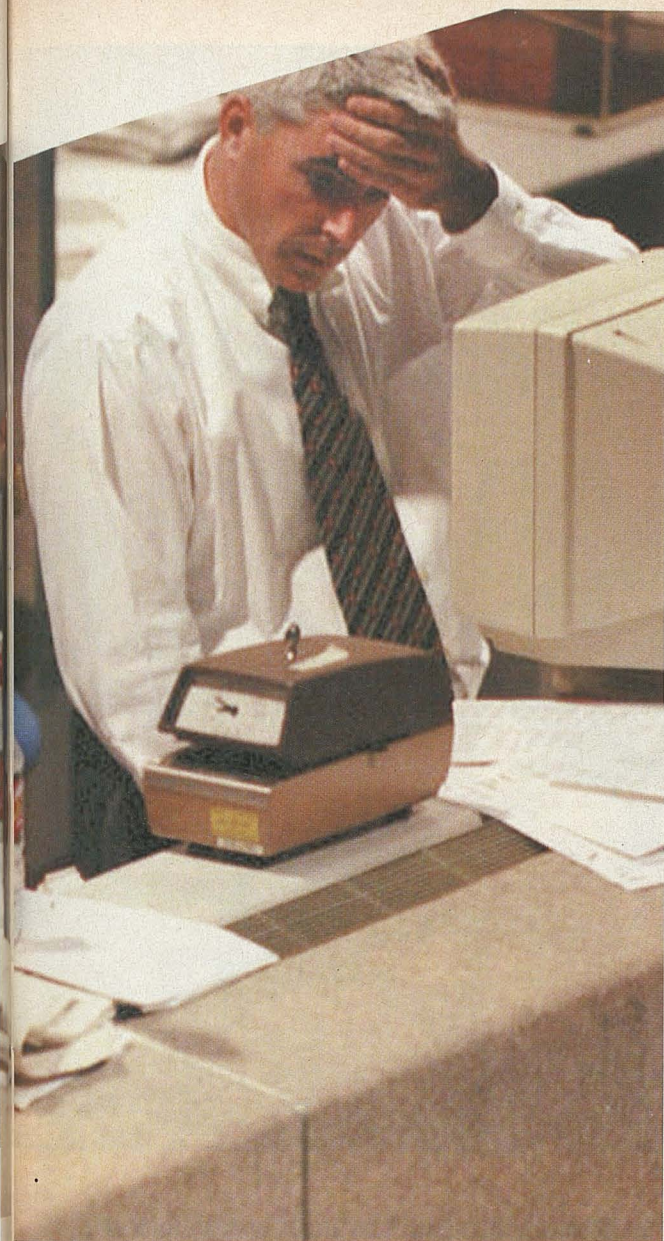
O encontro permitiu que os convidados internacionais verificassem o depósito definitivo dos rejeitos, inaugurado há cinco meses em Abadia de Goiás, no Centro Regional de Ciências Nucleares.

Mudança *já*



A crise da Bolsa que se iniciou em Hong Kong demonstrou a precariedade dos alicerces da política econômica brasileira

Embora não haja cifras oficiais a respeito, presume-se que o rombo deixado pela crise da bolsa de Hong Kong alcança, no Brasil, os US\$ 10 bilhões. O governo, para enfrentar essa situação dramática, tomou as medidas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e outras instituições congêneres: dobrou os juros e recorreu a iniciativas de emergência, tentando reter o capital estrangeiro. O custo da derrocada foi debitado à população, através da alta dos preços e da queda do poder aquisitivo, com mais inadimplência e desemprego.



Nenhuma medida desse tipo do Banco Central será capaz de retirar o Brasil da área da crise. Tem um caráter estritamente temporário, transitório, precário.

Nada impede que, três, seis meses, um ou dois anos depois, não sejamos confrontados pela recaída em crises ainda mais graves, sem sequer poder recorrer ao recurso de remédios heróicos e amargos como os atuais.

O governo não anunciou qualquer medida que modifique sua política de deixar a estabilidade econômica - que todos desejamos - na dependência da especulação financeira. O país continuará dependente dos especuladores.

Tanto o presidente Fernando Henrique como o ministro Pedro Malan fizeram apelos à Oposição, para que apóie as medidas de exceção tomadas para enfrentar a situação. Mas ambos consideram que o modelo neoliberal, que levou o país à crise, está correto e não dão sinais de querer mudá-lo.

A Oposição vem exigindo há tempos a mudança do modelo, denunciando a sua natureza perversa e aventureira e exigindo rumos diferentes para a nossa política financeira.

O que se passou - e está passando - exige essa mudança, sem a qual seria impossível aos partidos oposicionistas modificar sua posição. E foi isso o que deixaram claro os seus líderes.

O governo continuou ensejando o sucateamento da nossa indústria, a liquidação da nossa agricultura, escancarando as portas do país à invasão desordenada de produtos estrangeiros, leiloando o patrimônio nacional, baseando o equilíbrio das contas externas no capital especulativo.

O que aconteceu nessas últimas semanas foi uma crise anunciada e o episódio deve ser encarado apenas como uma advertência do pior que pode estar por vir.

O presidente Fernando Henrique vem acusando a Oposição pela crise, por não ter votado as reformas. Eis três razões que invalidam sua acusação: a) o governo, até então, nunca se preocupou em mobilizar sua base no Congresso em favor das reformas. Só o fez uma vez - e como o fez! - na emenda da reeleição; b) a Oposição tem todo o direito de combater as reformas, pois são drasticamente lesivas aos interesses dos setores populares a que se destinam; c) inúmeros analistas independentes consideram que seria irrelevante a contribuição das reformas à estabilidade financeira.

O problema central da nossa economia não está nas reformas, mas no modelo de política financeira, baseado na dependência externa e na especulação internacional.

Assim, quem deve mudar de rumo é o Governo e não a Oposição.

E enquanto é tempo. Se o fizer, não será necessário pedir apoio à oposição, que terá plena compreensão dos seus deveres e responsabilidades para com o país. (Neiva Moreira) ■

A crise que afetou o Real

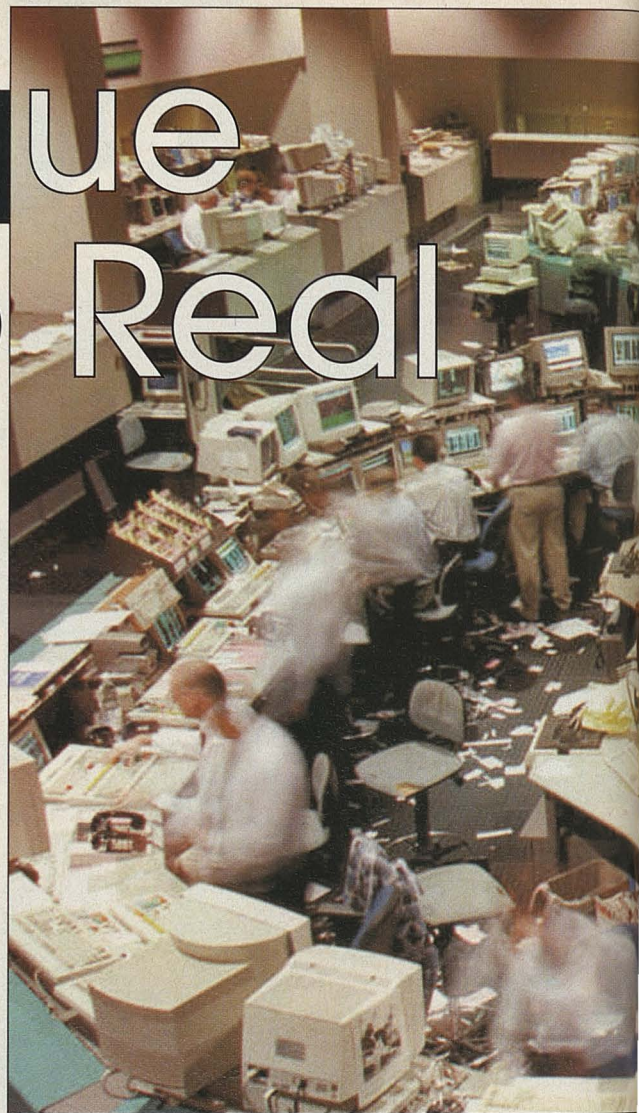
Sofrerão ainda mais os que produzem e os que trabalham, mas ampliarão seus lucros os que atuam no cassino financeiro

Procópio Mineiro

A elevação mensal dos juros em quase 100%, passando de 1,58% a 3,05% (de 20,69% ao ano para 43,4%), definida pelo Banco Central em consequência da queda das bolsas, vai penalizar a indústria, a agricultura, o comércio - com reflexos negativos para os trabalhadores - e melhorar ainda mais a lucratividade dos especuladores e do ramo financeiro.

"Foi uma bomba e todos vamos sofrer com isso", definiu para a imprensa o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Nicolau Jeha. Esta foi uma percepção que o setor financeiro ignorou, pois como disse o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Setúbal, "o Banco Central, ao elevar as taxas de juros, pôs ordem no mercado".

O setor financeiro em peso saiu a campo para elogiar o "pulso firme" das autoridades



monetárias, que "enfrentaram os especuladores". Nesse enfrentamento, porém, as autoridades monetárias garantiram aos especuladores ganhos futuros ainda mais fartos, um atrativo para que continuem com seu capital escorregadio na economia brasileira - única forma de o governo equilibrar as contas do país e tapar o buraco dos déficits continuados e crescentes, segundo opinião de críticos do modelo adotado.

E para mostrar que os ganhos futuros serão compensadores, por conta do novo patamar dos juros, as autoridades monetárias atenderam à gula especulativa com US\$ 8 bilhões das reservas cambiais, em quatro dias. E garantiram ter mais - pelos menos até o limite dos 50 bilhões que restaram -, se a instabilidade emocional dos investidores assim o exigir. Além disso, no



esforço de equilibrar as cotações nas bolsas ou reduzir a queda, os fundos de pensão das estatais foram levados a perder US\$ 10 bilhões.

Ao fecharmos esta edição, as bolsas do Rio e S. Paulo sofriam grandes baixas, ante a falta de investidores dispostos a arriscar seu dinheiro nas ações brasileiras.

Segundo cálculos de especialistas, o investidor especulativo passará a ter ganhos anuais calculados em 35%, bem mais que os 10% que já eram considerados muito bons, mas que não evitaram o movimento de fuga. Com os rendimentos de 35%, por quanto tempo mais confiarão, antes de serem acoados por novos medos ou por uma gula percentual maior?

São dúvidas irrespondíveis no momento, mas que os descrentes da política econômica

Governo e Oposição, óticas diferentes

O presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua primeira entrevista coletiva depois de deflagrada a crise das bolsas de valores, disse que o "governo não vai conseguir manter a taxa de juros no nível atual" por muito tempo. Paralelamente, deixou claro que, mesmo com a disposição de baixar os juros, "não mudaremos a nossa política cambial. Na Ásia, os países que fizeram isso (desvalorizaram a moeda) acabaram, no final, aumentando suas taxas de juros..."

Sobre recessão, o presidente argumentou que "não se deve tapar o sol com a peneira, uma taxa de juros elevada tem consequências negativas... mas não haverá recessão nenhuma, porque nós estamos tomando as medidas necessárias tanto para diminuir as taxas de juros como medidas anti-recessivas." Os cortes e os gastos também foram comentados: "O nosso orçamento já é muito austero... em primeiro lugar, não podemos fragilizar nossos projetos de investimento, além de certos limites. Em segundo lugar, certas áreas, saúde e educação, não podem ser afetadas".

Bloco das Oposições

O bloco da Oposição divulgou um comunicado em que declara: "Incapaz de assumir suas responsabilidades na grave crise econômica e social que envolveu o país, o presidente Fernando Henrique Cardoso responsabiliza a Oposição e o Congresso Nacional e exige a aprovação das reformas da Previdência e Administrativa que, segundo o governo, eliminariam o risco de um novo ataque especulativo ao Real."

Mais adiante denuncia: "O presidente e o seu governo basearam toda a política econômica - e a própria estabilidade - em capitais externos especulativos e na supervalorização do câmbio. O presidente apostou o país no mercado especulativo internacional. A crise atual apenas expôs de forma cruel a artificialidade, a fragilidade e o equívoco da política macroeconômica imposta ao Brasil em favor dos interesses das elites econômicas brasileira e internacional. De nada serviram os alertas da Oposição e a certeza de uma crise anunciada, mesmo depois dos exemplos mexicano e tailandês. O governo persistiu no erro, aprofundando a dependência do país a capitais externos."

"A oposição tem o dever e o direito de se opor às reformas propostas pelo governo. Elas são lesivas ao país e à maioria dos brasileiros. É público e notório que não existe nenhuma vinculação entre as reformas e a crise atual, sem esquecer que o governo tem maioria no Congresso e dedicou grande parte do seu mandato para aprovar a emenda da reeleição." E conclui: "O Bloco das Oposições exige uma mudança radical na atual política econômica com a sustação das privatizações e a defesa do salário, do emprego, da micro e pequena empresa e do nosso mercado interno".



Hong Kong chegou a cair num único dia 10,41%, e a partir daí se seguiu uma semana de febre no mundo financeiro, derrubando cotações nas principais bolsas, entre elas as do Golfo

consideram uma fatalidade a que não se poderá fugir, mais dia, menos dia. Afinal, lembram esses observadores, negocia-se com especuladores, que jamais esquecem de cobrar. E o Real atrelou seu destino a esse tipo de investidor.

Com aqueles US\$ 8 bilhões das reservas, a política cambial comprou sua liberdade por mais um tempo - um habeas corpus financeiro - que o ministro Pedro Malan, da Fazenda, acredita que venha a ser um tempo longo o suficiente para que o sistema de microdesvalorizações programadas - o sistema de bandas - faça seu efeito de buscar um equilíbrio natural entre o real e o dólar, sem abalar a economia e sem ressuscitar a inflação alta.

Os efeitos das medidas anticrise das bolsas, porém, significam um abalo da economia, na opinião do setor produtivo, que prevê recessão para o próximo ano, em decorrência do dinheiro mais caro, com repercussões imediatas já neste finalzinho de 1997.

O comércio prevê um Natal magro, com preços mais altos e consumidores mais cautelosos ou simplesmente eliminados das possibilidades dos crediários, por conta das novas taxas de juros. Além disso, mais gente devendo sem poder pagar. E negócios mais difíceis e produção menor representam menos empregos numa economia com movimento reduzido, um circuito indesejável.

O próprio ministro do Planejamento, Antonio Kandir, não se constrangeu em alertar o público: "Evitem, no momento, fazer compras a prazo", para escapar dos juros.

Foi essa situação que levou Wanderley Vettors, do Banco Cacique, especializado em crédito para o consumo de eletrônicos, material de construção e móveis, a queixar-se: "A medida foi amarga."

Fantasia cara

O mundo das bolsas de valores envolve expectativas, imaginação, previsão, suspeitas, apostas e instinto de jogador, boatos, informação e às vezes contra-informação - suas práticas e efeitos podem ter resultados quase parecidos com uma guerra de verdade.

Enquanto se preparava para o giro pelos Estados Unidos, o presidente chinês Jiang Zemin certamente não suspeitava que iria desembarcar em Washington com a bolsa de Hong Kong em crise e exportando instabilidade para o resto do mundo.

Mas foi o que aconteceu.

Hong Kong chegou a cair num único dia 10,41%, e a partir daí se seguiu uma semana de febre no mundo financeiro, derrubando cotações em Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Londres, Tóquio, Cingapura, Manila, México, Buenos Aires, Rio de Janeiro (6,8%) e São Paulo, onde a queda chegou a 8,15% e a instabilidade se manteve além do que poderia ser considerado razoável nesse tipo de mercado, onde a racionalidade é muito peculiar.

Afinal, o valor de uma ação não guarda estrita correspondência com a realidade da empresa que representa, mas sofre os influxos da demanda ou da rejeição provocados por aqueles condicionamentos nem sempre objetivos. Quando se instala o medo, quem vende primeiro se dá bem; quem hesita vê sua carteira de ações transformar-se de sorvete em água melada.

Um exemplo é o valor das empresas privatizáveis brasileiras. Valiam muitos bilhões

O temor dos vizinhos

Em Buenos Aires, foi recebida com receio a decisão do governo brasileiro de elevar drasticamente as taxas de juros para enfrentar os reflexos da crise das bolsas asiáticas, que os argentinos apelidaram de "vírus da febre amarela". Muitos empresários e dirigentes políticos temem que os juros altos prejudiquem o Mercosul. Um dos que manifestaram suas apreensões, Claudio Sabastian, presidente da União Industrial Argentina (UIA), assinalou que a decisão foi melhor que uma eventual desvalorização do real, mas advertiu que, se os juros se mantiverem tão altos

assim, novas tarifas alfandegárias deverão ser adotadas.

Os argentinos querem ser consultados quando Brasília adotar uma decisão que afete também a economia de seu país. Uma próxima crise - que ninguém deseja, mas está presente na mente de todos - deveria, na opinião dos vizinhos, encontrar um bloco de países unidos na estratégia para enfrentá-la.

Os analistas de mercado da Argentina temem que os indicadores da economia não ajudem o Brasil a superar a crise. O jornalista econômico Walter Graziano fez uma relação, em artigo publicado no auge da crise, de vários des-

ses indicadores preocupantes: dívida interna de mais de US\$ 200 bilhões, reservas de US\$ 55 bilhões pagando juros de 20% ao ano, intervenção dos bancos oficiais no mercado acionário para assegurar ganhos aos operadores, e a confissão de Pedro Malan de que a moeda está sobrevalorizada, sem simultânea adoção de mecanismos de correção, além de conta corrente deficitária em mais de US\$ 30 bilhões anuais e privatizações muito demoradas. Graziano diz que a economia brasileira é pouco séria e que passa a depender da política financeira da Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos.

menos, após o valor de suas ações despencarem. Assim, ficaram mais fáceis de arrematar. Mas, com o dinheiro mais caro, entendidos desse processo acreditam que a desestatização poderá se tornar mais lenta.

O estouro da boiada - a contaminação do pânico vendedor - migrou, assim, da praça chinesa e deu a volta ao mundo. Forrado nos US\$ 90 bilhões de reservas, o governo de Hong Kong agiu rápido para aplacar a sede de realização de lucros dos especuladores: elevou os juros de imediato a 200%, para baixá-los logo a seguir a 50% ao ano, ainda um grande consolo.

Na volta ao mundo, porém, o pânico foi se guiando pelo faro das situações pouco estáveis. Surgiram os comentários de que "o Brasil é a bola da vez" e que, a exemplo do Efeito Tequila que quebrou o México no final do ano de 1994, um Efeito Caipirinha atingiria o Brasil, aliás aluno exemplar das práticas neoliberais. Ou apesar disso, ou talvez por isso.

Uma opinião típica das preocupações internacionais com o Brasil é a do economista Dean Witter, do Morgan Stanley: "Sem sombra de dúvida, consideramos o Brasil o país de mais alto risco na atual volatilidade do mercado."

De qualquer maneira, o ataque especulativo contra as bolsas brasileiras - ao custo de US\$ 8 bilhões das reservas nacionais - demonstrou que existe certa falta de confiança no equilíbrio da economia. Ou talvez apenas falta de solidariedade.

Com o "pulso firme" do Banco Central concedendo juros ainda mais atrativos, cenários são especulados por especialistas.

O mais positivo indica que os "investidores voláteis" se acalmam, mas o setor produtivo sofre. A previsão mais drástica imagina que as reservas podem ser consumidas por golpes especulativos, desfazendo a âncora cambial e deixando crise prolongada, recessão e desconhecidos efeitos políticos.

"Se a recessão fugir do controle, o desgaste (do governo) será inevitável", comentou o diretor do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra.

Mais contundente que previsões parece ser o diagnóstico da política econômica nos últimos anos, feita por Roberto Nicolau Jeha, vice da Fiesp: "O desemprego cresce, as exportações não decolam, o crescimento é medíocre. O país vai viver o pior dos mundos. O Brasil precisa aprender a depender menos do capital externo". ■



A saga de

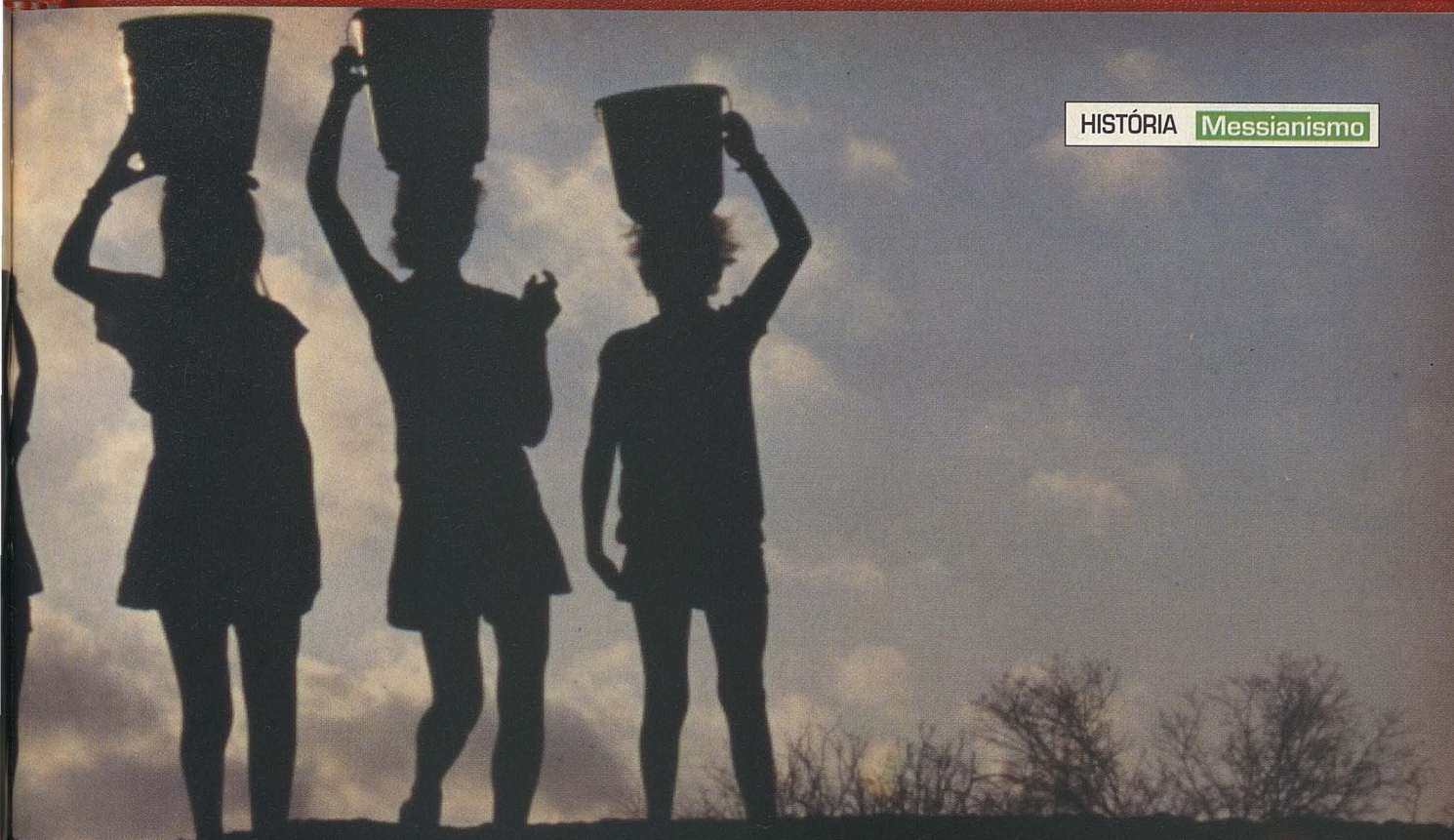
Há cem anos, a população do Arraial de Canudos, falsamente estigmatizada como uma ameaça à República, era trucidada pelas tropas do Exército, num dos episódios mais dramáticos da História

Marco André Balloussier

A República Velha (1889-1930) é um dos períodos da nossa História que ajudam a demolir o mito do brasileiro cordial. Pródiga em movimentos sociais como a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata e a Guerra do Contestado, entre outros, foi também durante a República Velha que ocorreu a Guerra de Canudos, que resultou no massacre de

milhares de sertanejos, inclusive mulheres e crianças.

Canudos foi fundada em 1893, por Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro. Nascido em Quixeramobim, no Ceará, em 1830, Conselheiro foi professor e comerciante, antes de se tornar beato. Em 1871, deixa o Ceará e inicia suas peregrinações pelo sertão nordestino, fazendo pregações religiosas, organizando mutirões para a construção de igrejas e cemitérios, come-



*Cotidiano em Bendegó, Bahia.
Às cinco horas da manhã, todos os dias,
mulheres vão buscar água na cacimba*

e Canudos

quando a atrair um número crescente de seguidores.

Em 1877, a tradicional Folhinha Laemmert, calendário anual de circulação em todo o país, já registrava: "Apareceu no sertão do Norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de

algodão e alimenta-se tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e a dar conselhos às multidões, que reúne, onde lhe permitem os párocos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura."

O crescente prestígio de Antônio Conselheiro começa a lhe angariar dois inimigos poderosos, a Igreja e os coronéis, in-

comodados com a perda, respectivamente, de seus fiéis e de sua mão-de-obra barata. Em 1882, o arcebispo da Bahia determina aos párocos que não permitam pregações de Antônio Conselheiro em suas freguesias.

A partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, agravam-se seus problemas com a ordem estabelecida. Ao contrário do que se acreditou na época, suas críticas ao novo regime não derivavam de sua preferência pela monarquia, mas das restrições



A entrada dos prisioneiros foi comovedora. (...) A um de fundo, a fila extensa, tracejando ondula da curva pelo pendor da colina, seguia na direção do acampamento, passando ao lado do quartel da primeira coluna e acumulando-se, cem metros adiante, em repugnante congérie de corpos repulsivos em andrajos.

'Os Sertões', de Euclides da Cunha

que fazia às modificações introduzidas pela República, sobretudo às medidas laicizantes, como a separação entre Igreja e Estado e a instituição do casamento civil.

Surge Canudos

A própria fundação de Canudos, em 1893, foi consequência de um ato de desobediência civil anti-republicana promovida por Conselheiro, que incentivou os habitantes de uma cidadezinha a se rebelarem contra a cobrança de impostos municipais, outra novidade instituída pela República. Em represália, uma tropa policial é mandada ao seu encalço e de seus seguidores, resultando em pequeno conflito com mortes de ambos os lados.

Depois deste entrevero, Conselheiro resolve encerrar sua vida de peregrinações e fixar-se num lugar, onde pudesse viver em paz com suas idéias e seus fiéis. O local escolhido foi uma fazenda abandonada às margens do rio Vaza-Barris, em pleno sertão baiano. Surgia Canudos.

A notícia de que Antônio Conselheiro havia se fixado em Canudos rapidamente se espalhou. De todo o Nordeste começam a afluir pessoas, cada uma entregando metade do que possuía. Em pouco tempo, o arraial já reunia cerca de vinte mil habitantes, tornando-se a segunda cidade mais populosa da Bahia, perdendo apenas para a capital, Salvador.

Era impossível para o sistema tolerar a experiência de vida comunitária que se esboçava em Canudos, onde os rebanhos, as pastagens e as colheitas pertenciam a todos, e

onde cada indivíduo era responsável pela manutenção da coletividade. Urgia um pretexto para debelar esse perigoso foco, que oferecia uma alternativa às estruturas seculares de dominação.

Em 1895, dois frades capuchinhos italianos são mandados pelo arcebispo da Bahia em missão de "inspeção" a Canudos. A conclusão do relatório dos religiosos diz: "A seita político-religiosa, estabelecida e entrincheirada nos Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo e um pequeno cisma na igreja baiana; é, principalmente, um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto, de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído no país. Encarado o arrojo das pretensões e a soberania dos fatos, pode-se dizer que é aquilo um Estado no Estado: ali não são aceitas as leis, não são

Foto: Débora 70



Manoel Travessa montou um pequeno museu com resquícios da Guerra de Canudos, em Alto Alegre, às margens do Açude de Cocorobó, Bahia. É pescador, cria cabras, e foi a primeira pessoa a morar à beira deste açude

reconhecidas as autoridades, não é admitido à circulação o próprio dinheiro da República."

A publicação do relatório tem intensa repercussão, e a imprensa também contribui para criar no imaginário popular a idéia, totalmente fora da realidade, de que Canudos era a vanguarda de uma conspiração monarquista restauradora. O estigma de "anti-republicano" foi se ampliando à medida que chegavam as notícias das sucessivas humilhações impostas pelos sertanejos às três primeiras expedições militares enviadas contra o arraial.

É interessante observar como o grau de importância e de mobilização que a campanha militar contra Canudos vai adquirindo na vida nacional está refletido na hierarquia de comandos das expedições enviadas contra o arraial. A primeira foi liderada por um simples tenente; a segunda, por um major; a ter-

ceira, por um coronel - o lendário Moreira César - e a quarta e última, por um general, contando ainda com a presença do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, no teatro de operações.

O estopim que detonou a Guerra de Canudos, na verdade, foi um grande equívoco. Em outubro de 1896, espalhou-se o falso boato de que Conselheiro ia invadir a cidade de Juazeiro para cobrar uma remessa atrasada de madeira, destinada à construção de uma igreja no arraial. O governador da Bahia resolve mandar uma tropa de 100 soldados, comandados pelo tenente Pires Ferreira. Em Uauá, povoado perto de Canudos, a coluna foi desbaratada em uma emboscada armada pelos conselheiristas.

Termina em fracasso também a segunda expedição, comandada pelo major Frebônio, que chegou a reunir cerca de

550 soldados, dois canhões Krupp e duas metralhadoras - equipamentos bélicos bastante modernos na época. As notícias das vitórias dos homens de Conselheiro se espalham pelo sertão, e novas levas de sertanejos convergem para a "aldeia sagrada" de Canudos.

Debandada geral do Exército

Em compensação, no Rio de Janeiro, então capital da República, os ânimos estavam cada vez mais exaltados e cobrava-se uma atitude mais firme por parte do governo federal. Para liderar a terceira expedição é escolhido o coronel Moreira César, conhecido pelas alcunhas de Tremeterra e Corta-Cabeças, esta última adquirida durante a Revolução Federalista, no Sul do país, quando mandou decapitar inúmeros inimigos.

O coronel comandava 1.300



O entardecer na estrada que leva a Canudos. No cenário, encontra-se o mandacaru, típica planta sertaneja

homens, fartamente municiados com quinze milhões de cartuchos e quatro canhões krupp. Ao se aproximar do arraial, mandou disparar dois tiros de artilharia, dizendo: "Lá vão dois cartões de visita ao Conselheiro." Aconteceu então o inimaginável: nova derrota das forças governamentais. O arrogante oficial nem se deu ao trabalho de adotar um plano de combate mais elaborado, obrigando seus soldados, fatigados pela penosa marcha na caatinga, a atacarem o arraial a baio-

neta. Perdidos no labirinto de ruelas, os soldados foram implacavelmente abatidos pelos conselheiristas.

O próprio Moreira César é mortalmente ferido em combate. Com sua morte, o ataque se desintegra de vez. Quem assume o comando é o coronel Tamarindo que, em meio à debandada geral de sua tropa, pronuncia o que talvez seja a mais ridícula ordem de toda nossa história militar: "É tempo de murici, cada um cuide de si."

A morte de Moreira César,

considerado o herdeiro dos ideais do marechal Floriano Peixoto, a perda total dos armamentos e munições, enfim, a humilhante derrota sofrida pelo Exército para um "bando de fanáticos" elevou a temperatura no Rio de Janeiro a níveis máximos. Um clima de histeria antimonarquista toma conta da capital. Jornais identificados com o antigo regime são empastelados pela multidão furiosa e sedenta de vingança. O governo de Prudente de Morais (1894-1898), o primeiro governo civil da jovem



Silêncio em Memória

Em homenagem aos 100 anos do fim da Guerra de Canudos, até o dia nove de dezembro está acontecendo, no Estação Botafogo (RJ), a Exposição Silêncio em Memória - Sertões de Antônio Conselheiro, da fotógrafa Débora 70, que desde 1993 registra imagens da cidade.

Tudo começou, quando Débora acompanhou Walter Firmo em expedições fotográficas à Amazônia e aos sertões do Ceará, Pernambuco. E, na Bahia, ela encontrou Canudos. Desde, então, passou a fotografar o cotidiano desta cidade, percorrendo lugares por onde Antônio Conselheiro passou como Aporá, Itapicuru, Monte Santo e Uauá. "A mostra fotográfica não tem um comprometimento histórico, a idéia é sugerir uma reflexão, 100 anos após a guerra, a miséria e a fé ainda faz parte de Canudos", diz Débora.

Débora 70 é baiana, radicada no Rio de Janeiro, sócia-fundadora da Agência Foto in Cena.

República - os presidentes anteriores foram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto - sofre intensa pressão de jacobinos e florianistas.

Euclides da Cunha escreve um artigo no jornal O Estado de S. Paulo, intitulado "A Nossa Vendéia", comparando Canudos com a rebelião camponesa que agitou a região da Vendéia durante a Revolução Francesa: "Como na Vendéia, o fanatismo religioso que domina as almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propa-

gandistas do Império (...) A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa quase sentiu-se impotente para combater os adversários da Vendéia (...) Este paralelo será, porém, levado às últimas consequências. A República sairá triunfante desta última prova."

Este artigo o credencia para ser enviado como correspondente do jornal na frente de batalha. É assim, cheio de entusiasmo e fervor republicano, que Euclides da Cunha parte para acompanhar a quarta e última expedição

militar enviada contra Canudos, que chegou a reunir no total cerca de oito mil soldados de várias partes do país. Escreveu ele: "Em breve pisaremos o solo onde a República vai dar com segurança o último embate aos que a perturbam."

Suas reportagens da época silenciam sobre o massacre hoje conhecido por todos. Talvez não pudesse ter sido diferente, pois o material era submetido à censura militar, embora outros jornalistas tenham chegado a mencionar atos de violência por parte do Exército. Entretanto, depois da guerra, ele escreveu seu Livro Vingador, título que depois mudou para Os sertões, publicado em 1902, considerado uma das maiores obras-primas da literatura brasileira.

No livro, está a célebre descrição do fim do arraial: "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5.000 soldados."

Mais do que suas inegáveis qualidades literárias, talvez o maior mérito de Euclides da Cunha tenha sido reconhecer, apesar de seus ideais republicanos, que em Canudos se cometeu um dos maiores crimes da nossa História, admitindo que "esta não era a República dos nossos sonhos". ■

Desfazendo o 'hiato da história'

Os sertões

Marcado pela própria natureza
O Nordeste do meu Brasil
Oh! solitário sertão
De sofrimento e solidão
A terra é seca
Mal se pode cultivar
Morrem as plantas
E foge o ar
A vida é triste nesse lugar

Sertanejo é forte
Supera a miséria sem fim
Sertanejo homem forte
Dizia o poeta assim

Foi no século passado
No interior da Bahia
Um homem revoltado com a sorte
Do mundo em que vivia
Ocultou-se no sertão
Espalhando a rebeldia
Se revoltando contra a lei
Que a sociedade oferecia

Os jagunços lutaram
Até o final
Defendendo Canudos
Naquela guerra fatal

Em 1976, a escola de samba carioca Em Cima da Hora desfilou com o enredo 'Os sertões', baseado no clássico de Euclides da Cunha. O samba, cuja letra é reproduzida acima, é considerado até hoje um dos mais bonitos da história dos carnavais



Euclides da Cunha

Nina Velasco e Cruz

Onco de outubro de 1897: a derradeira batalha é travada entre os últimos moradores de um pequeno vilarejo nos confins do sertão baiano e o exército representante da Nova República. Ninguém sobrevive para contar a história do lado dos perdedores. As mulheres foram mandadas para Salvador, onde se tornam domésticas ou meretrizes, e os homens são degolados todos. "Só sobrou um mudo... este deixaram vivo. E mudo conta história? Não, mudo não conta nada."

Outubro de 1997. Cem anos depois, a sociedade brasileira comemora o centenário deste evento histórico, até hoje quase desconhecido para a grande maioria. Livros sobre o assunto são lançados, um grande longa-metragem está em cartaz nos maiores cinemas do país, relevantes seminários têm lugar nas universidades do país, proliferam os artigos com o tema na grande imprensa...

A história de Canudos é retomada e rediscutida, sendo considerada como um fenômeno único na formação da nação brasileira. Mas o que realmente aconteceu nessa guerra que a transforma num fato tão

Soldados do Exército após a tomada de Canudos



Foto: Cedoc

importante e atual? O que a diferencia de outras insurreições que ocorreram no início da República e faz com que seja analisada com tanta força mítica?

A resposta a estas perguntas não é única nem óbvia. Mas, nos debruçando na história de Canudos, poderemos encontrar

Cem anos depois, a existência no Brasil de sem-terra, sem-teto e um amplo leque de excluídos permite compreender a atualidade de Canudos



um caminho para elucidar a questão. Em 1896, chega à capital do Rio de Janeiro a notícia de que um bando de pobres betos que se reuniam num vilarejo de nome Canudos havia massacrado uma expedição militar em apenas quatro horas! Os jornais imprimem manchetes sen-

sacionalistas denunciando a-quele verdadeiro “monstro” (como chegou a ser caracterizada Canudos por um jornalista em O País, em 1897) que vinha crescendo às escondidas na região desconhecida do interior da Bahia. “Se deslocarmos esta situação para os dias de

hoje, seria o mesmo que imaginarmos que cem soldados do Exército tivessem sido mortos pela população de uma favela, numa operação de segurança a propósito da visita do papa”, compara Lucia Lippi Oliveira, socióloga do CPDOC que participou de um mesa-redonda so-

Foto: Dábora 70



Ruínas da Igreja Nova, que estavam submersas e começaram a aparecer no ano passado no Açude de Cocorobó

bre o assunto no seminário "Canudos: 100 Anos", organizado pelo Museu da República e pela Fundação Osvaldo Cruz. Acrescenta-se à comparação o fato de não existir televisão na época e de até então nunca se ter conhecido nada sobre a região.

Realmente, até aquele momento, o interior da Bahia era um verdadeiro "hiato da história", como descreveu poeticamente Euclides da Cunha. Ali não havia passado nem futuro, o tempo permanecia imóvel. Somente em 1902, com a publicação de *Os sertões*, foram revelados para o imaginário brasileiro o espírito sertanejo e as mazelas da região. No entanto, o livro de Euclides não pode ser considerado uma fonte histórica primária: "Ele é uma verdadeira colcha de retalhos, que mistura resumos de textos científicos com a narração do imaginário do poeta. Como fonte histórica, é totalmente dispensável, mas é o livro mais importante sobre o assunto", dis-

serta Berthold Zilly, o tradutor da obra para o alemão. Sabe-se ainda que Euclides da Cunha só teria passado duas semanas em Canudos e que uma doença o impedira de presenciar um dos trechos mais emocionantes de sua narrativa, a batalha final.

Para a jornalista Ivana Bentes, que escreveu recentemente o texto para o livro de fotografias de Evandro Teixeira, *Canudos 100 anos*, quando se chega à Canudos atual se tem a impressão de que nada mudou e de se tratar do mesmo sertão descrito por Euclides. "Chegando à cidade, a primeira coisa que pensamos é que não tem nada para ver lá. Só depois percebemos que ali estão todos aqueles personagens que protagonizaram a guerra", conta Ivana.

Não é verdade, no entanto, que a história de Canudos não tenha sido reconstituída ao longo desses cem anos. Pesquisadores como José Calazans, autor do clássico *Nova*

cartografia dos sertões, dedicaram anos e anos na busca da recuperação da verdadeira história para além de Os sertões. No entanto, o que permanece forte no senso comum é a mítica que envolve a história, que já mereceu vários romances (entre eles o *A guerra do fim do mundo*, do escritor peruano Mario Vargas Llosa), inspirou filmes, como *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, e influenciou grande parte da produção literária brasileira. "Graciliano Ramos não poderia escrever *Vidas secas* se não existisse antes *Os sertões*", afirma Ana Maria Lopes Roland, estudiosa da obra.

Todos conhecem a célebre frase "o sertanejo é antes de tudo um forte", mesmo sem nunca ter lido Euclides da Cunha. É por esse motivo que resulta fácil adaptar a história de Canudos e de Antônio Conselheiro em versões tão diversas.

Para muitos, Antônio Conselheiro - um incompreendido em sua época - pode ser encarado como um católico dedicado à disseminação da religião. A própria Igreja local utiliza a imagem daquele que um dia condenou como louco. Para outros, a luta de Canudos pode ser comparada à luta dos sem-terra, e o próprio MST da região utiliza o fato como bandeira.

No entanto, historiadores e sociólogos parecem concordar em um ponto: a história de Canudos não passa pela questão fundiária e, se há alguma

ligação com o atual movimento dos sem-terra, esta é metafórica. “Eles estavam buscando o seu lugar, por se sentirem excluídos da ordem vigente. Por esse motivo, podemos compará-los aos sem-terra, aos sem-teto e aos favelados”, afirma Maria Alice de Rezende Carvalho, socióloga e autora do livro *Quatro vezes cidade*.

A metáfora é ainda mais completa se lembrarmos que a própria palavra favela só passou a ser utilizada no Brasil com o significado que conhecemos hoje depois da Guerra de Canudos. Na sua origem, parece ter sido o nome de um morro daquela região, que é inclusive citado por Euclides. (Uma outra versão, diz que era o nome de uma planta da caatinga onde foi levantada Canudos, levada mais tarde para outras regiões do país.) Quando os soldados que lutaram na guerra chegaram à capital, o Rio de Janeiro, sem ter onde morar, construíram pequenas casas no morro da Providência, no Centro da cidade, ao qual resolveram chamar de Morro da Favela. Assim teria surgido a primeira favela brasileira.

Berthold Zilly leva a comparação ainda mais adiante: “Da mesma forma que Canudos não se encontrava em mapa algum, se procurarmos as favelas do Rio nos mapas da cidade, não veremos mais que morros verdes e ruelas circulares.” As coincidências não param por aí. As duas cidades que levam o nome de Euclides da Cunha (uma no interior da

*Do topo da Favela, se a prumo
dardejava o sol
e a atmosfera estagnada
imobilizava a natureza em torno,
atentando-se para
os descampados,
ao longe, não se distinguia
o solo.*

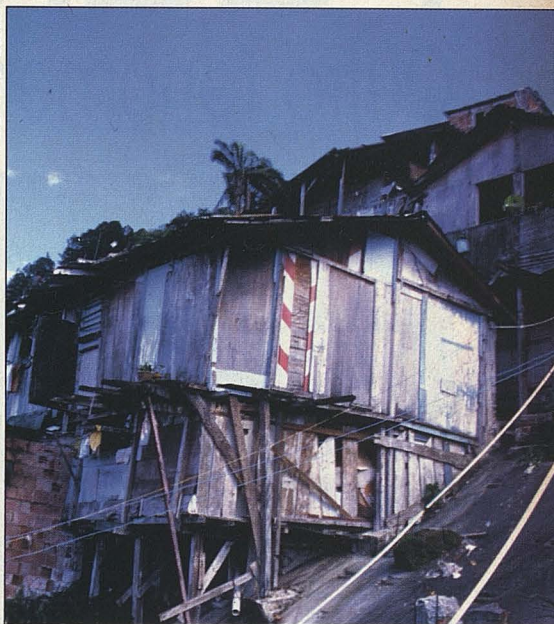
*O olhar fascinado perturbava-se
no desequilíbrio
das camadas desigualmente
aquecidas,
parecendo varar através de um
prisma desmedido e intáctil,
e não distinguia a base das
montanhas, como
que suspensas.
Então, ao norte da Canabrava,
numa enorme expansão dos
plainos perturbados,
via-se um ondular estonteador;
estranho palpar de vagas
longínquas;
a ilusão maravilhosa de um
seio de mar;
largo, irisado, sobre que caísse,
e refrangesse, e ressaltasse
a luz esparsa em cintilações
ofuscantes....*

*‘Os Sertões’, de Euclides da
Cunha*

Bahia e outra no interior de São Paulo) hoje são regiões de conflitos de terra.

São os mitos e as coincidências com o presente que existem na história de Canudos que explicam a importância adquirida na mídia pela discussão em torno desse fato histórico. Da mesma forma, não é qualquer acontecimento que rende um filme de quase três horas, como *A Guerra de Canudos*, de Sérgio Rezende. A fita é uma superprodução na escala brasileira: com o orçamento de R\$

Foto: A. C. Júnior



A palavra ‘favela’ só passou a ser utilizada com o significado que conhecemos hoje depois da Guerra de Canudos

6 milhões, foi construída uma nova Canudos em 375 mil metros quadrados, tendo a participação de quatro mil figurantes, além de um elenco de primeira linha.

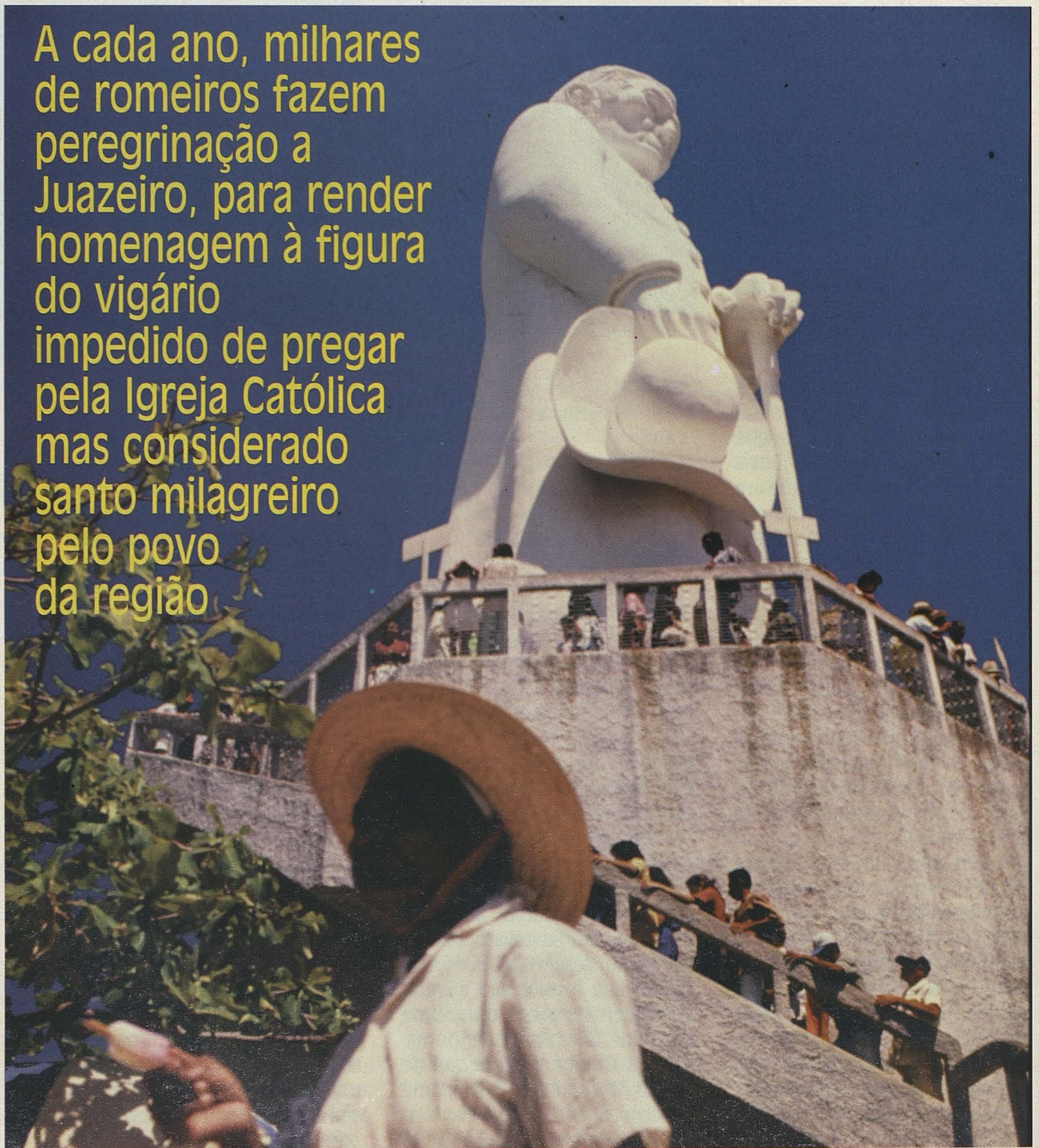
Segundo Paulo Halm, roteirista do filme, Canudos representa o “nascimento da nação brasileira”, da mesma forma que a Guerra de Secessão o é para os Estados Unidos. O tema merece, assim, a conotação épica do filme, que deve ser digna deste legado.

Se as opiniões sobre a validade histórica do filme divergem, há pelo menos um consenso: ele serve para que as gerações mais novas tenham um primeiro contato com uma história que deveria ser uma referência fundamental na formação dos brasileiros assim como a Guerra de Secessão o é para os norte-americanos. ■

Padre Cícero

Outro fenômeno do beatismo brasileiro

A cada ano, milhares de romeiros fazem peregrinação a Juazeiro, para render homenagem à figura do vigário impedido de pregar pela Igreja Católica mas considerado santo milagreiro pelo povo da região



Fotos: *Lena Trindade*

Mo mesmo berço da República, surge no interior do Ceará um beato de nome Cícero Romão Batista, conhecido por todos como Padre Cícero. Sacerdote ordenado pela Igreja católica, vigário de um vilarejo mal afamado, Juazeiro, o Padre Cícero destoava dos padres comuns, se apresentando como um beato milagreiro. Sua aparência física lembra Antônio Conselheiro: cabelos e barba longos, batina gasta pelo uso e bastão de peregrino. Logo, o padre atraiu centenas de devotos para a cidade, onde teriam tido lugar seus famosos milagres.

Apesar de nunca ter desobedecido à Igreja católica, esta desaprovou o Padre Cícero por suas práticas milagreiras: o proibiu de rezar missa e o impediu de pregar. No entanto, nunca tentou afastá-lo de Juazeiro, com medo de desencadear uma guerra que envolveria o estado do Ceará inteiro, tal era sua influência na região. Uma influência que se fazia sentir, inclusive, na política, como mostra um episódio da chamada Guerra dos Jagunços.

O padre, seguido de seus jagunços (termo utilizado para denominar os seguidores de beatos) derrotou, em 1914, o governador (na época chamado de presidente) Marcos Franco Rabelo, com o qual tinha divergências políticas. Depois deste incidente nenhuma autoridade (presidente de Estado, deputado ou senador) podia ser eleita

sem a sua aprovação prévia. Ele mesmo foi eleito vice-presidente do Estado do Ceará, mas nunca chegou a tomar posse para não se afastar da cidade onde ganhara tanto prestígio. Acredita-se, inclusive, que Lampião tenha sido apadrinhado pelo padre, já que existiria uma ligação pessoal entre ambos.

Padre Cícero foi venerado

em vida: uma estátua foi erguida em sua homenagem e medalhas de todos os tipos, com sua efigie, foram vendidas aos milhares em todo o sertão. Ao morrer, em 1934, Padre Cícero deixou uma cidade que pode ser considerada a capital econômica e religiosa do sertão. Sua morte fez com que os fiéis transformassem Juazeiro em



*O heroísmo tem nos sertões, para todo o sempre perdidas,
tragédias espantosas.*

Não há revivê-las ou episodiá-las.

*Surgem de uma luta que ninguém descreve -
a insurreição da terra contra o homem.*

A princípio este reza, olhos postos na altura.

O seu primeiro amparo é a fé religiosa.

Sobraçando os santos milagreiros, cruces alçadas.

andores erguidos, bandeiras do Divino ruflando,

lá se vão, descampados em fora, famílias inteiras -

não já os fortes e sadios

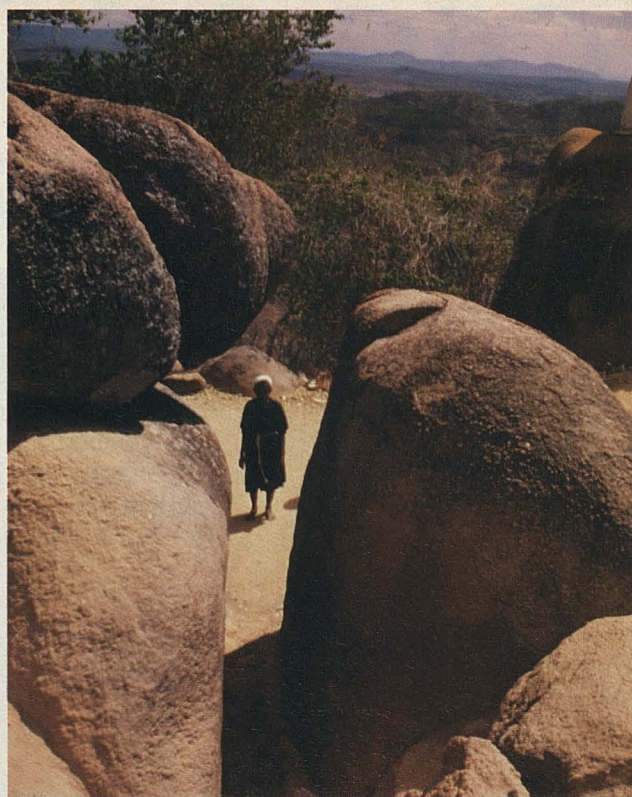
senão os próprios velhos combalidos e enfermos claudicantes,

carregando aos ombros e à cabeça as pedras dos caminhos,

mudando os santos de uns para outros lugares.

'Os Sertões', de Euclides da Cunha

O caminho da romaria não acaba na cidade de Juazeiro. Ele se estende por tortuosas trilhas, que culminam em pedras milagrosas na região da estátua do "santo" Padre Cícero. A maior provação é conseguir atravessar a estreita fenda que separa duas grandes pedras. Somente os que o fazem podem se considerar livres de pecados e prontos a entrar no paraíso divino.



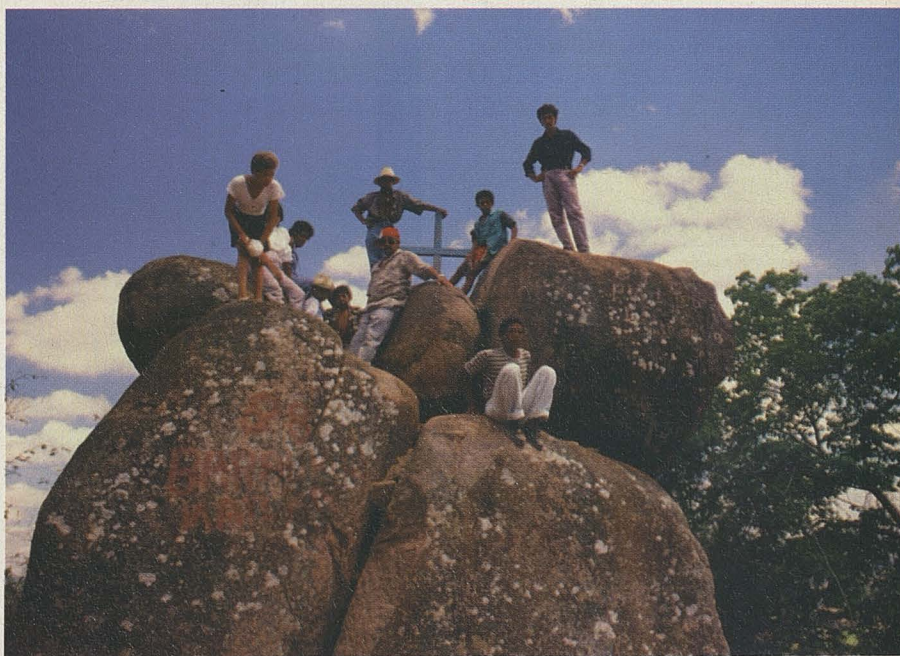
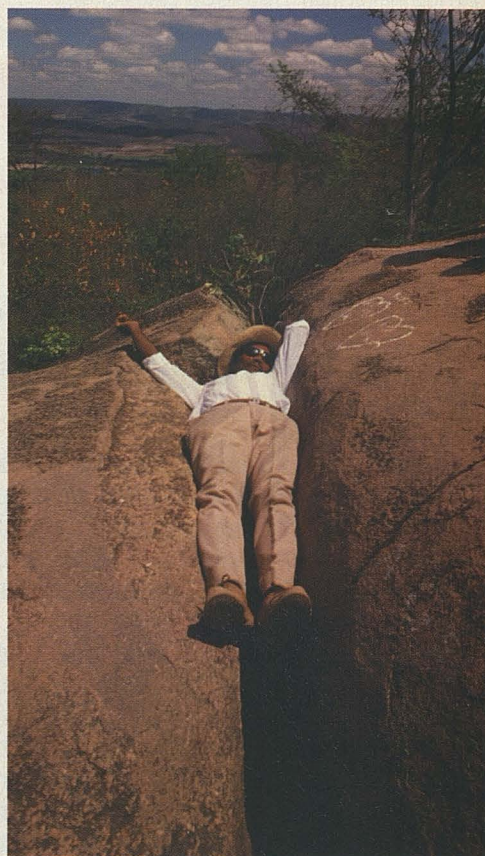


local de peregrinação: todo ano ocorre na cidade uma grande romaria em sua homenagem, no dia 2 de novembro, feriado de Finados. Essa manifestação da religiosidade popular faz com que a importância das revoltas do Padre Cícero seja equiparada, do ponto de vista histórico, ao episódio de Canudos, mas com repercussão social muito maior.

Romeiros de todo o Brasil, sob a liderança de novos beatos, confluem para a cidade em caminhões lotados para celebrar no local da morte do padre sua devoção. A imagem lembra as missas rezadas pelo próprio Padre Cícero. Hoje, milhares de fiéis seguem os novos beatos, que imitam as roupas e a aparência física do Padim Padre Cícero.

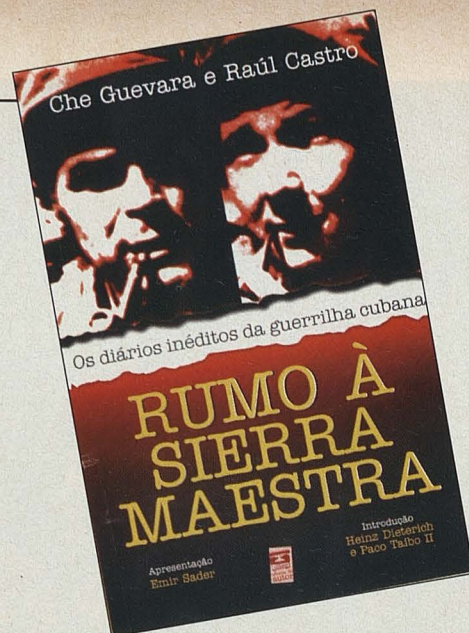
Novos grupos são formados, como o "Ave de Jesus", onde todos os homens se chamam José e todas as mulheres, Maria. Cabelos e barbas compridos, cajado na mão, assim se apresenta o líder do grupo, num verdadeiro espelho do passado, no auge do beatismo brasileiro. ■

(N. Velasco e Cruz)



Reflexões de Sierra Maestra

Personagens da Revolução narram o dia a dia da luta que implantou o socialismo em Cuba



Rumo à sierra Maestra - os diários inéditos da guerrilha cubana, de Che Guevara e Raúl Castro, é o lançamento da editora Oficina do Autor que marca, no Brasil, as comemorações do 30 anos da morte de Guevara. Mais que uma publicação evocativa, em meio a tantas outras iniciativas, este esforço editorial apresenta a particularidade de trazer ao grande público obra de apaixonante riqueza de um dos momentos marcantes da história latino-americana neste século - a Revolução Cubana. O lançamento, no Museu da

República, no Rio, contou com a presença do comandante cubano Jorge Enrique Valdés Saldaña, companheiro de Che na luta internacionalista.

O livro contém os diários de campanha de Ernesto Che Guevara e Raúl Castro, na guerrilha que levou um punhado de patriotas a desencadear uma verdadeira revolução nacional para não apenas depor um governo corrupto e antinacional, mas promover uma experiência de renascimento, com base no socialismo.

A aventura que começa em 2 de dezembro de 1956, com um desembarque atrapalhado fora do

ponto previsto na costa cubana, na verdade era apenas um movimento de vanguarda de uma operação muito mais complexa que já se instalara silenciosamente em pontos vitais da nação cubana. A guerrilha que começava a se implantar nas matas já preparara, na verdade, as bases urbanas sem as quais dificilmente teria triunfado.

Esta é uma reflexão essencial que nos traz este livro, composto pelos relatos de dois revolucionários que registravam os acontecimentos no calor das refregas. É um documento profundamente político, com certo sabor de aventura, sem dúvida, mas que lança o leitor no meio de um episódio-chave das lutas dos países pobres pela afirmação nacional.



O livro apresenta fotos inéditas, como esta de 1956, quandoos futuros guerrilheiros estavam presos no México, pouco tempo antes de conseguirem partir para Cuba

Rumo à sierra Maestra - os diários inéditos da guerrilha cubana, de Che Guevara e Raúl Castro

Apresentação de Emir Sader, com Introdução de Heinz Dieterich e Paco Taibo II
Edição Oficina do Autor, Rio de Janeiro, 1997



Chico Mário: trabalho pioneiro

Marcos Souza

O primeiro CD independente, que eu tenha notícia, feito no Brasil, foi o do fagotista Noel Devos, em 1972. Depois disso, em 1979, surge no Rio de Janeiro um movimento fortíssimo na música popular brasileira, a Associação de Produtores Independentes de Disco (Apid), liderada pelo pianista Antônio Adolfo e meu pai, Francisco Mário. Com apenas 30 artistas no começo da associação, o rumo trilhado foi crescendo a cada mês. Danilo Caymmi, Joyce, Boca Livre (que vendeu oitenta mil cópias do seu primeiro disco independente, deixando as gravadoras de orelha em pé) e Luli e Lucina, são alguns dos nomes que lançaram seus próprios CDs, formando um catálogo em seis meses de 600 artistas com o propósito de divulgar e poder fazer o seu trabalho sem ser imposto por gravadoras. (Oitenta e cinco por cento de cada CD é da gravadora, enquanto que o artista fica com 15%.)

O tão falado disco independente

Produzir hoje um CD é fácil; complexa é a distribuição

Hoje a situação é outra. Ao respaldo desse movimento, que foi importante para a geração atual, soma-se a facilidade de se fazer um CD comparando ao antigo disco, de vinil. Francisco Mário vendeu um apartamento para fazer um disco, depois reuniu duzentos amigos e antes de entrar no estúdio para gravar recolheu assinaturas de todos que compraram antecipadamente. Foram idéias de como fazer música de qualidade e divulgá-la Brasil a fora.

Para se produzir um CD, reúne-se o dinheiro, escolhe-se o repertório, definem-se os direitos autorais das músicas a serem gravadas, entra-se no estúdio e se masteriza o produto final, ou seja, se coloca na ordem e limpam-se os possíveis ruídos. Depois, faz-se a capa. Agora vem o item mais complexo: a distribuição do CD.

Muitas lojas só querem CDs pasteurizados, como se fossem uma espécie de sabão em pó, porque vendem rápido para ter um retorno rápido. Porém, esquecem que cada vez mais o mercado está sendo segmentado, tem público para todos os gostos, ainda mais a música brasileira, uma das mais ricas do mundo.

Surgem então lugares de venda alternativos, livrarias que vendem CDs (como a Dazibao aqui do Rio, que vende 20 CDs por mês do grupo Conversa de Cordas), cujo público sabe que todo CD que estiver na prateleira é de qualidade.

Outra alternativa é a mala direta, os CDs por Internet e o correio, como aqui na cadernos do terceiro mundo. Estive na Mesbla e fizemos um projeto, o "Mesbla Apresenta", que vai revolucionar a distribuição de CDs independentes, como nos Estados Unidos, onde mais de 40% do mercado são de CDs desse tipo. Um expositor com CDs de choro, samba, frevo, entre outros ritmos brasileiros de grupos e artistas consagrados começará a ser veiculado nas lojas da rede do Rio, incluindo no folheto de seus CDs as capas dos novos companheiros. No futuro, os folhetos poderão ser distribuídos para todo o Brasil, facilitando a divulgação, já que não tem como o artista mandar para todas as lojas.

Depois dessa rede, outras virão, e em qualquer lugar do país poderá ser encontrado o registro daquele artista que nos enfeitou a alma com música, nossa grande paixão.

E-600

E-601



GALE
PRETO

E-602

E-603



Choro em Família
Iêo Rian e Bruno Rian
Conjunção Noites Cariocas

E-604

E-605



E-606

**Preço
único R\$15**

F-600

F-601

E-602

F-603

E-604

E-605

E-606

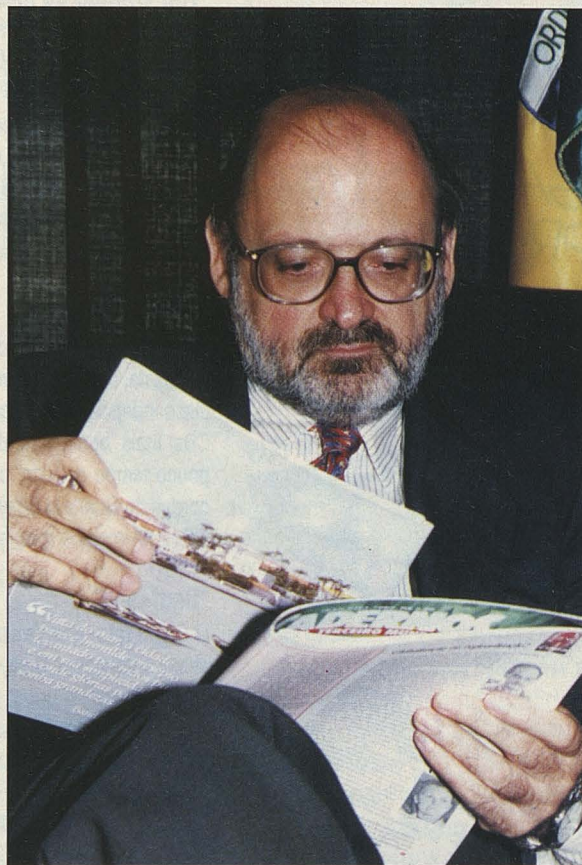
O *Água de Moringa* lançou CD na França e Bélgica e mostra impecáveis músicas ("Batutque" e "Turbilhão de Beijos", de Nazaré, "O Gato e o Canário", de Pixinguinha e B. Lacerda), com bandolim, clarinete, percussão, violão, violão de 7 e cavaquinho.

VALIDADE: até durar o estoque **EDICÃO 202**

Preencha o cupom em letra de forma e o envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 / 105 e 106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180 - Tel.: (021) 221-7511 - FAX: (021) 252-8455 E-mail: caderno@ax.apc.org

‘O mercado é excelente, desde que se tenha acesso a ele’

O Brasil deve superar a pesada herança social para entrar com o pé direito no século XXI



Beatriz Bissio

No Palácio do Planalto, no mesmo andar do presidente Fernando Henrique Cardoso, fica o escritório de um dos seus mais íntimos assessores, o secretário de Assuntos Estratégicos, embaixador Ronaldo Sardenberg. Entre outras tarefas, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) coordena uma equipe que está pensando o Brasil do próximo século.

A equipe da SAE sabe que, embora inexorável, a globalização não é um processo já definido e que a inserção do Brasil na

nova realidade mundial pode ter muitas nuances. As consequências na economia brasileira da crise nas Bolsas de Valores pelo mundo afora, por exemplo, em muito dependem do tipo de opção feita pelo país em relação à sua inserção na economia mundial globalizada. O perfil do Estado, o peso dos blocos econômicos, em particular do Mercosul, o enfraquecimento ou fortalecimento da cultura nacional são fatores que podem modificar em uma ou outra direção o cenário do futuro. Daí a importância de poder se antecipar aos fatos e avaliar, em função de diferentes variáveis, que futuro nos espera.

Esses e outros temas foram

abordados pelo secretário na entrevista que concedeu a **cadernos do terceiro mundo** em seu escritório, em Brasília.

A SAE está preocupada em definir um projeto nacional?

Ronaldo Sardenberg - Há vários esforços nesse sentido. Um deles foi realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e um outro pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. A SAE também está trabalhando. A diferença entre esses projetos é que não são propriamente técnicos. Na verdade, têm caráter econômico ou até econométrico.

O alcance do primeiro é o

ano 2005, e o segundo, 2006. Já o projeto da SAE é um pouco diferente. Estuda cenários alternativos, chamados por nós de exploratórios, no sentido de que são prolongamentos de tendências atuais. Não expressam um projeto de governo. Isso virá mais adiante, para definir um projeto de país. Quando passarmos do que é exploratório para o que é desejável haverá um debate importante com a sociedade.

Quem está fazendo essa análise?

RS - A equipe é da SAE. Esse grupo de profissionais primeiro estudou os aspectos metodológicos e depois realizou dez seminários sobre dez temas nos quais foram consultados cerca de cem peritos. Foi um trabalho muito interessante. Entramos em contato com gente das mais variadas correntes: do governo, da oposição, de especialidades diferentes.

O trabalho começou em março de 1996 e temos um compromisso com esses peritos de manter essa etapa fechada para dar liberdade a todos de manifestar sua opinião. Agora estamos montando esses cenários exploratórios.

Que cenários são esses?

RS - São três tipos: um dá ênfase a uma economia de utilização intensiva de capital e tecnologia avançada; o segundo enfatiza os aspectos de distribuição de renda, com menos destaque numa economia "moderna"; o terceiro é de fechamento externo e dificuldades

crecentes de ordem interna, na implementação de reformas. Um cenário catastrófico de crescimento lento.

O que está se descobrindo com isso?

RS - Observamos que há certa dificuldade em tirar nota dez em todos os quesitos. Um cenário de capital de uso mais intensivo tem certos efeitos sobre o emprego e o meio ambiente, por exemplo. Por outro lado, um cenário que dê mais ênfase ao emprego tende a apresentar valores baixos de taxas de crescimento econômico. Estamos nessa fase da consideração do problema.

"O nosso trabalho tem como meta o ano 2020, que, embora não pareça, não é um prazo tão distante"

O nosso trabalho tem como meta o ano 2020, que, embora não pareça, não é um prazo tão distante. Na verdade, as pessoas que vão dirigir o Brasil nessa época terão entre 40 e 60 anos. Muitos deles estão saindo da faculdade agora.

Quando o Brasil não tinha democracia e havia inflação não se podia pensar sequer num

cenário para 2020. O cenário das pessoas era o fim do mês.

Esses cenários são levados à reunião do Gabinete?

RS - Farei uma apresentação ao Gabinete em breve. Mas ainda não está maduro. Esse exercício não é futurologia nem adivinhação. Ele busca parâmetros para o raciocínio e é mais difícil do que parece.

É importante hoje ver o Brasil dentro do mundo. Não temos mais aquela opção do mapa oficial do Brasil, em que os nossos vizinhos aparecem na cor cinza, como se o continente fosse diferente de um lado e outro da fronteira.

No mínimo temos que pensar na América do Sul. Mas, na verdade, temos que pensar de acordo com o mapa-múndi.

A situação social brasileira tornou-se um entrave para o desenvolvimento. As nações de maior desenvolvimento no continente asiático tiveram muito cuidado em partir para pesados investimentos em áreas sociais. E superaram a América Latina em poucas décadas. Como a SAE está vendo a brecha social no Brasil?

RS - Realmente o problema social é sério e tem raízes históricas, vindas da época colonial, da escravidão. No decorrer deste século, se agravou. É muito importante que tenhamos consciência da seriedade disso e pensemos no futuro não exclusivamente em termos de altas taxas de desenvolvimento econômico, mas concomitante com o processo social.

Não é tarefa fácil. Há setores que parecem determinantes. Um deles é o setor da educação, uma diferença forte entre os outros países latino-americanos e o Brasil. Em relação aos países asiáticos, a diferença é o problema do investimento na educação, que é complicado e de maturação longa: requer investimento em pessoas. Hoje em dia, o uso intensivo da televisão, do ensino a distância e computação parece ser um caminho adequado para o treinamento dos educadores e dos professores do futuro.

No Brasil a força de trabalho tem uma escolaridade baixa, em torno de quatro anos. Os empregos novos, bem remunerados, dependem de uma força de trabalho com pelo menos oito anos de escolaridade. Mas o problema vai além da força de trabalho. Temos que melhorar a qualidade do ensino. Essa é a política que o governo procura seguir.

Tudo é uma concepção de país. O que somos e o que queremos ser? O ex-embaixador Otávio Dias Carneiro dizia, já em 1964, que não adianta que Deus seja brasileiro, apenas. Deus tem que ser uruguaio, argentino... Porque é impossível pensar num Brasil próspero, feliz e desenvolvido, se as coisas andam mal com os vizinhos. E naquela época, se falava muito pouco em integração.

Hoje em dia estamos mudando nossa própria concepção de país: muitos brasileiros estão estudando espanhol para fins profissionalizantes. Antigamente estudávamos espanhol para

fins culturais apenas.

Outra chave do futuro é o aproveitamento da biodiversidade, que supõe também a sua conservação. Primeiro é preciso manter a biodiversidade para depois aproveitá-la. O Brasil e os países da região têm uma vantagem comparativa extraordinária nessa área pelo número de espécies, tanto na Amazônia como no Pantanal. Até o cerrado, que geralmente é visto como pobre em biodiversidade, na realidade não é. Essa é

“No Brasil a força de trabalho tem baixa escolaridade. Os empregos bem remunerados exigem oito anos de escolaridade”

outra fronteira que temos. Temos a fronteira geográfica e a fronteira do conhecimento.

Em relação às questões sociais, o Sr. acha que existe, fora a retórica, um comprometimento do atual governo com esse tema?

RS - O Brasil, na realidade, não gasta pouco no plano social, gasta mal. Esse é o nosso grande problema. A maior parte das despesas feitas a título social (educação, saúde, habitação) são para pessoas que já

têm. Há uma distorção muito grave. O problema de gastarmos melhor vai depender das pressões da sociedade.

Um exemplo é o das populações negras. Pela primeira vez se criou um grupo de trabalho para a valorização das populações negras. Estou há um ano numa discussão ministerial com a participação das comunidades negras no sentido de buscar soluções para problemas que hoje são discutidos honesta e abertamente. Porque muitos dos problemas da população negra ficaram escondidos embaixo do tapete. E precisam ser corrigidos.

No terreno social estamos melhor. Com a descentralização, as pessoas fazem pressão para que o dinheiro seja gasto da melhor forma. Em muitas prefeituras os gastos estão sendo direcionados pela pressão local. É assim que funciona.

É um ciclo vicioso. Para que haja pressão social, é preciso haver pessoas informadas, conscientes de seus direitos e deveres. Mas num país com um nível de escolaridade tão baixo como o Brasil, isso dificilmente acontece...

RS - É por isso que a escolaridade e a educação são realmente uma prioridade.

Nesses estudos, como a SAE está vendo o tipo de Estado necessário para uma inserção soberana na globalização?

RS - Na nossa visão, o Estado não desaparece nesse período. Na verdade, o Estado muda, como também muda, por

exemplo, a empresa. Sempre se fala que as fronteiras do Estado estão ameaçadas pela globalização. E das empresas, não estão? Tudo muda e o Estado deve mudar. O Estado democrático representa a população e não os poderes do Estado. É com base nessa representatividade que o Estado tem uma interlocução com o mercado, com a empresa. O governante tem uma legitimidade derivada do voto. As viagens do presidente da República, por exemplo, têm correlação com esse esforço de representação da vontade popular, seja junto a governos estrangeiros ou de grandes empresas. Essa função do Estado é estratégica hoje. Mas para isso deve ser ágil...

Ágil em que sentido?

RS - O Estado precisa estar de acordo com a necessidades contemporâneas.

Quais seriam elas? De que tipo de Forças Armadas, por exemplo, necessita um Estado moderno?

RS - Todos os países têm Forças Armadas. O problema do perfil das Forças Armadas no próximo século está ligado aos problemas comentados até aqui, como a política de defesa nacional. Em novembro do ano passado foi adotada a política de defesa nacional, depois de amplas consultas com diferentes setores do governo. É um processo que continua. O presidente já anunciou que pretende até o ano que vem criar um Ministério de Defesa. É um pouco prematuro falar sobre o

perfil futuro das Forças Armadas. Mas é preciso ter Forças Armadas que sejam ao mesmo tempo poderosas - nossa postura toda é defensiva -, e eficientes dentro das limitações orçamentárias que existem num país como o Brasil.

Um estado ágil deve abrir mão da presença em setores tecnológicos de ponta, como a fabricação e lançamento de satélites, por exemplo?

RS - É muito importante

“Chegaremos em 2000 investindo 1,5% do PIB em ciência e tecnologia, quando os países desenvolvidos investem 13%”

que o Brasil esteja avançado na aplicação das tecnologias espaciais. O nosso programa já é antigo nessa área. Nós estaremos lançando um satélite brevemente e iremos modernizar o programa.

O Estado tem uma função nítida na área de ciência e tecnologia: é seu dever estimular o desenvolvimento científico e tecnológico.

Porém, o desenvolvimento nesses setores não se concentra mais no setor estatal em nenhum país do mundo. O

Estado brasileiro costumava ser responsável por 90% do investimento nesse setor. Conseqüentemente, com a deterioração fiscal e das condições financeiras do Estado, os investimentos em ciência e tecnologia ficaram defasados. Estávamos investindo em torno de 0,7% do PIB nessa área. O pior é que chegaremos em 2000 investindo 1,5% do PIB, quando os países desenvolvidos estão investindo 12 e 13%! Mas não há passe de mágica nessas coisas.

O que se espera é que a iniciativa privada invista nesse setor, para quando chegarmos ao ano 2000, que já está batendo à porta, o Estado seja responsável por 40% do investimento. O resto deve vir da iniciativa privada e de financiamentos internacionais.

Temos um ponto de partida preocupante: para competir no século XXI necessitamos forte investimento em pesquisa e o Estado não pode fazê-lo. Por outro lado, a iniciativa privada ainda não se conscientizou do papel que lhe cabe. No terreno da educação, igualmente seria necessário investimento pesado; estamos aquém da exigência. O perfil social também não ajuda. Como conciliar o sentido de para onde teríamos que ir com um presente que não condiz com essas demandas?

RS - Não é só o presente. É o passado. A idéia é que a sociedade se organize para solucionar os problemas que existem. Abandonar a idéia de

que o governo é responsável por fazer tudo. A sociedade como um todo deve reagir. Não há mais país no mundo que faça as coisas de forma centralizada. Essa idéia já pressupõe um modelo diferente.

O Estado seria promotor do debate com a sociedade, mas isso não está acontecendo...

RS - Ao contrário. Eu acho que no Brasil o Estado ainda tem uma proeminência espantosa. A tendência é olhar para o Estado, para o modelo anterior.

Mas o senhor não acha que na mudança do Estado que se iniciou no governo Collor e prosseguiu com a administração atual, faltou essa discussão com o meio acadêmico, com os setores produtivos?

RS - Não, porque houve um processo eleitoral. A discussão se realizou em 1994. Essa plataforma política não chega de nenhuma forma como sendo uma surpresa. Nunca houve uma falta de transparência.

Agora, o que está havendo é que os tempos são complicados. O mundo muda muito rápido e há pouco tempo para mudar a nossa própria mentalidade. Num país como o Brasil, com muitas regiões de interesses diversificados, o normal é que diferentes setores amadureçam em tempos diferentes. Aí há dois caminhos possíveis: a persuasão ou o a imposição.

O da persuasão tem a desvantagem de dar mais trabalho e ser mais lento. Mas se se conseguem consensos, é mais eficaz. As pessoas se identificam

com as metas.

Ou então o caminho da imposição, que já tivemos aqui. É uma questão de filosofia política. Hoje em dia há um trabalho muito forte de persuasão. Mas é um trabalho renitente.

Problemas que vêm de décadas e até de séculos muitas vezes não se resolvem com a rapidez que o próprio processo mundial está demandando.

E aí as "pressões" do processo mundial só fazem aumentar. Já comentamos a diferença de performance do Brasil e dos países latino-americanos com relação aos países

"O caminho da persuasão tem a desvantagem de dar mais trabalho. Mas se se obtêm consensos, é mais eficaz"

asiáticos. Como é que isso se traduz? Numa tremenda pressão em cima do Brasil e da América Latina.

O senhor fez uma palestra no ano passado em que afirmou que o futuro a ser construído pelo Brasil tinha dois cenários possíveis, o inferno ou o paraíso. Transcorrido mais de um ano de estudos, qual é a sua avaliação? Inferno ou paraíso?

RS - Eu usei aquela metáfora irônica no receio de que, se as coisas não dessem certo na busca do paraíso da globalização, se não caísse no inferno, pelo menos no purgatório.

A idéia de mercado é excelente, desde que se tenha acesso ao mercado. Todas as pessoas, ou o maior número possível, devem ter acesso a esse mercado.

Não que nós devamos aceitar a teoria de que o mercado define a felicidade humana. Mas que o mercado define as necessidades básicas do ser humano, isso é verdade. É preciso que o ser humano tenha satisfeitas pelo menos as suas necessidades básicas. Esse é o desafio atualmente.

Com essa visão do cenário do próximo século e a experiência de embaixador na ONU, como vê a temática ambiental?

RS - A questão ambiental no Brasil é estratégica e está passando por uma evolução, nem sempre no sentido positivo. A gente sente que, no Brasil e no mundo, as questões de meio ambiente estão perdendo amparo. O que é lamentável. Em 1992, na Conferência da ONU, foi criado um conceito revolucionário, o desenvolvimento sustentável, que encontra grandes dificuldades para a sua implementação.

Recentemente, no Brasil, criamos a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21, no Ministério de Planejamento, que é o de âmbito maior dentro do governo, o mais horizontal.

A SAE faz parte dessa Comissão e tenho muita esperança de que a gente possa fazer progressos.

Na prática há uma divisão muito grande entre as pessoas que se preocupam com o desenvolvimento, exclusivamente, e as que têm sensibilidade ambiental.

Qual seria, nesse terreno, o maior desafio do século XXI?

RS - Acho que o grande desafio do século XXI é tornar efetivo o conceito de desenvolvimento sustentável. Eu nunca fui vinculado ao movimento ambientalista. Comecei a trabalhar com esses temas muito tarde, em 1992. Mas hoje em dia estou convencido de que ao trabalhar em prol desses temas o estamos fazendo em favor de toda a Humanidade.

No caso da SAE, nesses cenários de futuro, essa questão entra com algum peso significativo?

RS - Sem dúvida. É um dos critérios. No aspecto metodológico, foi feito entre os membros da equipe e outras pessoas que eles mesmos selecionaram um inquérito para se verificar quais eram as variáveis que deveriam ser atendidas. E a proteção ao meio ambiente figura de forma proeminente entre essas variáveis.

É uma vitória até certo ponto que a questão do meio ambiente passasse a ser uma questão central no imaginário do país. Todo mundo acompanha isso. As crianças hoje em dia, no primeiro grau, têm uma

visão de meio ambiente diferente dos meninos e meninas da minha época, por exemplo. Antigamente davam-se aulas com cartazes para retratar o assunto. Certa vez a minha professora mostrou um cartaz sobre a Amazônia, que naquele tempo não era floresta, era uma selva - um termo agressivo - que tinha que ser conquistada, porque era causa do atraso do Brasil.

Hoje, a minha filha de oito anos já tem uma visão diferente. Entre as crianças e jovens, a Amazônia é vista como causa do avanço do Brasil.

“Se ao final da Segunda Guerra adotássemos o desenvolvimento sustentável, o mundo seria outro”

Voltando à questão da integração latino-americana, hoje em dia há defensores da integração regional como a contrapartida ao ingresso na globalização de uma forma desfavorável para os países do Terceiro Mundo. O Brasil vive hoje a experiência de sucesso do Mercosul. Como o senhor avalia esse projeto?

RS - O Mercosul era uma

coisa impensável até que aconteceu. Depois que o bloco foi criado, passou a ser absolutamente natural. O próprio processo de integração como um todo na América do Sul também começou a ser uma coisa normal. Mas há uma diferença: o Brasil se tornou mais aberto em relação aos vizinhos. E os vizinhos perceberam o atrativo do mercado brasileiro.

Hoje em dia, o Brasil compra petróleo da Argentina, da Venezuela e do Equador, além de eletricidade do Paraguai, da Argentina, do Uruguai.

E vai comprar gás da Bolívia e do Peru. Aquela história de que a integração é uma contraposição com o processo de globalização é verdadeira, em parte, mas responde também a uma lógica regional que razões artificiais não permitiam enxergar.

Nesse sentido, o Mercosul está incentivando iniciativas que extrapolam a integração exclusivamente econômica...

RS - A questão comercial do Mercosul é apenas um aspecto, entre tantos. Uma delegação do governo de Minas Gerais, por exemplo, visitou Montevideu, o vice-presidente do Uruguai visitou Belo Horizonte.

Quando na história isso já havia acontecido? Esse é um lado fascinante da integração continental.

Considero que é uma felicidade estar vivo nesse momento histórico. A gente olha para o passado e vê quanto tempo perdemos. É hora de se recuperar esse tempo. ■

Comércio

Ultimato europeu

Novas negociações entre representantes norte-americanos e europeus vão ocorrer ao longo do mês de novembro, em busca de um acordo sobre as leis de retaliação comercial assinadas por Bill Clinton e que visam a prejudicar a economia de Cuba, da Líbia e do Irã. A lei Helms-Burton, contra Cuba, e o Ato de Sanções contra o Irã e a Líbia (Ilsa, da sigla em inglês) estabelecem penas para empresas e empresários que façam negócios com aqueles países. O fato desagradou sobretudo a Europa Ocidental, que já estuda a possibilidade de enquadrar Washington num processo aberto na Organização Mundial do Comércio, por querer estender ao resto do mundo o alcance de leis internas, violando normas comerciais universais.

A lei contra Cuba pena-

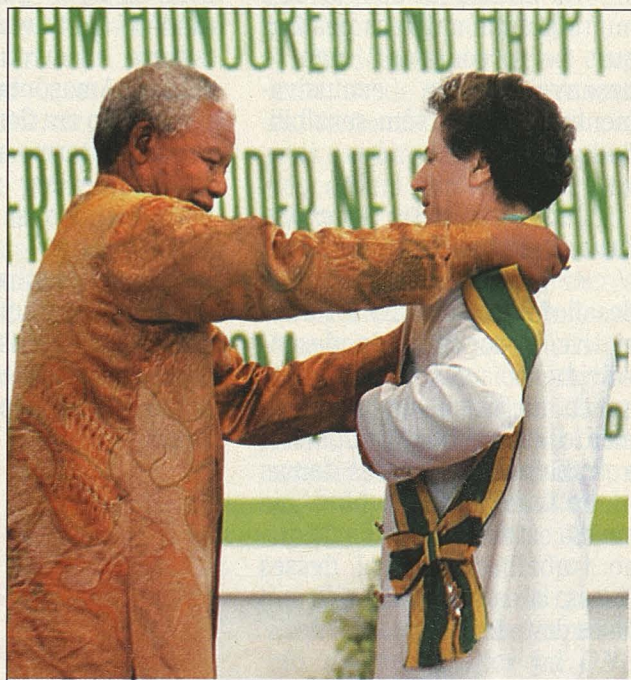
liza quem fizer negócios com a ilha e que envolvam propriedades de norte-americanos confiscadas pela revolução. Já a lei contra o Irã e a Líbia estabelece penas contra quem fizer negócios superiores a US\$ 20 milhões anuais com os dois países.

Os europeus consideram um abuso que um Estado se arrogue o direito de punir empresas de terceiros países que negociem com um adversário, o que só ocorre em situação de guerra aberta.

Clinton, na verdade, já decidiu não aplicar a lei contra os europeus (só atingiu até agora empresários do Canadá e do México). Temeroso do processo na OMC, solicitou que o Conselho da UE estenda o prazo para se chegar a um entendimento. Congressistas da direita radical, porém, como

o senador Jesse Helms e Franco D'Amato, podem complicar as coisas: prometem mobilizar o legislativo norte-americano e forçar Clinton a aplicar imediatamente as sanções previs-

tas nas leis. Se isto vier a acontecer, o desfecho na OMC contra os EUA será certo, segundo observadores, e poderia se transformar numa dor de cabeça para a economia dos EUA.



Um dos alvos dos EUA, Muammar Khadafy, da Líbia, é condecorado em Trípoli pelo visitante Nelson Mandela, da África do Sul, que tenta mediar o conflito e quebrar o isolamento do regime líbio

Japão

Aumenta prostituição juvenil

Apesar das leis existentes, está crescendo a exploração sexual de adolescentes no Japão. É um costume tão comum o sexo de adultos com menores que a prática tem até um nome próprio - enjo kosai, "entrevista paga". Existe até um serviço telefônico que permite ao adulto interessado marcar o encontro com a jovem disponível. Algumas

cidades puseram os clubes telefônicos fora da lei, mas o sistema continua crescendo.

Devido a uma campanha popular, a entrevista paga está fora da lei em Tóquio. Além de pena de prisão para "entrevistantes" e intermediários, a multa pode chegar a US\$ 4,1 mil.

O conselheiro familiar Hiroshi Kato alerta que a legislação não deve punir as

jovens, mas sobretudo os clientes e intermediários, tratados com brandura pelas leis japonesas.

Uma pesquisa do governo de Tóquio revela que uma em cada 30 alunas adolescentes já participou do enjo kosai, motivada pelo dinheiro (para viagens, roupas ou outros bens materiais) ou em busca de emoções fortes.

Outra pesquisa, do Instituto de Investigações Sociais da Juventude, avaliou que quase 30% das ado-

lescentes consideram prostituição um direito pessoal.

Em Hiroxima, a ginecologista Miyoko Kono disse ter tratado de 2.500 adolescentes nos últimos cinco anos, todas praticantes do enjo kosai e contaminadas por doenças venéreas. Ela espera que a nova legislação acabe com os abusos.

Numa sociedade cada vez mais rica e materialista, os japoneses estão percebendo agora os aspectos mais obscuros de seu sucesso econômico.

Otan Pressionar antigos e futuros inimigos



Setores políticos europeus temem que acuar a Rússia com a expansão da Otan poderá levar Moscou a uma aliança estratégica com a China, criando uma nova situação de repercussão mundial. Em outubro, o presidente chinês Jiang Zemin visitou os EUA, enquanto a Bolsa de Hong Kong era abalada e transmitia sua instabilidade ao mercado financeiro mundial. Zemin, diplomático e firme, rebateu as pressões da Casa Branca contra a política chinesa de direitos humanos. Na foto, ele ri com Henry Kissinger

Os Estados Unidos fixaram como prioridade para 1998 a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a aliança militar ocidental à qual Washington pretende incorporar mais alguns países do

antigo bloco soviético. A secretária de Estado, Madeleine Albright, disse, no Senado norte-americano, que, apesar do fim da Guerra Fria, "os Estados Unidos vão se manter como uma potência européia".

Enfatizou, ainda, que existe uma "racionalidade estratégica" e um "imperativo moral" para que Washington atraia as ex-comunistas Polônia, República Tcheca e Hungria, convidados, em julho, a ingressar na aliança.

Na visão de Albright, o desmantelamento da URSS não afastou o perigo da Europa, pois a Rússia poderá recolocar no poder "os patrões do passado", numa referência aos comunistas.

A expansão da Otan suscita discussões. Alguns governos europeus reclamam dos custos previstos para a ampliação, calculados em torno de US\$ 34 bilhões nos próximos doze anos. (Washington quer entrar somente com 2 bilhões, ficando o restante com os demais 16 sócios.) Há reclamações também quanto às pressões para que os antigos integrantes do bloco do Leste engordem seus orçamentos militares para se armarem através de compras em fabricantes norte-americanos de equipamentos de guerra.

Estrategistas como Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski, também defendem a ampliação da Otan.



Os cubanos viveram um mês intensamente político em outubro, com a realização do Congresso do Partido Comunista, as comemorações dos 30 anos da morte de Che Guevara e o sepultamento dos restos do guerrilheiro no mausoléu na cidade de Santa Clara, além das homenagens a outro herói da revolução, Camilo Cienfuegos.

Na abertura do congresso do PCC, Fidel Castro frisou que o país triunfou ao manter-se no rumo do socialismo, apesar da guerra política e econômica imposta pelos Estados Unidos. Nos cartazes de rua, a palavra de ordem era a de firmeza, a partir das raízes cubanas. Em Havana, a multidão carrega cartazes com fotos de Camilo Cienfuegos e Che Guevara, dois dos mais populares heróis da Revolução Cubana



Mary McAleese, professora de Direito de Belfast, agradece aplausos, em Dublin, em 31 de outubro, depois de eleger-se presidente da República da Irlanda. Ela obteve 45,2% dos votos. Pela primeira vez, uma mulher originária da Irlanda do Norte assume a chefia de Estado na república irlandesa

Iraque Veto a norte-americanos



Para evitar espionagem, Saddam Hussein vetou a atuação de três norte-americanos da Comissão Especial de Desarmamento da ONU, encarregada de dismantlar a estrutura militar do Iraque. Na foto, Saddam decide com o alto-comando iraquiano manter o desafio, apesar dos protestos da ONU, sob cuja bandeira os EUA atacaram e derrotaram o país em 1991

Argélia Protesto pluripartidário



Em Belcourt, nos arredores de Argel, milhares de manifestantes protestaram em 30 de outubro, acusando o governo militar de fraude nas eleições da semana anterior. Instalado para evitar o controle do país pelos fundamentalistas islâmicos, o regime do general Liamine Zeroual decidiu endurecer contra as matanças provocadas pelos radicais. Neste protesto em Belcourt, pela primeira vez desde 1989 reuniram-se diversas correntes políticas de oposição: Movimento da Sociedade Islâmica (ex-Hamas), União pela Cultura e Democracia, a ex-governante Frente de Libertação Nacional, Movimento Sociedade pela Paz, Partido do Renascimento, Partido da Renovação Argelina e Partido dos Trabalhadores

Síria À espera de Golan



Olhando para Majdel Shams, que fica na área tomada por Israel há 30 anos, manifestante sírio acena com a bandeira de seu país, durante protesto contra a permanência da ocupação das colinas de Golan. Setores israelenses progressistas admitem a viabilidade da devolução de Golan, o que os duros consideram impensável

Sudão Juíza numa corte de costumes

Chefes da etnia dinka, no sul sudanês, escolheram pela primeira vez uma mulher para decidir casos numa corte de costumes tradicional, na cidade de Wau. Haji Amar aceitou o cargo e avisou logo que será rigorosa no julgamento de casos de casamentos forçados, estupro e outras violências contra a mulher.

Os líderes da comunidade explicaram a escolha de Haji Amar como uma maneira de envolver mais as mulheres no sistema decisório local. O chefe Akol Toit disse que a participação feminina é um dever da atualidade. "A luta pela justiça na sociedade não é somente

tarefa de homens. As mulheres têm experiência em resolver problemas comunitários e possuem senso de justiça. Precisam participar."

Haji Amar entrou para a história ao assumir o cargo. "É difícil produzir mudança de um dia para outro, mas, aos poucos, as mulheres serão capazes de defender e lutar por sua presença na sociedade", disse a nova juíza. Ela promete mudar a prática tradicional de obrigar os homens a casar com as mulheres a quem violam. "Os estupradores devem ser castigados pelo crime e as meninas não devem ser forçadas a casar-se com esse tipo de homem", disse.

Gana

Ação contra a escravidão feminina

Aumenta o número de adversários da prática do trokosi, mas essa tradição de fundo econômico-religioso ainda parece longe de ser banida em Gana. A prática consiste em confinar adolescentes em santuários, sob a guarda de pais-de-santos, para que elas paguem, assim, pelos pecados de ancestrais. Teoricamente temporário, o confinamento torna-se, na verdade, uma escravidão perpétua e as jovens acabam defloradas por seus guardiães e tendo seguidos filhos.

Em julho, foram libertadas 35 mulheres que viviam num desses santuários na localidade de Dada, nos arredores da capital, Accra. Mary Osabukor Osabutey, uma das libertadas, fora confinada para expiar um suposto erro de um parente que sequer conhecera. Saiu do santuário com seis filhos e só agora as crianças estão indo à escola.

As mulheres estão recebendo orientação profissional e apoio da ONG International Needs, que lhes comprou a liberdade em troca de um pacote de bens: quatro vacas, um touro, US\$ 1.000 e um contrato pelo qual o chefe do santuário renunciava a qualquer direito sobre as mulheres.

Mary agora é padeira e sua colega, Felícia Apeku, de 27 anos, tornou-se vendedora de pescado. Felícia saiu do santuário com

os quatro filhos, que teve com parentes do chefe do lugar. "Nem sei por que me levaram para lá. Eu era muito pequena", disse ela. Outra libertada é Dzangmaki, que desconhece o próprio sobrenome. Tem agora 70 anos e foi levada ao santuário quando estava com apenas oito anos. Perdeu contato com a família ao longo desses 62 anos. Agora livre, cria porcos para vender. Teve quatro filhos com o chefe do santuário, todos desempregados. Nenhum foi à escola nem aprendeu uma profissão.

A campanha contra o trokosi em Gana reúne a International Needs, grupos de direitos humanos e associações feministas. Já se conseguiu a liberdade de mulheres e adolescentes de dez santuários, mas existem outros 76 em atividade somente no sudeste do país, com mais de 4.500 meninas e mulheres escravizadas, em torno de 60 cativas por local.

Desde o ano passado, o parlamento ganense debate uma legislação que torna crime a escravidão ritual, mas a decisão do governo de extinguir essa prática deverá encontrar dificuldades. Tendo a seu serviço comunidades em regime de trabalho escravo, os chefes de santuário, respaldados pelo fator religioso que manipulam, são homens poderosos em suas regiões.

Quênia



Os protestos contra o regime do presidente Arap Moi intensificam-se no Quênia. Em outubro, 200 mil professores entraram em greve exigindo melhores salários. Ante os protestos de variados setores sociais e políticos, Arap Moi tem aumentado a política repressiva

Nobel



Jody Williams, norte-americana, ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 1997

por sua campanha contra a utilização de minas terrestres, arma defensiva que costuma atingir sobretudo a população civil dos países em guerra, matando e fazendo uma legião de mutilados. Jody Williams acredita que chegou o momento para que os países negociem o fim dessa arma.

A situação mais dramática é a de Angola, onde se calcula que foi feito um milhão de vítimas por aquele tipo de bomba. As minas têm sido a principal arma da Unita, a guerrilha de direita sustentada pelos Estados Unidos há mais de 20 anos, desde a independência angolana (ver matéria na pág. 70.)

Equador Índios invadem a capital



Índios xuaras, com enfeites de guerra e espadas, cumprindo mais uma etapa da caminhada em direção a Quito, para onde confluíram grupos de todo o país, com o objetivo de interferir na reforma constitucional

Milhares de índios equatorianos tomaram Quito, em meados de outubro, para debater assuntos que querem ver inscritos na nova Constituição do país. Mobilizados pela Confederação

das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), eles criaram uma Assembléia Popular, que encaminhará sugestões à Assembléia Nacional a ser instalada no dia 20 de dezembro,

com o objetivo de reformar a Carta Magna.

O presidente Fabian Alarcón mostrou-se sensível às manifestações que faziam em frente a seu palácio os diversos grupos que entravam na cidade.

"O governo aceitará todas as propostas que surgirem na sociedade e cuidará para que sejam discutidas pela assembléia oficial", prometeu. Alguns grupos caminharam semanas até chegar a Quito, em etapas diárias de até 30 quilômetros.

"É o acontecimento democrático mais importante da história do Equador. Somos 50 mil indígenas, de todas as partes do país, aqui reunidos nesta Assembléia Popular", declarou Antônio Vargas, presidente da Conaie.

O Equador tem dez grupos étnicos indígenas, com três milhões de pessoas, um quarto da população total.

Na Assembléia Popular, que durou três dias, debateram-se os mais diversos temas, como plurinacionalidade étnica, territorialidade, igualdade de gênero, privatização de bens estatais.

"As conclusões deverão ser apreciadas pela Assembléia Nacional", disse Ivan Narvez, dirigente da Coordenação de Movimentos Sociais.

A reunião popular teve uma importância destacada não apenas pela mobilização, mas também pelo fato de que já definiu uma pauta para a assembléia oficial, de 31 membros, a ser eleita agora em novembro.

Para Antônio Vargas, a assembléia alternativa foi a oportunidade para fixar os temas que realmente interessam ao povo.

A idéia de reformar a constituição do país surgiu depois da deposição do presidente Abdala Bucaram, em fevereiro.

Paraguai Escaramuça pré-eleitoral



Candidato declarado à sucessão do presidente Juan Carlos Wasmosy, o general Lino Oviedo teve sua mansão vasculhada pelos ninjas do Exército paraguaio, no final de outubro. Na reserva desde o ano passado, após tentar usar o seu cargo de comandante do Exército para depor o presidente, Oviedo foi condenado em processo por difamação contra Wasmosy, que destacou os ninjas para capturá-lo e fazê-lo cumprir a pena. O general Lino Oviedo não foi encontrado

Chile Troca de guarda



O ministro do Interior, Edemundo Perez Yoma, cumprimenta o general Ricardo Izurieta Caffarena, que substituirá o general e ex-ditador Augusto Pinochet no comando do Exército. Pinochet (C) liderou o golpe inspirado pelos Estados Unidos contra o presidente socialista Salvador Allende e foi ditador até 1990, quando passou o governo ao presidente eleito, Patricio Aylwin. Mas manteve para si o controle das Forças Armadas e uma cadeira de senador, a título de gerenciar a transição democrática. O ex-ditador entrega o comando militar ao general Caffarena em março próximo, quando passa à reserva

Venezuela Mudando os métodos

O governo norte-americano decidiu modificar seu método preferido de pressionar os países latino-americanos, as chamadas certificações de bom comportamento por combate ao narcotráfico. "Esses atestados de boa conduta já não são importantes. Precisamos estimular a cooperação", disse Barry McCaffrey, chefe do Departamento de Controle de Drogas dos Estados Unidos. Reconheceu, contudo, que a lei das certificações continua em vigor, mas a negociação e o diálogo

vão prevalecer sobre a pressão e a ameaça, como tem sido feito.

McCaffrey disse esperar que a próxima cúpula continental, em Santiago do Chile, em abril de 1998, avance num acordo hemisférico de luta contra o tráfico de drogas, das quais os EUA são o principal mercado. Washington espera alcançar uma atitude mais cooperativa por parte das nações do continente, a partir da reunião especial que a ONU promoverá no próximo ano sobre o tema.

Dívida Questão de justiça

A América Latina precisa recorrer à Corte Internacional de Justiça para se livrar do peso sufocante da dívida externa, que, quanto mais se paga, mais cresce. A proposta foi feita em Roma pelo vice-presidente da Câmara de Deputados da Venezuela, Pablo Medina.

Participante de um encontro na capital italiana para discutir o assunto, Medina afirmou que um exame da questão pela Corte Internacional de Justiça certamente reconheceria que os países latino-americanos já pagaram várias vezes suas dívidas contraídas com governos e bancos dos países ricos. Ele sugere que a região abra um debate nas Nações Unidas sobre o tema e leve a questão ao exame da Corte de Haia. Na sua opinião, um exame jurídico e econômico da impagável dívida externa comprovará as irregularidades e a injustiça desses contratos financeiros, que amarraram a região a manobras de agiotagem.

Dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e do Parlamento Latino-Americano demonstram que a região já pagou, desde 1970, o dobro do que devia. "Apesar disso, a América Latina ainda deve hoje US\$ 640 bilhões a governos e bancos estrangeiros. Os acordos da dívida nunca ajudaram a amortizar os compromissos, pelo con-

trário", denunciou o parlamentar, que se especializou no assunto. Segundo Pablo Medina, nossos países já não devem nada, porque foram feitas cobranças irregulares e injustas, com juros sobre juros. "Sem a solução da sangria permanente desses recursos, nossos países não terão acesso ao desenvolvimento, continuarão aumentando a miséria, o desemprego, a violência e a instabilidade política."

A dívida, aponta o deputado, é consequência de um conluio da banca internacional e dos países ricos, com envolvimento de agentes internos de cada país latino-americano. Ele espera que o assunto seja debatido pelos presidentes que se reunirão na Venezuela, neste mês de novembro, e que o assunto possa ser levado à ONU em março de 1998 e em seguida à Corte de Haia.

Ele cita um precedente: em 1902, a banca internacional exigia da Venezuela o pagamento de uma dívida externa de 180 milhões de bolívares, quando o país só reconhecia um débito de 30 milhões.

"A questão foi levada a uma corte internacional e a Venezuela, um país pobre e faminto, pôde evitar o saque dos banqueiros. Ganhou a questão e pagou, já em 1930, os 30 milhões, seis vezes menos que queriam os banqueiros", exemplificou Pablo Medina.

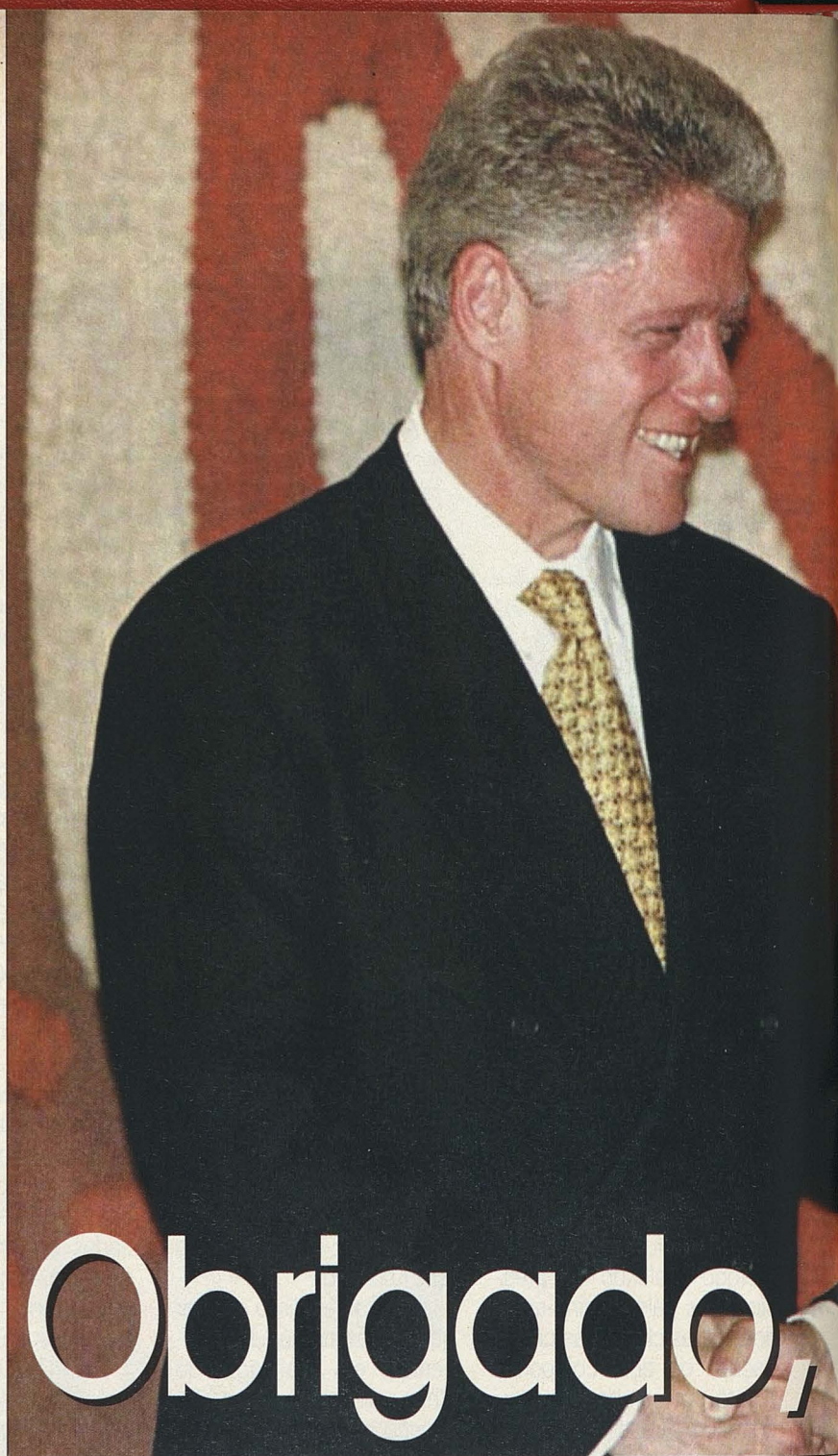
Neiva Moreira

A partir da década de cinquenta, sobretudo com a Guerra Fria, o sentimento antinorte-americano no Brasil e na América Latina tornou-se endêmico, parafraseando o adjetivo que causaria tanta polêmica ao ser utilizado no recente documento do Departamento de Comércio dos Estados Unidos sobre a corrupção no nosso país.

Vendo comunismo até no Colégio dos Cardeais, Washington promoveu golpes em todo o subcontinente, espionou, corrompeu, instalou no Panamá uma escola militar de repressão, lotou cadeias, sacrificou vidas e, com o macartismo, atingiu os meios culturais e científicos.

Vivi intensamente essa época e dela tenho múltiplas recordações. Cito algumas, mais pelo seu caráter pitoresco e sugestivo. Quando Fidel Castro veio ao Brasil, logo depois da vitória da Revolução Cubana, em 1960, um dos pontos altos de sua visita foi o grande jantar na residência da família Nabuco, no Rio de Janeiro. Uma saudosa amiga, Beatriz Chacel Magalhães, muito relacionada com os anfitriões, telefonou-me dizendo que a Sra. Maria do Carmo Nabuco "precisava" de um comunista na recepção e que me convidava. Beatriz não aceitou meu argumento de que não era comunista, alegando que, o que importava, era o que as pessoas achavam e não o que eu era ou seja, a versão e não o fato.

Lá pela madrugada fui informado de que, antes do ama-



Obrigado,

A breve visita do presidente norte-americano ao Brasil pôs em evidência as imposições



Mr. Clinton

que, ao longo da história, têm
caracterizado a atuação de
Washington na América Latina

nhecer, haveria uma conversa privada com Fidel da qual eu deveria participar. Recordo-me de dois interlocutores ilustres, Adauto Lúcio Cardoso e Carlos Lacerda, que me elegeu para fazer a primeira pergunta. Na verdade, em vez de perguntar, “doutrinei”. Não acreditava no futuro da Revolução cubana, se ela não enfrentasse o domínio econômico exercido na ilha pelos Estados Unidos.

Fidel Castro disse que o problema prioritário, herdado da Cuba de Fulgêncio Batista, eram “los ladrones”, não incluindo nesse papel, pelo menos expressamente naquela altura, a pirataria gringa que, depois, quando se tornaram claras as posições, não tardaria a erradicar do país. Lacerda, com quem mantínhamos relações cordiais, apesar das profundas divergências ideológicas que nos separavam, foi em meu socorro, explicando a Fidel que eu não era comunista, mas um desses “xenófobos fanáticos” do “Yankee go home”, que infestavam a América Latina.

O futuro diria que tínhamos razão e Fidel Castro deveria sabê-lo melhor do que nós, embora enfrentar o problema da influência dos Estados Unidos não fosse prioridade naquele momento inicial do processo revolucionário. Os próprios norte-americanos e seus sócios internos se encarregariam de indicar aos revolucionários cubanos os caminhos a seguir.

Outro episódio revelador aconteceu na Câmara dos Deputados. Como deputado federal, fazia eu um dos meus cos-

A arrogância e a violação das praxes diplomáticas caracterizaram a recente visita do presidente Clinton à Venezuela, ao Brasil e à Argentina

tumeiros discursos sobre a política norte-americana de arrocho contra a América Latina. Acentuava que não era a nossa uma voz isolada, porque dentro e fora dos Estados Unidos respeitáveis e influentes lideranças se opunham àquela política e se juntavam aos nossos protestos. E essa sólida corrente ficou mundialmente em evidência pouco mais tarde, durante o seu momento culminante, na resistência à agressão ao Vietnã.

Herbert Levi, um adversário ideológico da esquerda, mas em quem encontrávamos coerência e seriedade, levou o tema para outro rumo. Afirmou que o meu antianiquismo seria "puro despeito". A cidade de Nova Iorque onde nasci não tinha mil habitantes, frente aos milhões da outra Nova Iorque. Explico, para evitar confusões: no vale do Parnaíba, no Maranhão, temos

a nossa Nova Iorque, reconstruída, há alguns anos, quando a velha "Noviorque", como a chamavam os camponeses da região, foi inundada pela barragem da Boa Esperança.

A historiografia oficial informa que a pequena vila fora fundada por um pastor protestante norte-americano de nome Burnett, que plantou outras mais, com nomes de sua pátria: Carolina, no Maranhão, e Filadélfia, no atual estado de Tocantins, e também - não sei se é certo - Anápolis, em Goiás. Um patriota, como se vê, semeador de cidades.

O fato é que a época era marcada por uma luta permanente contra o imperialismo norte-americano - era essa a expressão que usávamos na altura - e seus tentáculos no mundo, mas particularmente em Porto Rico, Panamá, Guatemala e a América Latina, no seu conjunto.

Não é exagero afirmar que durante quase meio século o combate foi duro, sem trégua e muito desigual, mas apaixonante. O próprio movimento guerrilheiro latino-americano, que levou Che Guevara à Bolívia e sacudiu nossos países, o Brasil inclusive, naqueles tempos era profundamente marcado pela inspiração da defesa dos interesses nacionais contra o domínio norte-americano.

Domínio e intromissão

Na verdade, só fazíamos nos defender. Os gringos não nos davam trégua. Washington se metia em tudo. Na administração, na economia, na educação, nas doutrinas militares, nas nossas relações interna-

cionais, na cultura e na vida comum.

Nenhum dos que se opunham a essa política tinha visto para entrar nos Estados Unidos. Só recentemente o obtive. Acho que o Fernando Gabeira ainda está às voltas com esse problema.

A resposta dos militantes mais nacionalistas era igualmente dura e decidida. Que o diga o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Elbrick, seqüestrado por uma frente guerrilheira com base no MR-8, em 1970, e trocado por um grupo de patriotas presos.

Essa posição de resistência tinha amplo apoio popular. A Frente Parlamentar Nacionalista, com mais de cem deputados, a Frente de Mobilização Popular, as Centrais Sindicais, a União Nacional dos Estudantes e a maioria dos intelectuais e artistas formavam uma poderosa vanguarda dessa luta. Em qualquer reunião política aflorava essa realidade. Queimar as bandeiras estreladas do Tio Sam era uma rotina.

Políticos influentes, como os governadores Leonel Brizola, Miguel Arraes e Mauro Borges, davam sustentação política a essa luta, que esbarrou com o golpe de 1964 - este com a responsabilidade diplomática e militar dos Estados Unidos hoje documentadamente comprovada.

No entanto, havia gente importante e responsável - mesmo fora dos que faziam negócios ou recebiam propina dos Estados Unidos - que discordavam dessa posição e consideravam exagerada e injusta

nossa pregação nacionalista. Como sucede ainda hoje, não havia argumentos nem fatos que os convencessem.

Essa relutância acaba de receber um duro golpe com a recente visita do presidente Bill Clinton. A arrogância, o desrespeito pelos direitos nacionais, o sentido de poder imperial, a violação das práticas diplomáticas foram instrumentalizados pelo governo norte-americano - seja através do Departamento de Comércio ou de sua chancelaria - na recente visita à Venezuela, ao Brasil e à Argentina.

Os argentinos deram nas ruas sua candente resposta, mas queremos nos referir em particular à reação brasileira, altiva e amadurecida.

No Congresso, no Judiciário, nas Forças Armadas, na sociedade e no povo, a condenação àqueles métodos foi unânime. Velhas palavras como "imperialismo norte-americano" voltaram à tona. E mesmo o Executivo, sempre cauteloso quando se trata dos Estados Unidos, teve de assumir uma posição mais independente, frente à avalanche do protesto nacional. A repercussão nos meios de comunicação foi extraordinária.

Mas, esse é apenas um episódio, embora importante e revelador, de uma luta que deita raízes na História. A etapa atual se centraliza nas grandes contradições econômicas entre Estados Unidos e América Latina, das quais o confronto Mercosul-Alca é um ponto relevante.

O problema é simples. Os



Foto: Aristóteles Brito

Dois momentos da visita de Clinton ao Brasil: as bananas que lhe foram oferecidas pelo povo e a visita ao morro da Mangueira, acompanhado do ministro Pelé



Estados Unidos resistem à idéia de que exista uma união econômica e aduaneira na América Latina - na qual se integre o Brasil, que tem tudo para ser uma das grandes potências mundiais do próximo século - voltada prioritariamente para os interesses dos seus próprios países. Aí é que está o problema. E é com essa ótica que os Poderes da República, as novas gerações, a sociedade como um todo, devem encarar o emblemático episódio da visita de Clinton.

Ao presidente norte-americano devemos agradecer pelo que o seu governo fez ou deixou de fazer. Em menos de 24 horas Clinton demonstrou aos latino-americanos o que querem os Estados Unidos e que papel, de dependência e submissão, reservam aos nossos países. Naturalmente não contavam,

no nosso caso, com a resistência do povo brasileiro e a altiva consciência do seu próprio destino. Foi uma boa lição e um decisivo momento da vida nacional. A arrogância de Clinton foi, pelo menos temporariamente, remota.

As pessoas ou entidades, que ainda tinham dúvidas e se opunham às posições de resistência, têm agora elementos novos para refletir e fazer um julgamento mais justo, e até isento, da verdadeira natureza da política das classes dominantes dos Estados Unidos para com as nossas nações - por eles vistas exclusivamente como mercados a explorar.

Sob essa ótica, a presença de Clinton entre nós foi altamente didática e por isso merece o nosso obrigado ou "gracias", como diriam os irmãos da América de idioma espanhol. ■

O negócio é abrir mercado

Giro de Clinton alcançou resultados diversos dos previstos

A visita de Bill Clinton à América do Sul incluiu passagens pela Venezuela, o Brasil e a Argentina e foi precedida de um clima pouco diplomático. No caso do Brasil, beirou mesmo a ofensa e deixou exposto o sentimento de prepotência com que os Estados Unidos costumam conduzir suas relações com os latino-americanos. Os preparativos para a viagem do presidente norte-americano vinham transcorrendo sem grandes novidades até o início de outubro, pois as divergências se concentravam praticamente na questão comercial, que envolve o conflito Mercosul/ Alca e as barreiras impostas à entrada de produtos brasileiros no mercado norte-americano.

Mas, de uma hora para outra, tudo desandou e remexeu fundo no complicado baú emocional que cerca as relações do país com a potência. Os desacertos começaram com exigências absurdas do serviço de segurança, arranhando o bom senso e atropelando normas nacionais. A chateação foi tanta, que dona Neuma, um dos



A visita à Argentina foi a que suscitou maiores protestos por parte do povo

símbolos da escola de samba da Mangueira, um dos pontos visitados pelo presidente e motivo de atrito com seus seguranças, chegou a desabafar: "Se quiser vir, venha. Se não quiser, fique em casa."

Sumário negativo

Em seguida, o governo norte-americano divulgou longo estudo sobre a vida econômica e política do Brasil, repetindo chavões e alguns preconceitos. Foi um ataque generalizado aos poderes da República, aos costumes políticos - um documento destinado aos empresários norte-americanos, numa versão apimentada capaz de espantar potenciais investidores.

O embaixador Melvyn Levitsky, já conhecido por outras ações de diplomacia mal-humorada, resistiu, mas acabou ensaiando um contrafeito pedido de desculpas. Trocou o adjetivo "endêmica" por "disseminada", mas manteve o substantivo corrupção - a corrupção endêmica ou disseminada que marcaria a vida institucional brasileira.

Velhas desconfianças e antigas certezas afloraram: o protesto foi unânime contra a postura imperial e mesmo laivos racistas identificáveis nas palavras e atos dos americanos.

Não foram diferentes os relatórios sobre a Venezuela e a Argentina, apesar das "relações carnavais" que o presidente

Carlos Menem e o chanceler Guido de Tella dizem ter seu país com os Estados Unidos. Assim, a corrupção generalizada também é marca cultural na Argentina, segundo a visão norte-americana. E, na Venezuela, o tráfico de drogas tem um paraíso para a lavagem de dinheiro, mesmo porque a justiça é totalmente corrompida naquele país, segundo diz o respectivo estudo. A Justiça também não merece confiança na Argentina, alertou o documento, que citou ainda o risco de quebra do país à mexicana, caso os capitais especulativos se retirem do circuito financeiro argentino.

Reação unânime

O embaixador Levitsky e sua equipe traçaram no relatório sobre o Brasil o clássico retrato de uma república das bananas: governos ineptos, corrupção, muita corrupção - aliás, "corrupção endêmica na cultura brasileira" -, infantilismo político, despreparo partidário, sonhos de grandeza sem amparo na realidade, povo ignorante, país atrasado. A reação foi formidável e a reclamação, geral.

No Congresso, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), definiu o relatório norte-americano como "uma manifestação de prepotência" e assinalou que, nos Estados Unidos, se multiplicam os casos de corrupção, como atestam, aliás, os processos envolvendo o próprio Clinton e a mulher, Hillary. "Temos que reagir a isso. Caso contrário,



Clinton aperta a mão do presidente Rafael Caldera: mas o relatório norte-americano acusa a Venezuela de não se empenhar o suficiente no combate ao narcotráfico

por sermos mais pobres, ficaremos sempre humilhados", disse ACM, que esteve perto de cancelar a programação prevista para o Congresso, devido a exigências que considerou descabidas por parte dos norte-americanos. "E uma atitude prepotente, como os norte-americanos costumam fazer", completou, lamentando que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha reagido de forma diplomática demais.

O ex-presidente José Sarney, na Folha de S. Paulo, comentava as más expectativas que envolviam a visita num artigo com o sugestivo título de "O jumento e a visita de Clinton". "Os neodemocratas, a administração Clinton, mostraram-se piores que os republicanos", assinalou Sarney, lembrando as pressões políticas, diplomáticas e comerciais que impõem ao país. Afirmando que não cabe mais satelitizar o Brasil, o ex-presidente encerrou seu artigo lembrando uma frase do almirante Barroso: "Sustentar o fogo, que a vitória é nossa". Em tempo, o jumento do título se

refere a um ditado nordestino: "Mais vale um jumento que me carregue, que um cavalo que me derrube", ou seja, para o Brasil o jumento Mercosul tem inúmeras vantagens sobre o cavalo (de Tróia) Alca.

Outro congressista, o ex-ministro da Fazenda e deputado Delfim Neto, recordou uma frase do pai da independência dos EUA, George Washington: "Não pode haver maior erro do que esperar favores entre nações. Essa é uma ilusão que a experiência cura."

Já o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, rebateu as críticas norte-americanas ao nosso sistema judiciário com um gesto inamistoso: dispensou-se de contatos com o visitante e mesmo de comparecer à recepção protocolar. "Foi um gesto de arrogância imperial e prepotência", fulminou ele, considerando as opiniões de Washington como "politicamente inconvenientes e diplomaticamente inoportunas".

"Arrogância não rima com diplomacia, apesar de as duas palavras terminarem em cia",

cutucou, de seu lado, o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, criticando o esquema de segurança pretendido pelos norte-americanos, inclusive com detectores de metal e máquinas de raio X para vistoria das autoridades participantes de solenidades, ele inclusive, com a presença de Clinton.

Até a revista *Veja* não se constrangeu de ensaiar uma chamada combatente, na capa da edição de 15 de outubro: "A arrogância do Império - as pressões norte-americanas para abrir o mercado brasileiro".

O embaixador Jório Dauter, representante do Brasil na União Européia, bloco que já é hoje o principal parceiro comercial do nosso país, considerou as pressões de Washington como indevidas: "O Brasil precisa aprender a dizer não." Segundo o embaixador, a política comercial brasileira deve ser a de estabelecer múltiplos relacionamentos, sem se deixar aprisionar. O caso mexicano serve de exemplo: em três anos de Nafta, a economia mexicana tornou-se inteiramente satélite da norte-americana.

Sorriso e jogo duro

Ao chegar ao Brasil, Clinton trazia no bolso uma carta que lhe enviaram os presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado dos Estados Unidos, Benjamin Gilman e Jesse Helms, este, o mesmo da lei que reforça o bloqueio econômico contra Cuba, estabelecendo punições para empresas de outros países que façam negócios com Havana.

Na carta, Gilman e Helms pedem que Clinton pressione os três governos visitados a abrirem seus mercados para produtos norte-americanos, como fibras óticas e medicamentos, a respeitarem as leis de patentes e a darem tratamento especial aos investidores norte-americanos. Em troca do lobby presidencial, insinuam apoio ao pedido de Clinton para que o Congresso lhe dê a licença (fast track) para fechar acordos comerciais diretos e imediatos com outros países - a arma secreta com que a Casa Branca espera desmontar a coesão do Mercosul.

Clinton seguiu a cartilha de Gilman e Helms na Venezuela, mas com pouco sucesso: o presidente Rafael Caldera rejeitou os acordos de proteção a investimentos, propriedade intelectual e bitributação. O ministro do Planejamento venezuelano, Teodoro Petkoff, explicou que as condições propostas eram desiguais e só atendiam a interesses dos Estados Unidos.

Mas Clinton arrancou uma declaração conjunta em que a Venezuela se pôe a favor dos esforços para implantar a Alca. Foram ainda assinados acordos para combate ao narcotráfico e na área de energia. A Venezuela, que está para abastecer a Amazônia brasileira com sua eletricidade, já é o principal fornecedor de petróleo dos Estados Unidos.

No Brasil, os acordos assinados envolveram também a área energética - inclusive nuclear (veja artigo de Vânia Bambirra, na página 54) - edu-



cação, ecologia, justiça, tecnologia espacial e administração pública.

Mas, no capítulo substancial das relações econômicas, só declarações: Clinton deixou em Washington Charlene Barshefsky, chefe da política comercial da Casa Branca e estrategista da guerra anti-Mercosul, e aqui se declarou convencido de que o bloco do Cone Sul é positivo e pode conviver com a Alca, uma mudança notável de discurso. "Eu apóio o Mercosul. Tem sido bom também para os Estados Unidos", disse, referindo-se, sem dúvida, aos crescentes negócios na área da privatização e aos sucessivos superávits comerciais que seu país vem obtendo nos negócios com o bloco. Mas, já na Argentina e diante de Menem, definiu o Mercosul apenas como "um exercício construtivo".



Buenos Aires foi cenário de sérios distúrbios durante a visita de Clinton

protestos de moradores. E o gol que Clinton marcou, ao bater um pênalti na quadra, acabou desmascarado: teria sido uma gentileza combinada por Pelé com o goleiro improvisado, na verdade o armador do São Cristóvão, Reinaldo Alves de Paiva, de 17 anos.

Os protestos de rua em Brasília, Rio e São Paulo reuniram estudantes, sindicalistas e militantes políticos e, embora não tenham adquirido a proporção de manifestações antinorte-americanas do passado ou mesmo dos protestos havidos na Argentina, representaram o sentimento de desagrado que a arrogância da diplomacia de Washington fez reaparecer no país.

Os protestos nas ruas da Argentina, de fato, foram bem mais fortes em Buenos Aires, que vivia os dias finais da campanha eleitoral. A presença de Clinton, que o presidente Carlos Menem considerava um trunfo eleitoral, funcionou ao contrário. Uma semana depois a frente oposicionista obteve esmagadora maioria de votos dos argentinos insatisfeitos com o neoliberalismo. As "relações carnavais" entre as duas nações também fracassaram. Aliás, são relações nas quais apenas o lado argentino parece confiar, pois há seis meses a Casa Branca deixou vaga a embaixada em Buenos Aires e até agora não se preocupou em nomear um titular. ■

(Procópio Mineiro)

Direito das nações

Em troca da mudança de discurso de Clinton em Brasília, o presidente Fernando Henrique Cardoso, além de frisar a prioridade brasileira para o Mercosul, concedeu o apoio aos trabalhos de formação da Alca, a partir de 2005, sem encampar, porém, a antecipação pretendida pela Casa Branca. O discurso de Fernando Henrique, além disso, foi abundante de diplomáticos puxões de orelhas no visitante.

"Cabe a nós defender e assegurar o direito das nações. A nova ordem global não pode ser imposta, mas compartilhada; não deve ser espoliadora, mas promotora do bem-estar da humanidade", disse o presidente brasileiro, a propósito do momento internacional da globalização econômica.

Já como resposta às acusações norte-americanas de protecionismo brasileiro, FHC lembrou que a presença dos Estados Unidos na nossa economia continua a crescer "graças à multiplicação de oportunidades comerciais e de investimentos que o Brasil tem oferecido a seus sócios". Fazia referência às políticas neoliberais que vem adotando e que, neste ano, darão um superávit a favor de Washington de cerca de US\$ 6,5 bilhões, metade do déficit comercial previsto para o país.

O clima negativo da passagem de Clinton pôde ser medido no próprio dia da chegada a Brasília: metade dos convidados não apareceu para a recepção no Itamarati. A visita ao morro da Mangueira, no Rio, apesar de todos os preparativos e da presença de Pelé, não impediu a exibição de faixas de

TNP

Uma faca de dois gumes



**Ao subscrever
o Tratado
de Não-Proliferação
de Armas Nucleares,
o Brasil estaria
admitindo
o cerceamento de seu
desenvolvimento
científico-tecnológico**

Vânia Bambirra

No marco da Guerra Fria, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a ex-União Soviética assinaram, em julho de 1968, o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que começou a vigorar em 1970¹. O objetivo do acordo era obrigar os países que não possuíam armamentos atômicos a renunciar à pretensão de tê-los e, aos que os possuíam, a assumir o compromisso de não fornecerem àqueles os meios necessários para a sua produção.

No mesmo ano, a Resolução nº 255 do Conselho de Segurança das Nações Unidas passou a prever a garantia de assistência aos países não-portadores daquele tipo de arma em caso de agressão nuclear.

Foi criada a Agência Internacional de Energia Atômica

(AIEA), com a finalidade, entre outras, de propiciar assistência na liberação de recursos e capacitação tecnológica para a utilização do átomo com fins de desenvolvimento pacífico. Contudo, se bem o Tratado coibia a nuclearização dos países que não dominavam até então a tecnologia atômica - a chamada proliferação horizontal - o mesmo não incidia sobre a proliferação vertical nos países nucleares, sobretudo nas superpotências, cujos armamentos nucleares não estavam submetidos a qualquer tipo de controle.

De fato, os Estados Unidos e a ex-União Soviética se confrontavam na época através da corrida armamentista, que só começou a ser detida, no seu aspecto quantitativo, por meio da subscrição, primeiro, do Strategic Arms Limitation Talks (Salt), e em seguida do Strategic Arms Reduction Talks (Start I e II), como tam-

A foto mostra uma votação das Nações Unidas sobre a limitação de armas nucleares, com os delegados olhando para o painel com o resultado

bém de tratados multilaterais que proibiam a utilização da atmosfera, da superfície lunar e dos fundos marinhos para experimentos ou armazenagem de arsenais atômicos.

Além dos Estados Unidos (1945) e da URSS (1949), fizeram provas com artefatos nucleares a Grã-Bretanha (1951), a França (1960), a China (1964) e a Índia (1974). A Alemanha, a Suécia, o Japão e a Suíça possuem capacidade nuclear ainda não-desenvolvida através da explosão de experimento. Na mesma situação se encontrava a África do Sul até o advento do governo Mandela, quando o seu potencial atômico foi desativado².

Sobre o Brasil, muita pressão foi exercida para a subscrição do TNP por parte dos Estados Unidos. Washington oferecia ao país uma pretensa ajuda para a implementação de um programa de desenvolvimento nuclear pacífico que contemplaria o "treinamento maciço de engenheiros em tecnologia nuclear, participação opcional no programa 'átomos para a paz' (que depois fracassou pela impossibilidade de eliminar efeitos radiativos nas explosões pacíficas) e financiamento concessional para termelétricas nucleares".

Nuclebrás

Nenhuma das referidas promessas foi cumprida, o que levou à subscrição do acordo nuclear com a Alemanha, em 1975, durante o governo do general Ernesto Geisel, que contemplava a construção de dez usinas nucleares até 1990.

Criou-se a Nuclebrás, com a finalidade não apenas de implementar o desenvolvimento da tecnologia atômica para fins econômicos pacíficos, mas de alcançar o "domínio completo do ciclo nuclear" para obter a capacidade de produzir artefatos bélicos. Para consumir tal pretensão, chegou-se inclusive a preparar o local, um buraco profundo na serra do Cachimbo, no estado do Pará, onde seria realizada a experiência de explosão da bomba atômica brasileira.

Mas, durante o governo Collor, com o começo da implementação da política neoliberal e o alinhamento aos ditames de segurança nacional hemisférica dos Estados Unidos, as preparações para a primeira experiência com artefato nuclear foram desativadas e o local da prova, fechado.

Os motivos que levaram os militares brasileiros nos anos sessenta, com um significativo apoio da comunidade científica, à não-adesão ao TNP e à busca do domínio completo do ciclo atômico, coadunavam-se com a estratégia de transformar o Brasil em uma potência hemisférica. Uma potência apta a disputar um posto privilegiado no continente e capaz de desempenhar papel relevante em nível mundial.

Para isso, era imprescindível implementar um audacioso crescimento econômico e, ao mesmo tempo, lograr a condição de potência militar, através do desenvolvimento de tecnologia sensível, à qual os Estados Unidos vinham bloquean-

do o acesso. Essa tecnologia permitiria a construção de artefatos de uso pacífico - como o Veículo Lançador de Satélites (VLS) e o submarino atômico - que o monitoramento internacional do TNP impedia o Brasil de desenvolver sob o argumento de que quem produz um lançador de satélites tem condições de construir um míssil balístico.

Assim, a rejeição ao tratado tornou-se uma questão de princípio da política exterior brasileira, na medida em que o país recusava-se a abrir mão da posse do desenvolvimento tecnológico de ponta. Rejeitava-se o TNP por colocar o seletor clube atômico na privilegiada posição de árbitro da humanidade, tanto na paz como na guerra. Os países que ficavam de fora tornavam-se, de fato, nações de segunda classe, sem capacidade de influenciar a tomada de decisões sobre questões mundiais.

América Latina e Caribe

Essas foram as principais razões pelas quais o Brasil passou quase três décadas resistindo à assinatura do TNP, ao lado da Índia, Paquistão, Israel e Cuba.

Hoje, o Brasil já não enfrenta suspicácias fronteiriças com a Argentina. Em 1991, foi concluído com esse país o Acordo para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, precedido de visitas dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín às instalações secretas de ambos os países. E foi criada a Agência

Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc), que prevê inspeções periódicas mútuas por parte dos dois países.

O Acordo Quadripartite, vigente desde março de 1994, entre o Brasil, a Argentina, a AIEA e a Abacc, faculta às últimas a aplicação de salvaguardas sobre todo o material nuclear existente em ambos as nações.

O intercâmbio entre eles vem se incrementando significativamente no campo da parceria nuclear. Já estão sendo comercializados radioisótopos e radiofármacos, difunde-se a técnica de irradiação de alimentos, e se desenvolvem projetos de complementação industrial que incluem até a construção conjunta de um reator batizado de Mercosul, visando à exportação de energia para os demais países do continente.³

No que diz respeito à América Latina, o Brasil ratificou, em 1994, o Tratado de Tlatelolco, que proíbe o uso de artefatos nucleares para fins bélicos no continente. (A subscrição a tal acordo foi desnecessária, pois o mesmo tem status de lei ordinária, portanto, hierarquicamente inferior à Constituição Federal, que em seu Art. 21, inciso XXII, propugna como princípio que "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso".)

Durante esses anos, o Brasil vem desenvolvendo significativa capacidade tecnológica. Acordo com a China lhe permite colocar em órbita satélites brasileiros por meio de foguetes

chineses "Longa Marcha". E está concluindo o desenvolvimento do VLS e a instalação da base de lançamento de Alcântara, no Maranhão.

Nesse cenário, o governo de Fernando Henrique Cardoso decidiu subscrever o TNP. Em discurso por ocasião da cerimônia de assinatura da mensagem que envia o tratado ao exame do Congresso Nacional, o presidente diz que "mundo mudou desde o fim da Guerra Fria. O mundo hoje é fundamentalmente diferente do que era há trinta anos. Há uma convergência cada vez maior sobre os objetivos do desarmamento e da não-proliferação nucleares". A nota destaca os "três pilares do TNP: não-proliferação, cooperação para fins pacíficos e desarmamento".

Contudo, é fácil ver que esses pilares são fracos: não impediram a proliferação, pois vários países desenvolveram, posteriormente à assinatura do tratado, artefatos nucleares; a cooperação para fins pacíficos não se efetivou, como é patente no caso brasileiro; e o desarmamento das potências nucleares também não se efetuiu, exceto no aspecto quantitativo.

Apesar do TNP ter sido entendido por tempo indeterminado - mediante acordo com as cinco grandes potências (além dos signatários já citados, França e China) - elas não desmontaram seus arsenais. E não é só isso: em 1995, a França consumou, sob protestos, experiências atômicas no Atol de Mururoa.

Por outro lado, a última reunião de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte

(Otan), em julho, atesta dois fatos: primeiro, que sobrepondo-se à idéia de desarmamento, ela está empenhada em crescer, englobando a Polônia, República Tcheca e Hungria (contra a opinião da Rússia); segundo, os EUA continuam ditando as regras do jogo, como ficou patente no seu veto ao ingresso da Eslovênia e da Romênia (contra a posição da França).

A mensagem do governo explicita que "uma série de fatores adicionais recomendou a adesão (do Brasil) como um ato de estratégia político-diplomática (...). O fato é que, hoje, a manutenção de nossa oposição ao TNP constitui mais um ônus político que um benefício".

O governo reconhece que a adesão ao TNP é "essencialmente política" (como diz o documento "Informação sobre o TNP", divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores), mas não desvenda que estratégia é essa.

Seria para viabilizar a ambição brasileira de ter acesso permanente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde apenas cinco países - só os membros do clube atômico - têm assento permanente e direito a veto? Se é por isso, não passa de mera quimera, como mostra a recente aceitação do Brasil no Conselho para uma vaga *rotativa*, muito diferente da ampliação permanente da representação latino-americana, apregoada pelo nosso país. Ou será devido à pressão dos Estados Unidos e da Argentina, esta última agora parceira do Brasil, como já vimos, na Abacc?

Não foi sem razão que o



O TNP não obrigou as potências nucleares a se desfazerem de suas armas atômicas: o desarmamento tão aguardado não se efetivou

presidente Clinton saudou, e-
xultante, o enquadramento bra-
sileiro, em telefonema a Fer-
nando Henrique Cardoso, após
a subscrição do tratado.

Como diz o professor Bautis-
ta Vidal, ex-secretário de Tecno-
logia Industrial, "a idéia de que,
quando o Brasil aderisse ao tra-
tado, passaria a influenciar es-
sas questões por dentro, não
resiste a análise séria".

Com esta adesão ao TNP, o
Executivo brasileiro "põe o país
em posição subalterna e faz-nos
perder excelentes elementos de
barganha, que resultam da in-
vejável postura moral da nossa
Lei Magna, ao definir a posição
brasileira contrária à produção
e ao uso de armas nucleares, o
que não acontece com aqueles
que controlam o TNP (...)".

Vidal afirma que não é ver-
dade, como diz a Mensagem,
que se ausentando desse trata-
do, o Brasil nada ganha. "Pelo
menos não perde o direito de
defender-se e de ter esperanças

de sobreviver. Também não é
verdade que, entrando, nada
perde. Perde a oportunidade de
situar-se como nação de 1ª clas-
se, ativa, soberana e digna, que
necessita de garantias para so-
breviver, não estando disposta a
imolar-se por antecipação", afir-
ma o ex-secretário.

A posição brasileira deveria
ser a de não admitir o cercea-
mento da nossa capacidade de
desenvolvimento científico-tec-
nológico, o que, de fato, está
implícito no tratado.

O Brasil deve levantar sua
voz no cenário mundial contra a
militarização em geral e a atô-
mica em particular, exigindo
assim que as potências nuclear-
es deixem de chantagear a
humanidade com o pesadelo da
hecatombe, liquidem de vez
seus arsenais e cessem as
pesquisas de aperfeiçoamento
qualitativo.

Assim, a existência de
tratados discriminatórios se-
rá supérflua. ■

*Hoje com 185 signatários, o tratado é o
que recebeu maior aceitação internacional,
apenas comparável à Carta das Nações
Unidas. Mas não foi capaz de evitar a cor-
rida nuclear. Em 1974, o Canadá forneceu
material para que a Índia explodisse a
bomba atômica. O exemplo foi sendo
seguido por outros países, que passaram a
ser chamados de "países no limiar": detêm
tecnologia para produzir a bomba, mas
ainda estão distantes das potências
nucleares*

*²A África do Sul, governada por Nelson
Mandela, tornou-se o primeiro país a des-
mantelar voluntariamente sua capacidade
nuclear militar, sob a inspeção da Agência
Internacional de Energia Atômica*

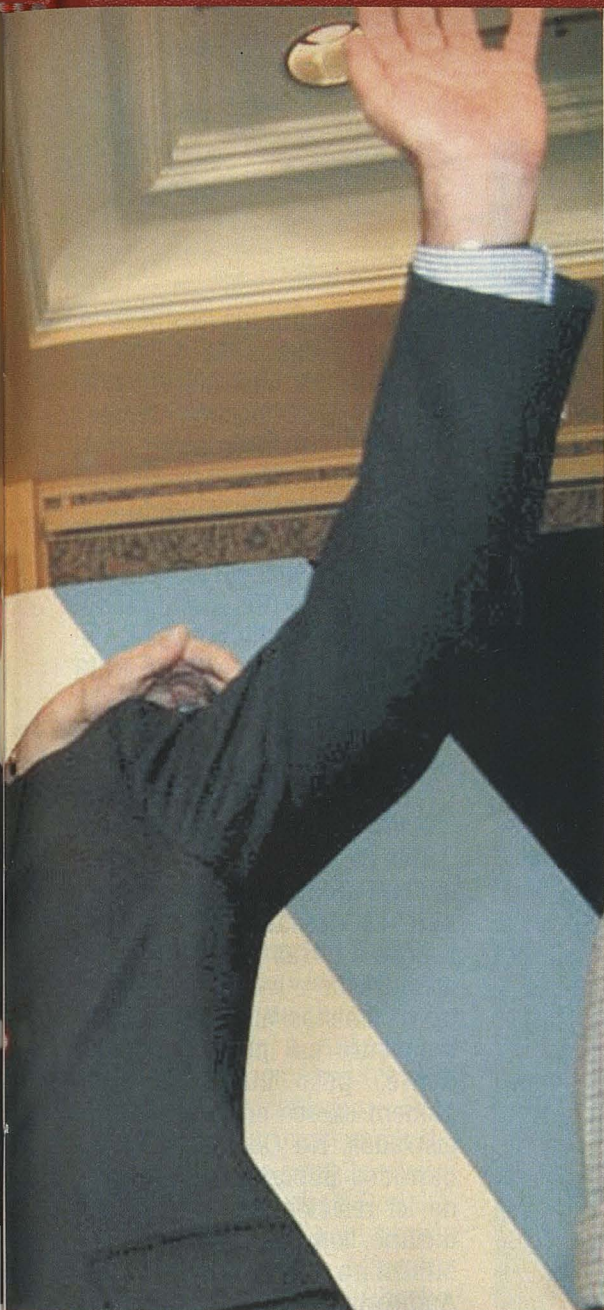
*³A capacidade brasileira de irradiação de
alimentos é insignificante, e por isso a
nossa balança comercial está sendo com-
prometida. O país produz 32 milhões de
toneladas de frutas por ano - poderia pro-
duzir muito mais - e vende só US\$ 150
milhões. O Chile, que possui um potencial
muito menor, exporta anualmente US\$
1,5 bilhão. Além disso, a técnica da irradia-
ção, aprovada pela Organização Mundial
do Comércio (OMS), possibilita a con-
quista de novos mercados, ao derrubar
barreiras sanitárias por neutralizar a ação
de bactérias, insetos e roedores*



Chacho Alvarez, Graciela Fernández Meijide e De la Rúa festejam a contundente vitória eleitoral da Aliança

Aliança derrotada modelo neoliberal

Micaela Ramada



A invencibilidade do peronismo foi desmentida no pleito de outubro, que se transformou numa prévia da eleição presidencial do fim do século



rosto iluminado pela alegria da senadora Graciela Castagnola de Fernández Meijide - a grande estrela da eleição legislativa de outubro na Argentina -, era bem expressivo: demonstrava o sentimento de conforto com a mensagem das urnas. Uma mensagem que ela e os companheiros da Aliança tinham ajudado a desenhar quando em agosto passado, somente dois meses e meio antes da consulta eleitoral, decidiram criar uma coligação opositora para enfrentar a até então aparentemente imbatível "máquina" do Partido Justicialista (PJ-peronista).

A coalizão de centro-esquerda Aliança - formada pela União Cívica Radical (UCR), o partido argentino mais antigo, e a bem mais jovem Frente País Solidário (Frepaso), na qual se incluem muitos peronistas dissidentes - ganhou a eleição que serviu para a renovação de 127 das 257 cadeiras da Câmara dos Deputados. Os partidos da Aliança passaram de 91 para 110 representantes na Câmara e o Justicialismo perdeu 13 deputados. "O presidente Menem não governará mais com um cheque em branco", resumiu Rodolfo Terragno, presidente da UCR e um dos principais idealizadores da Aliança. De fato, agora o Partido Justicialista terá que negociar com a oposição para levar adiante seus projetos e chegar sem problemas a 1999, quando vence o mandato do presidente. Até agora, o quorum de 131 deputados praticamente lhe permitia governar sozinho.

A contundente vitória da coligação opositora demonstrou que ambas as agrupações souberam traduzir em propostas políticas o sentimento de cansaço da população diante de um governo que - aplicando à risca o modelo neoliberal - manteve-se insensível com as questões sociais, desatento aos interesses nacionais e tolerante ao extremo com a corrupção.

"Derrotamos o governo federal e o governo da província de Buenos Aires, que são sinônimos de uma forma antiga, soberba, de fazer política, de pessoas que acham que



Menem e o modelo neoliberal foram os grandes derrotados em outubro

podem perpetuar-se no poder eternamente”, disse “Graciela”, como é chamada singelamente pelo povo a ex-senadora e recém-eleita deputada.

A análise dos resultados permite constatar que a Aliança ganhou com folga onde se apresentou, e que os dois agrupamentos que a formam não conseguiram isoladamente igual desempenho em províncias onde não foi possível formalizar a coligação. Ou seja, o fato político criado com a unidade deu à UCR e à Frepaso uma força que não atingiram isoladas.¹

Outra constatação é a de que na recente eleição o povo se libertou da armadilha criada pelo presidente Carlos Menem - considerado o grande derrotado do pleito - que em ocasiões anteriores tinha conseguido passar a idéia de que a estabilidade econômica argentina dependia da sua continuidade e de sua equipe no poder. Graciela Fernández Meijide foi muito clara em suas declarações a respeito. Sempre assinalou que a Aliança não estava

contra a estabilidade, mas que a diferença com o governo “é que nós não acreditamos - como alegava Menem - que seja possível se fazer primeiro a etapa econômica, prescindindo dos aspectos institucionais e sociais”.

“Nossa primeira reclamação” - acrescentou a dirigente da Aliança - “é no plano institucional: não se pode definir umas regras de jogo para ver depois se serão respeitadas. A Aliança apóia a abertura da economia, a estabilidade e o equilíbrio fiscal. Mas isso não significa aceitar o modelo tal e qual está sendo imposto. Não aceitamos o despreço pelas instituições nem a indiferença social, justificada com frases como ‘sempre houve pobres!’.”

Fernández Meijide enfatizou durante a campanha as discrepâncias com o governo em vários aspectos do modelo econômico, entre eles o das privatizações: “Na nossa opinião os entes que dirigem o processo não são vigilantes o suficiente, nem defendem os direitos do consumidor.”

O fundador da Frepaso e cabeça da chapa da coligação opositora na capital², Buenos Aires, Carlos “Chacho” Alvarez, denunciou que tentaram vender a imagem de que “a Aliança concorda com o modelo de Menem, mas nós não concordamos. O modelo de Menem é o da carência do Estado, da falta de organismos de controle, da corrupção, da carência de educação, é esse o modelo que ele ofereceu ao povo”, acrescentou Alvarez.

O deputado aliancista reeleito adiantou que as prioridades da Aliança para o trabalho no Parlamento serão o combate ao desemprego e à corrupção e novas propostas para a Educação e a Justiça, que os opositores alegam não ser realmente um poder independente, pela influência que Menem exerce em muitos magistrados. No Congresso estão barrados importantes projetos de lei relacionados com o Judiciário, como por exemplo o do Ministério Público, uma lei de Auditoria Nacional e uma outra que estabelece o Conselho da Magistratura (organismo responsável pela nomeação e controle dos juizes).

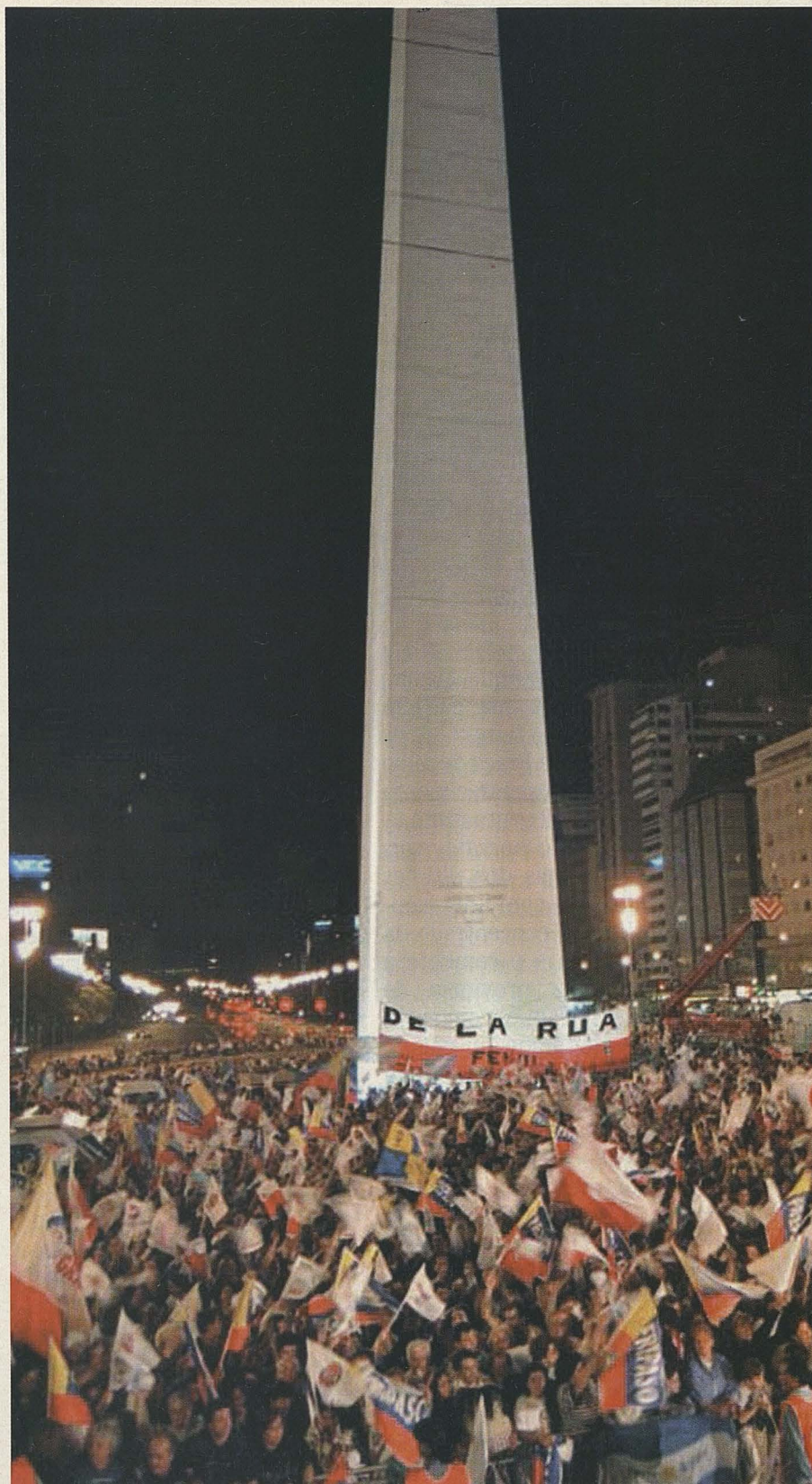
Campanha para 1999

O tom da campanha eleitoral mostrou que o pleito legislativo - na Argentina se renova metade do Congresso a cada dois anos - era encarado como uma prévia da eleição presidencial de 1999. E o resultado constituiu a primeira derrota eleitoral em nível nacional de toda a história do Partido

Justicialista e a primeira derrota eleitoral do presidente Menem em mais de oito anos de governo. Daí ter sido interpretada pelos analistas políticos como uma eleição que quebrou o mito da invencibilidade peronista, mesmo entre a população pobre, que votou maciçamente na Aliança.

A oposição agora tem tudo para eleger o próximo presidente. Não cometendo nenhum erro grave - como mostrar desavenças entre os dois agrupamentos que formam a Aliança na atuação parlamentar - o candidato favorito à presidência daqui a dois anos deverá ser um de seus dirigentes: Graciela, que derrotou Duhalde e Menem; Chacho Alvarez, que conquistou na sua chapa 56,8% dos votos para a Aliança na cidade de Buenos Aires (contra 19,9% do justicialismo); Fernando de la Rúa, ex-senador da UCR, o primeiro prefeito eleito da história da capital; Rodolfo Terragno, jornalista e ex-ministro do governo Alfonsín, segundo na chapa de Chacho Alvarez e peça fundamental para a formação da Aliança; ou o próprio Raúl Alfonsín, o primeiro presidente eleito após os governos militares (1983/1989), que não concorreu às eleições de outubro para possibilitar a formação da Aliança.

Apesar de qualquer um dos cinco dirigentes que formam a direção nacional da Aliança ter condições de ser o candidato presidencial, os jornais argentinos já reduziram a lista a dois: Graciela Fernández Meijide e Fernando de la Rúa.



Eleitores da Aliança festejaram a vitória até a madrugada, no Centro de Buenos Aires

Apoio ao Mercosul

Caso a Aliança venha a ser governo a partir de 1999, nada mudará na posição argentina em relação ao Mercosul. Para não deixarem dúvidas quanto à sua defesa do bloco econômico, os principais dirigentes da Aliança visitaram Brasília em agosto passado, para entrevistar-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com os líderes do Congresso.

Tanto a Frepaso quanto a UCR têm grande confiança no futuro do Mercosul, e em particular a UCR se

considera, com justiça, "mãe" do projeto de integração, que foi impulsionado, do lado argentino, pelo então presidente Raúl Alfonsín.

No máximo, a Aliança poderá fazer mais pressão em favor da criação de um organismo político supranacional do Mercosul, inspirado na Comissão Européia, o braço executivo da União Européia. A Aliança acredita que um organismo como esse poderia ajudar a evitar choques desnecessários entre os membros do bloco.

A primeira, porque mesmo tendo iniciado a sua carreira política há pouco tempo - após tornar-se mãe da Praça de Maio em 1977, pelo desaparecimento de seu filho Pablo, então com 17 anos - venceu o aparato mais poderoso do país dos últimos cinquenta anos com uma campanha simples, concentrada na luta pela ética e o combate à corrupção. Na província de Buenos Aires, que concentra 37,2% do eleitorado do país, o suficiente para decidir uma eleição nacional, Graciela levou a Aliança a uma vitória que superou as expectativas mais otimistas: obteve 48,29% dos votos contra 41,32% do situacionismo de Dualde. O peso político de Graciela é hoje bem maior em nível nacional que o de Chacho Alvarez, que concentra suas bases eleitorais na capital.

O outro favorito é Fernando de la Rúa, que ocupa o segundo cargo mais importante do país depois da presidência, e é um político que inspira confiança

na população. A avassaladora vitória da Aliança na capital pode ser interpretada não só como um voto de castigo ao governo Menem e de apoio a uma alternativa confiável mas também como um pronunciamento em favor do atual prefeito, cuja administração tem se caracterizada pela transparência e a austeridade, em oposição às práticas do menemismo.

Tudo indica que um será o candidato à presidência e o outro, à vice.

O Partido Justicialista ficou sem nenhum candidato "natural", uma vez que o governador da província de Buenos Aires (que circunda a capital mas é eleitoralmente uma jurisdição separada desta), o peronista Eduardo Duhalde, foi esmagado pela Aliança. A derrota de Duhalde - que assumiu para si a responsabilidade pelo mau desempenho do justicialismo no principal reduto eleitoral argentino - abre espaço para

candidatos do interior do país, entre eles o ex-governador da província de Tucumán Ramón ("Palito") Ortega, ex-cantor brega, que anunciou que disputará "com tudo" a interna justicialista.

Sem perder tempo

Já no dia seguinte à eleição, Alfonsín, Chacho Alvarez, Rodolfo Terragno, Fernando De la Rúa e Graciela Fernández Meijide se reuniram não só para passar a limpo os resultados obtidos pela Aliança mas sobretudo para definir o papel da oposição na nova etapa da vida política do país. Entre as prioridades da agenda de trabalho estava a conformação das equipes que trabalharão na elaboração do programa de governo para 1999 e das assessorias que darão sustentação à atuação parlamentar da coligação a partir da instalação do novo Congresso, em dezembro. Nesse sentido, Graciela Fernández Meijide já adiantou que em momento algum a Aliança vai acuar o governo: "Queremos que o governo chegue a bom porto, sem criar situações que acabem punindo todo o país", afirmou. "A nossa mensagem não é apocalíptica. Já aprendemos que os dramas do nosso país não se solucionam dramaticamente e sim quando são encarados institucionalmente. Não apostamos num final caótico para este governo."

Outra preocupação é a consolidação da Aliança nas províncias do interior, já que no curto tempo de sua existência

ela pode se firmar, principalmente, na capital e na província de Buenos Aires. A própria direção nacional da coligação deverá incorporar, no futuro, lideranças do interior do país.

Da reunião saiu a primeira definição da atuação da oposição no Congresso. "Não vamos deixar de dar quorum nas votações, mesmo quando se trate de leis com as quais não estamos de acordo, como a de flexibilização laboral", assinalou Chacho Alvarez. "Aspiramos a ser no Congresso um fator de controle do Executivo, evitando permitir o desenvolvimento do absolutismo. A Aliança aposta na participação e no fortalecimento da sociedade civil", disse, por sua vez, Graciela.

A idéia dos dirigentes da Aliança é que Menem tem diante de si dois caminhos. Um mais construtivo, de diálogo com a oposição através de seus líderes no Congresso, e um outro, de confronto, de intransigência, que o levaria a governar por decreto nos dois anos que lhe restam.

"Muito vai depender de quem exerça maior influência no presidente, os colaboradores mais conscientes, que acham que a mensagem das urnas deve levar o governo a rever suas posições, ou os inflexíveis, para os quais tudo deve continuar como está, custe o que custar", acrescentou Alvarez.

"Espero que Menem compreenda que não vão lhe servir o caudilhismo nem o autoritarismo, numa Argentina que entrou para a globalização em todos os terrenos, também no que diz



'Chiche' Duhalde, esposa do governador da província de Buenos Aires: derrotada por Graciela Meijide

respeito à institucionalização", disse Graciela.

Em sua primeira entrevista após o pleito, o presidente Carlos Menem disse que a governabilidade não estava comprometida pelo triunfo opositor e que não serão necessários pactos com a Aliança até o final de seu mandato. "Continuamos sendo a primeira minoria na Câmara e maioria no Senado", afirmou. E, adiantando-se a possíveis problemas no Congresso, assinalou que se houver um "estancamento não será culpa do governo, mas dos que não permitem a votação das leis pendentes no Parlamento". Sem admitir a amplitude de sua derrota em nível nacional, o presidente colocou a ênfase na vitória do peronismo em dez províncias, mesmo sabendo que elas são inexpressivas do ponto de vista do caudal eleitoral. Mas, diante da insistência dos jornalistas, reconheceu que, "de fato, não estava nos nossos cál-

culos que perderíamos por uma diferença tão grande na província de Buenos Aires".

Nesse mesmo tom, mais realista, Menem admitiu que "o combate ao desemprego (que está em 16%, *Nota da Redação*) e uma mais efetiva ação no terreno social" foram mensagens nítidas do resultado das urnas. Sem definir como o fará, o presidente se comprometeu a entregar o poder em 1999 "com não mais de 7% de desempregados" no país.

O ex-ministro de Economia de Menem, Domingo Cavallo, que se distanciou do presidente e fundou um partido político, Ação pela República, pelo qual foi eleito deputado pela capital, igualando em votos ao Justicialismo (17,92% do PJ e 17,07 da Ação pela República) em Buenos Aires, considerou "totalmente fora da realidade" as primeiras declarações de Carlos Menem desconhecendo a derrota. "Ele perdeu sim. O triunfo da Aliança foi sobre Menem", afirmou Domingo Cavallo. E adiantou qual será o eixo da sua atuação parlamentar: um projeto de lei que simplifique e alivie a carga tributária e as exigências trabalhistas e da previdência social para pequenas e médias empresas. ■

¹ Nos lugares onde a Aliança não foi formada, a UCR obteve 6,9% dos votos e a Frepaso, 2,4%. Já a Aliança obteve 36,4% dos votos de todo o país e o Partido Justicialista, 36,2%.

² Na Argentina se vota em listas fechadas, definidas nas Convenções partidárias, e entram para a Câmara os primeiros colocados, em número igual ao das cadeiras obtidas por cada partido.

Seres humanos como mercadoria

Exploração de trabalhadores ilegais gera US\$ 7 bilhões a mafiosos



Os imigrantes ilegais usam de todas as formas para ingressar nos EUA, onde a população latina aumenta mais do que a população negra

O tráfico de mão-de-obra ilegal para a América Central deixa por ano uma média de US\$ 7 bilhões a seus promotores. O dado foi divulgado pela diretora de Migração de Honduras, Angelina Ulloa, que atribuiu os números a pesquisas preliminares feitas por autoridades migratórias da região.

A América Central é considerada uma região-chave para o tráfico de trabalhadores ilegais da América do Norte e do Sul. Só em Honduras, cada mês se detecta a entrada ilegal de cerca de 1,4 mil peruanos, 1,0 mil equatorianos, 1,0 mil haitianos e dominicanos, 50 colombianos, 50 brasileiros, 100 paquistaneses, além de numerosos iranianos, hindus, chineses, entre outros.

A impunidade é a maior incentivadora do delito, na opinião de Ulloa, que disse ter denunciado essa situação ao governo para deter de uma vez

por todas o negócio ilícito "que está fomentando ainda mais a corrupção em nosso país".

De acordo com os registros, os migrantes ilegais usam a região como ponte para ingressar no Canadá e nos Estados Unidos, países que aparecem como favoritos em seu destino final. O relatório preliminar, citado por Ulloa, revela que existe na região uma bem organizada rede de traficantes, que subdividem suas ações em delitos relacionados com as drogas, roubos de automóveis e tráfico de armas, entre outros.

Reforçar o controle

As autoridades hondurenhas estão coordenando com as dos países vizinhos uma estratégia de combate a esse tráfico, visando reforçar os controles migratórios, modificar as leis e ampliar a capacidade de investigação da Polícia. O tráfico de trabalhadores ilegais em Honduras foi descoberto em



1994, quando a Chancelaria detectou que desde 1990 se falsificavam passaportes.

Durante a administração do ex-presidente Rafael Callejas (1990/1994) foi aprovada uma lei a fim de promover a instalação, com seus capitais, de cidadãos asiáticos no país. Uma pesquisa do jornal norte-americano The Washington Post mostrou que esse dispositivo produziu um tráfico de vistos, passaportes e títulos de cidadania falsos. A venda de vistos gerou US\$ 625 milhões aos funcionários corruptos. Alguns pagamentos de propinas foram realizados por membros de uma poderosa organização criminal russa. No negócio, estariam envolvidos "peixes graúdos" ligados à administração hondurenha daquela época.

Commonwealth decepçiona

Países de língua inglesa não expulsam a ditadura militar nigeriana e frustram ONGs de direitos humanos

Os líderes da Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth¹), reunidos em Edimburgo, Escócia, rejeitaram o pedido das nações africanas, encaminhado por Nelson Mandela, para que uma comissão fosse enviada à Nigéria a fim de pressionar o governo a libertar os presos políticos. Além disso, não expulsou a nação africana da organização.

A Commonwealth limitou-se a prorrogar por um ano a suspensão da Nigéria e voltou a ameaçar com duras sanções - incluindo a expulsão -, caso o governo militar não cumpra o compromisso de realizar eleições livres no prazo de um ano².

A Nigéria foi suspensa depois que a junta militar encabeçada pelo general Sani Abacha ordenou a execução do escritor Ken Saro Wiwa e mais oito ativistas dos direitos humanos, em 1995.

Poucos dias antes da reunião de Edimburgo, a Human Rights Watch (HRW), uma prestigiosa organização não-governamental dedicada à defesa dos direitos humanos no mundo, tinha divulgado um relatório sobre a situação na Nigéria denunciando como uma "fraude" o programa de transição à democracia proposto pelo regime do país. "As Forças Armadas dão claros sinais de estarem decididas a permanecerem no governo", assinala o relatório. E acrescenta que "o general Abacha ma-

sua opinião, já teria justificado a expulsão em Edimburgo.

Apesar de todas as evidências, a Commonwealth não agiu com a dureza que os africanos esperavam. O secretário-geral da Comunidade, Emeka Anyaoku, que é nigeriano, foi muito criticado pelas organizações de direitos humanos devido à "linha branda" adotada em relação à junta que governa o seu país. Um dos mais duros críticos foi Ken Wiwa, filho do escritor Ken-Saro-Wiwa, que reuniu a imprensa para denunciar o que chamou de "tentativa de temporizar com a ditadura", por parte de Anyaoku.

"Mesmo estando a cada dia mais claro que Abacha procura perpetuar-se no poder como presidente civil, os governos estrangeiros continuam a dizer que vão esperar um pouco mais", desabafou o escritor nigeriano, Wole Soyinka, primeiro intelectual da África subsaariana a receber o Prêmio Nobel de Literatura.

É dele o artigo que publicamos a seguir, escrito pouco antes da reunião de Edimburgo. ■

nipula cada passo do atual programa de transição em seu próprio benefício, sugerindo que, na verdade, trata-se (a prevista eleição de 1998) de uma auto-sucessão. Os cinco partidos registrados quase não se diferenciam entre si. A maioria tem estreitos vínculos com a elite militar e dois deles já propuseram adotar o general Abacha como candidato à presidência".

"Os líderes da Commonwealth não deveriam deixar-se iludir pela promessa dos militares nigerianos de entregarem o governo", advertiu Peter Takirambudde, diretor-executivo de HRW/África. O ativista lembrou que a Nigéria não adotou nenhuma das medidas definidas pelos líderes da Comunidade Britânica em 1995, quando esse país foi suspenso da organização. Só esse fato, na

¹Os 54 membros da Commonwealth - a Grã-Bretanha e quase todas as suas ex-colônias - são responsáveis por perto de 20% do comércio mundial

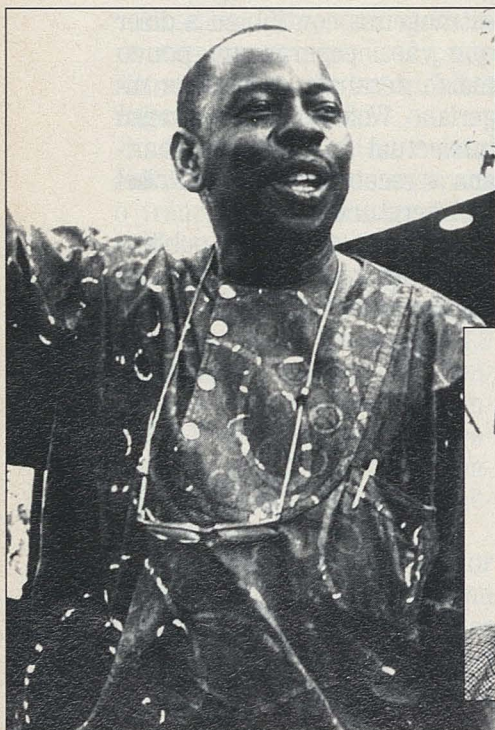
²Bashorun M. Abiola, um rico comerciante, foi eleito presidente em 12 de junho de 1993. Em maio do ano seguinte, ao anunciar a intenção de formar um governo de unidade nacional, foi detido e acusado de traição pelos militares, num episódio que deixou mais de 200 mortos. Desde então o governo ficou nas mãos de uma junta militar

NIGÉRIA

O império do terror

A comunidade internacional não pode continuar fingindo que não sabe o que acontece no país

*Wole Soyinka**



Ken Wiwa (foto embaixo), filho do escritor Ken-Saro-Wiwa (à esq.), denunciou a 'tentativa de contemporizar com a ditadura', por parte da Commonwealth



As torturas mais vis, monstruosas e inimagináveis têm, sido institucionalizadas na Nigéria pela ditadura militar do general Sani Abacha. As pessoas que governam o país têm como propósito principal mostrar a toda a oposição que nada está fora do alcance do general Abacha.

Bello Fadile, preso por uma suposta tentativa de golpe, foi torturado selvagemmente para ser obrigado a testemunhar contra o ex-presidente Olusegun Obasanjo, preso sob as mesmas acusações.

Pela primeira vez na história, as famílias dos opositores são castigadas por supostas atividades

dos seus parentes. Os familiares do coronel Iyomade, agora exilado e acusado de traição, foram presos. A captura de reféns, uma prática que nem o regime sul-africano do apartheid utilizou, tem sido institucionalizada na Nigéria. É uma volta aos tempos de Idi Amin, o truculento ditador de Uganda.

Deixar de lado a ingenuidade - É preciso dizer à comunidade internacional que não deve cair no erro cometido no caso de Ken Saro-Wiwa (escritor e líder do Movimento para a Salvação do Povo Ogoni, condenado à morte e enforcado pelo governo nigeriano no final de 1995¹), já que o general Abacha não é um ser racional.

O desafio é como persuadir a comunidade internacional, que ainda acredita que há certos limites que Abacha não extrapolará. O certo é que para ele não existem limites, pois não conhece o significado das palavras decência, humanidade e honestidade.

Abacha comanda um bando encabeçado pelo major Mustapha. Membros deste grupo assassinaram, em Lagos, Kudirat Abiola, esposa do vencedor das eleições de 1993, que ainda se encontra preso. Algumas embaixadas da Nigéria no exterior têm facilitado a atividade deste esquadrão da morte. Também tivemos notícias de



A vitória eleitoral de Abiola fez renascer nos nigerianos a esperança de reconquistar a democracia, mas um ano depois o país tornou a mergulhar na ditadura

uma reunião secreta entre Abacha e alguns chefes de Estado africanos, na qual se discutiu sobre a extradição de opositores à ditadura. Pelo menos dois países, Togo e Gâmbia, aceitaram a exigência do ditador de extraditar para a Nigéria todo opositor que cometa o erro de buscar refúgio nos seus territórios.

A comunidade internacional deveria abandonar a ilusão de que na Nigéria subsistem resíduos de democracia e mudar a sua atual posição de "examinar o processo que está se desenvolvendo", rejeitando-o totalmente.

O nosso país já teve uma eleição democrática, no dia 12 de junho de 1993. E há um presidente eleito, Moshood Abiola, que está apodrecendo na prisão como castigo por ter ganhado as eleições e exigir que se respeite a vontade popular. Todos os democratas nigerianos afir-

mamos que há uma única solução: um governo de unidade nacional, de imediato, com Abiola na liderança. O mundo sabe muito bem que o que nós prognosticamos está para ocorrer: Abacha está planejando ser o seu sucessor de si mesmo.

Os cinco novos partidos políticos por ele criados, aos que eu qualifico de "os cinco dedos de uma mão leprosa", estão se unificando. Com efeito, a condição para a criação de muitos destes partidos era que, quando chegasse a hora, deveriam unir-se em torno da candidatura do general Abacha.

Sabemos perfeitamente que a luta real contra o regime militar é a que está sendo travada dentro da Nigéria, mas lamentavelmente os esforços, martírios e sacrifícios dos opositores não são conhecidos nem difundidos como deveriam no exterior.

Por outro lado, dentro do país, as pessoas não podem ir às prisões e contar quantos são os presos políticos. Mas são tantos, que o regime tem requisitado casas desmontáveis, utilizadas por empresas de construção, para alojá-los.

Há quadros na base popular que, apesar dos perigos, prosseguem a campanha contra a farsa eleitoral projetada por Abacha. Cerca de 37 de nossos militantes empenhados nessa denúncia foram presos e ainda encontram-se espalhados em várias cárceres do país.

A comunidade internacional deveria deixar de fingir que não sabe o que está ocorrendo na Nigéria, abandonar a linguagem que contemporiza e fazer como a Assembléia Conjunta de Nações da Europa e dos países da Ásia-Pacífico-Caribe, que recentemente impôs sanções contra o governo do general Abacha. É o único caminho para derrotar o regime.

Compreendemos que, em certos níveis, o intercâmbio comercial com a Nigéria e os vínculos diplomáticos deverão prosseguir. Mas se se deseja apoiar a luta contra a ditadura, deveriam limitar-se ao mínimo as relações internacionais com o regime, e adotar-se uma linguagem de condenação de suas violações aos direitos humanos e políticos. ■

*Novelista e poeta. Em 1986, foi o primeiro africano a receber o Prêmio Nobel de Literatura

¹ Naquela oportunidade, houve uma tardia mobilização internacional para salvar a vida do intelectual, mais ela não alcançou a repercussão necessária para evitar a execução do líder opositor (Nota da Redação)

Acordo fica mais perto



Presidente Dos Santos: papel-chave

A mudança na geopolítica da África central e as pressões internacionais tiram da Unita a esperança de sobrevivência fora do marco institucional



Savimbi, líder da Unita: perdendo terreno

Isabel Moreira

As recentes mudanças na República Popular do Congo (ou Congo/Brazaville) e no Congo Democrático (ex-Zaire), não só modificaram o perfil da região central do continente africano, como serviram para confirmar o novo protagonismo do governo de Angola, encabeçado pelo presidente José Eduardo Dos Santos, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

O governo angolano teve atuação relevante no desfecho dos dois conflitos, no ex-Zaire, através do apoio - que incluiu o envio de combatentes - aos rebeldes de Laurent Kabila, e no Congo/Brazaville na ação em favor dos Cobras de Denis Sassou N'guesso.

No Congo/Brazaville, uma ex-colônia francesa de 2,5 milhões de habitantes, os partidários de N'guesso derrotaram militarmente em outubro as tropas do presidente Pascal Lissouba, após quatro meses de

combates que deixaram mais de oito mil mortos e dezenas de milhares de refugiados. Um período de transição, após o qual deverão se realizar eleições gerais, foi anunciado por N'guesso, de orientação progressista e que já governara o país nos anos 80,

Em ambos os conflitos, a atuação de Angola se deu como reação à atuação dos governos depostos. O ex-ditador Mobutu, do Zaire, sempre apoiou logisticamente as tropas da União Nacional para a Libertação Total

de Angola (Unita), de Jonas Savimbi, e permitiu que os rebeldes utilizassem o território zairense para desfechar ataques contra Angola.

Já o deposto presidente do Congo/Brazaville, Pascal Lissouba, contou com tropas da Unita para enfrentar os rebeldes de N'guesso e atacou com as forças regulares de seu exército a província petrolífera angolana de Cabinda, separada do resto do território angolano pelo rio Congo e encravada nos territórios do ex-Zaire e do Congo Brazaville.

Quando o presidente Dos Santos convocou uma minicúpula de chefes de Estado para se realizar em Luanda em fins de outubro, com o objetivo de analisar a nova conjuntura regional, ele não estava fazendo outra coisa senão reafirmar a importância adquirida pelo seu país nos últimos meses. Dos Santos recebeu na capital angolana os presidentes Dennis Sassou N'guesso (Congo/Brazaville), Omar Bongo (Gabão) e Laurent Kabila (Congo Democrático), aproveitando a presença dos chefes de Estado vizinhos para anunciar - na conferência de imprensa conjunta, ao finalizar a reunião - o seu próximo encontro com Jonas Savimbi, prevista para acontecer ainda este ano.

Os chefes de Estado visitantes apelaram, por sua vez, à Unita, no sentido de cumprir o Protocolo de Lusaka e as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que sinalizam o caminho da total pacificação de Angola.

O Conselho de Segurança da ONU (foto acima) aprovou pesadas sanções contra a Unita pelas suas contínuas violações aos acordos de paz. Enquanto isso, o novo presidente do Congo/Brazaville, Denis Sassou N'guesso (embaixo), promete eleições livres após um período de transição



Marco favorável

O encontro entre o presidente angolano e Jonas Savimbi se realiza num marco amplamente favorável ao governo do MPLA, já que o seu visível fortalecimento político tem como contrapartida a debilidade da Unita. A perda de duas retaguardas estratégicas para as suas ações de sabotagem, como o eram os dois Congos antes das recentes mudanças, deixou a Unita isolada geograficamente, piorando o quadro que já se desenhara alguns anos atrás com o fim do regime do apartheid na África do Sul, aliado estratégico da Unita para as suas ações terroristas no sul de Angola.

Por outro lado, em 29 de outubro, o Conselho de Segurança da ONU, reunido em

sessão plenária em Nova Iorque, aprovou um segundo pacote de sanções contra a Unita. Entre elas está a que prevê a impossibilidade de os responsáveis daquela organização abandonarem Angola para viajar ao exterior, implicando também o encerramento das representações do movimento pelo mundo afora. A decisão do Conselho de Segurança esteve fundamentada no não-cumprimento dos Acordos de Paz por parte da Unita. Também foi aprovada a recomendação do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em prolongar o mandato da missão de paz da organização mundial em Angola (Monua) composta por cerca de 3.500 capacetes azuis, inclusive brasileiros até fim de janeiro de 1998. ■



As drásticas quedas nas bolsas obrigam a repensar o modelo implantado no Sudeste asiático

Adeus ao milag

Walden Bello*

É possível que a atual crise monetária na Tailândia, Malásia, Indonésia e nas Filipinas signifique o anúncio do fim do modelo de desenvolvimento do Sudeste asiático? Essa é a pergunta que se fazem os especialistas na área econômica.

Ao contrário do caminho seguido pelos países recém-industrializados no Nordeste da Ásia (como a Coreia, por exemplo), o desenvolvimento do Sudeste do continente foi financiado em grande parte com capital externo em vez da economia doméstica. As nações da região foram impulsionadas à prosperidade em meados da década de 80 devido à massiva afluência de investimentos japoneses.

A razão disso foi o Acordo de Plaza de 1985, que impôs um drástico fortalecimento do iên em relação ao dólar por causa da pressão exercida pelos Estados Unidos. Washington buscava reduzir seu crescente déficit comercial com o governo japonês mediante o barateamento de suas exportações para esse país e o encarecimento dos produtos importados do Japão.

Com custos produtivos que se tornaram proibitivos pela revalorização do iên, as empresas japonesas transferiram parte de sua produção para lugares onde os custos com mão-de-obra eram mais baixos, sobretudo no Sudeste da Ásia. O

resultado foi um dos maiores e mais velozes movimentos de capital da história recente: US\$ 15 bilhões entre 1985 e 1990, segundo alguns cálculos conservadores.

Em 1996, cerca de US\$ 48 bilhões de investimentos diretos japoneses se concentraram nos países que integram o núcleo da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), ou seja, Indonésia, Cingapura, Tailândia, Malásia e Filipinas.

A prosperidade impulsionada pelos investimentos japoneses foi decisiva para que aquela região asiática se convertesse no principal destino dos fluxos financeiros globais no início da década de 90. Atraídos para lá, os imensos capitais dos fundos de pensão do Norte foram colocados em proveitosas aplicações a curto prazo.

Investimentos voláteis

Em diversos graus, a maioria dos governos do Sudeste asiático adotou políticas para atrair investimentos de curto prazo. Foram abolidas e reduzidas as restrições em matéria de câmbio; abriram-se as bolsas de valores aos investidores forâneos e os bancos estrangeiros foram atraídos com regras mais liberais.

Em pouco tempo ficou claro que esse tipo de investimento tem seus prós e seus contras. A começar pelo fato de que esses capitais são extremamente voláteis e em sua busca por lucros mais altos migram rapidamen-

re econômico?

te. Mais ainda: eles se concentraram nos setores que prometiam lucros a curto prazo, particularmente no setor imobiliário, que em pouco tempo ficou saturado em Bangcoc, Manila e Kuala Lumpur. Em 1995, a superabundância de investimentos nesse setor golpeou Bangcoc e desencadeou um "efeito dominó" que levou os financiadores à bancarrota, pois seus empréstimos já não eram rentáveis.

Como uma superabundância similar era previsível em Manila, Kuala Lumpur e no resto da região, os capitais de curto prazo começaram a retirar-se. O resultado foi uma queda nos indicadores do mercado de valores em toda a região.

Foi essa crescente falta de confiança entre os investidores estrangeiros que criou o clima para os recentes ataques especulativos contra as moedas da Tailândia, das Filipinas, da Malásia e da Indonésia.

Uma moeda é tão forte como o são as bases da respectiva economia, segundo os investidores. Com déficits cada vez maiores nas contas correntes, a anemia crescente nos setores manufatureiros locais, as dificuldades e até mesmo a estagnação no setor agrícola e a saturação dos setores imobiliários, os alicerces da maioria dos países da Asean, estão começando a deteriorar-se.

Os investimentos de curto prazo na Tailândia estão esgotando-se e, mesmo que não tão drasticamente, provavelmente

cairão também na Malásia, nas Filipinas e na Indonésia.

O que os estudiosos se perguntam é se os investidores estrangeiros diretos vão seguir o mesmo caminho dos capitais de curto prazo, reduzindo também sua presença na região. Com as exportações crescendo em ritmo lento e a difusão de tendências deflacionárias, é provável que os novos investidores estrangeiros desistam de concretizar compromissos significativos.

Essas condições possivelmente vão afugentar os investidores norte-americanos e europeus mas terão muito menor impacto nos japoneses, que já avançaram muito na transformação do Sudeste asiático em uma base integrada com sua própria economia.

Somente na Tailândia mais de 1.100 companhias japonesas estão solidamente estabelecidas e uma só queda drástica na economia da região poderia reverter o impulso que já criaram. Com efeito, tendo a maior parte de sua produção dirigida a outros mercados, a redução da demanda local provocada por mal desempenho econômico não teria um forte impacto na rentabilidade das firmas japonesas.

De fato, tal situação poderia favorecer as empresas japonesas, pois diminuiria as pressões por aumentos salariais. Ao mesmo tempo, com os ativos de muitas companhias tailandesas reduzidos pela desvalorização da moeda e pela dívida, os



O vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças da Malásia, Anwar Ibrahim, mostra uma cópia do orçamento de 1998 no Congresso: a crise das bolsas afetará o desempenho do país

japoneses poderiam comprar empresas locais e estender sua influência no setor manufatureiro.

No final das contas, a crise financeira que está sacudindo a Asean bem poderia marcar o fim do milagre do Sudeste asiático e seu principal legado poderia ser o fortalecimento da posição já dominante do capital japonês na região.

** Professor de Sociologia e Administração Pública na Universidade das Filipinas e autor de vários livros sobre o desenvolvimento na Ásia*

Da guerra ao diálogo

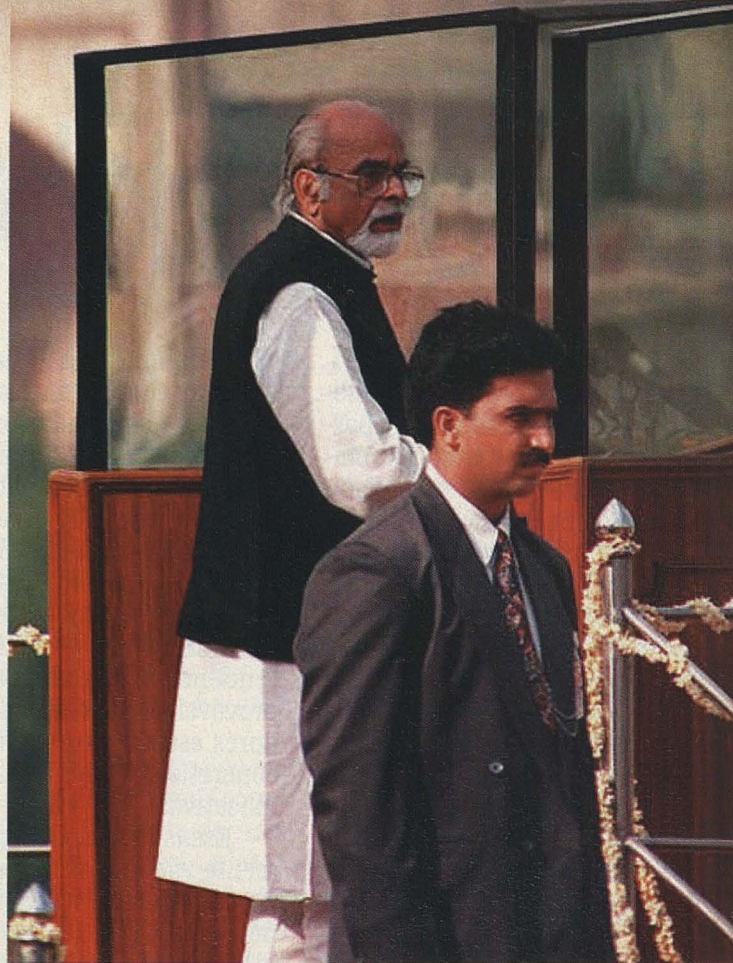
O exemplo da evolução das relações sino-americanas abre esperanças para a superação da disputa em torno de Cachemira

*Basil Massey e Dietrich Fischer **

Uma das melhores maneiras de ajudar a superar as tensões entre a Índia e o Paquistão, que há meio século persistem e já causaram três guerras, é incentivá-los a trabalhar em conjunto em um projeto que seja mutuamente desejável.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o economista e diplomata francês Jean Monnet percebeu que a Europa não poderia permitir um novo conflito e que a cooperação mútua seria a melhor via para colocar fim à hostilidade entre Alemanha e França. O diplomata intuiu que o livre comércio de carvão e aço proporcionaria rápidos benefícios a ambos países e a outras nações da Europa. Elaborou, então, um documento sobre as vantagens de tal cooperação e o apresentou ao ministro francês de Relações Exteriores, Robert Schuman.

O experiente chanceler compreendeu rapidamente que o documento continha as iniciativas que faltavam para cicatrizar as feridas da guerra. Em 1950, com a ajuda de Monnet, Schuman for-



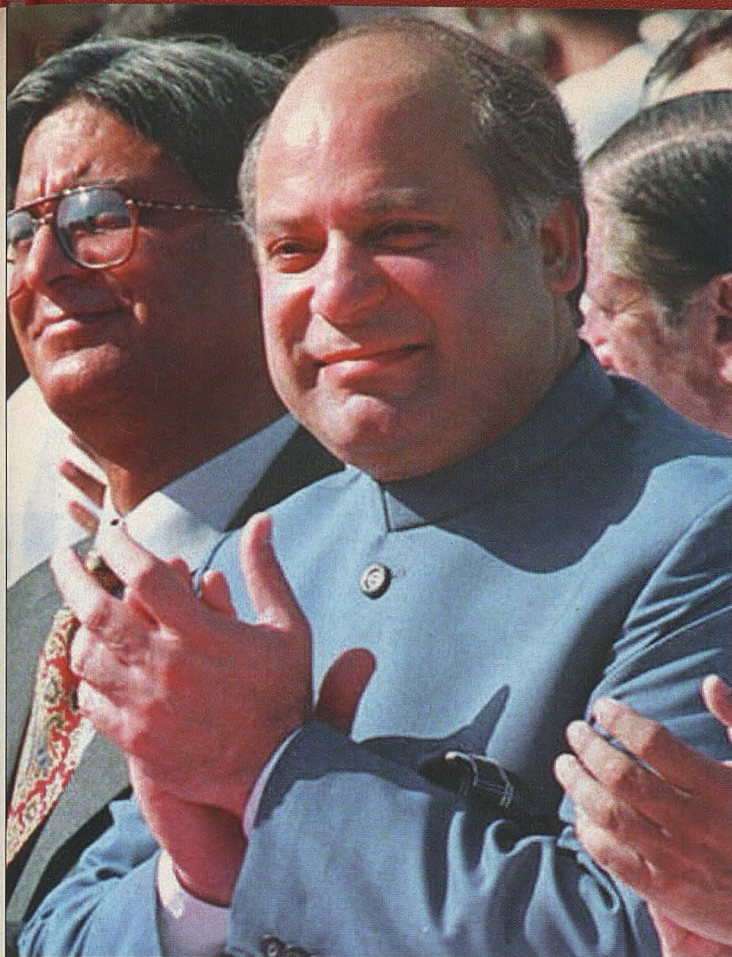
Inder Kumar Gujral, primeiro-ministro da Índia

mulou os planos para a criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, que começou a funcionar em 1952 com a participação da Alemanha, França, Bélgica, Itália, Holanda e de Luxemburgo. Vitoriosa, a iniciativa em pouco tempo evoluiu para a Comunidade Econômica Européia (CEE), que agora atinge um novo estágio com a União Européia (UE).

Essa organização, inicialmente centrada na cooperação econômica, permitiu que uma nova guerra entre Alemanha e França se tornasse praticamente impensável.

Iniciativas similares podem ajudar a buscar uma solução para o problema entre Índia e Paquistão por Cachemira, que se encontra em um beco sem saída. As duas nações se degladiando por aquela área desde 1947, quando obtiveram a independência: o saldo até hoje é de três guerras. Em uma reunião que aconteceu nas Ilhas Maldivas em maio último, os primeiros ministros Inder Kumar Gujral, da Índia, e Nawaz Sharif, do Paquistão, aceitaram iniciar uma nova etapa das relações entre seus países.

Em 24 de junho, os ministros de Relações



Nawaz Sharif, primeiro-ministro do Paquistão

Exteriores dos dois países anunciaram a formação de grupos de trabalho em temas de interesse comum, tais como as disputas sobre águas, territórios, comércio, cooperação econômica, terrorismo, narcóticos e intercâmbio cultural, incluindo discussões sobre Cachemira.

Um passo adicional poderia ser a formação de uma Brigada das Nações Unidas para se manter a paz com participação militar daqueles países. Índia e Paquistão estão entre as nações que proporcionam mais tropas para as operações de paz.

Embora os militares de ambas as nações tenham se enfrentado no combate em várias oportunidades, eles têm elevado conceito do adversário: as duas partes consideram que a outra está constituída por profissionais que cumprem com seu dever e existe menos animosidade entre elas que entre muitos de seus compatriotas civis.

O ex-subsecretário-geral das Nações Unidas, Brian Urquhart, foi quem lançou o projeto de criação de uma força de resposta rápida da organização mundial. Embora tenham se passado vários anos antes que a idéia se tornasse realidade, hoje em dia os países começam a fazer acordos com a

ONU. Este ano foi formada uma "Brigada de Deslocamento Rápido" das Nações Unidas, com um batalhão de pára-quedistas franceses, alemães e dinamarqueses e um batalhão austríaco.

Neste contexto, seria possível criar uma brigada índia-paquistanesa integrada por dois batalhões de pára-quedistas com base nos seus próprios países, com um terceiro batalhão de Bangladesh como opção. O quartel general dessa brigada deveria ter oficiais indianos e paquistaneses e ser estabelecido em um terceiro país, como, por exemplo, nas Ilhas Maldivas. Poderia se tratar de tropas pára-quedistas aerotransportadas, aptas para intervir a pedido do secretário-geral da ONU, em qualquer região do mundo, em no máximo 48 horas. Deter uma guerra assim que ela começa serve para evitar dispendiosa demora e salvar muitas vidas.

Vários especialistas argumentam que a Índia e o Paquistão não deveriam perder tempo em negociações secundárias e sim concentrar-se na questão-chave, a disputa de Cachemira. Mas essa poderia ser a receita do fracasso.

Quando após 20 anos de isolamento mútuo como consequência da Guerra da Coreia, Estados Unidos e China começaram a melhorar as relações, em 1971, inicialmente evitaram abordar um tema tão complicado como o futuro de Taiwan. O primeiro contato foi um inocente jogo de pingue-pongue. Depois vieram um crescente comércio mútuo e o intercâmbio de estudantes.

Hoje em dia, China e Estados Unidos divergem sobre questões como direitos humanos e barreiras aduaneiras, mas sustentam consultas regulares e até cooperam em setores como a energia nuclear e a busca de um acordo de paz na Coreia. A recente visita do presidente chinês Jiang Zemin aos EUA é um exemplo eloquente da evolução das relações sino-americanas.

Do mesmo modo, o caminho para melhorar as relações entre Índia e Paquistão é a cooperação em áreas que proporcionem benefícios mútuos. Assim, um clima de confiança e de compreensão iria surgindo, abrindo caminho para resolver problemas mais complexos.

* Basil Massey estuda na European Peace University (EPU) de Burg Schlaining, Áustria, e é major do Exército indiano. Dietrich Fischer é professor na EPU e da Pace University de White Plains, Nova Iorque

A ilusão perigosa do casamento estrangeiro

Prostituição e incertezas no exterior continuam a ameaçar mulheres que sonham com turista enamorado

Cristina Ávila

A rua Reeperbahn é famosa no mundo. Mulheres oferecem o corpo no burburinho de música ao vivo, bares com as melhores cervejas do Planeta, shows eróticos sofisticados e vitrines com bonecas infláveis e uma infinidade de apelos sexuais. Este foi o local onde os Beatles fizeram suas primeiras apresentações, quando os garotos de Liverpool ainda eram cinco. É o bairro St. Pauli, em Hamburgo, principal porto e maior praça de comércio exterior da Alemanha. É para lá que acabam indo muitas mulheres brasileiras, que migram em busca de um marido alemão.

“É preciso que se alerte, no Brasil, que a Alemanha não é um paraíso”, avisa uma das fundadoras do Centro Sócio-Cul-



A Alemanha não é um paraíso, como pensam muitas mulheres do Terceiro Mundo

tural Davida, a pernambucana Vânia Kahrsch. A instituição está preocupada com o crescente número de brasileiras que chegam à Alemanha iludidas com o casamento. Algumas vezes, chegam ao país através de agências do chamado turismo sexual.

Os brasileiros que vivem em Hamburgo fundaram, em 1993, o Davida, onde se reúnem todas as sextas-feiras. A instituição é uma espécie de lugar de aconselhamento que oferece vários

tipos de informações, inclusive curso de alemão gratuito. Atualmente, contata artistas e escritores do Brasil para encontros culturais, não apenas para discussões sobre arte e literatura, mas procurando auxiliar as pessoas e seu crescimento individual.

Michaela Helmann, professora de Sociologia da Universidade de Hanover e brasileira, diz que já existe no parlamento de seu país um projeto para punição dos envolvidos no

tráfico de mulheres. Ela comenta que o governo fez uma pesquisa, onde constatou que os homens que buscam mulheres em outros países, principalmente no Brasil e na Tailândia, pertencem a várias camadas sociais, religiões e profissões. "Não são somente de classe baixa, como pensávamos."

Segundo Michaela, a legislação tornou-se mais rígida com os estrangeiros, a partir de 1993. "A agressividade contra as pessoas de outros países cresceu, por causa da queda do muro de Berlim, em 1989, e por outros problemas da Alemanha... A lei complicou ainda mais isso. Trabalhar aqui significa roubar o emprego de um alemão e de suas mulheres... Percebi isso, conversando na rua. Os meus alunos também já me disseram que têm ouvido esses comentários", acrescenta.

Ela acrescenta que, mesmo casadas legalmente, as estrangeiras muitas vezes enfrentam problemas com autoridades, depois do divórcio. Dependendo do período de matrimônio, a Imigração impõe prazos de poucos dias para se retirarem do país.

As decepções são comuns. Muitas fogem do marido e entram na clandestinidade. As diversas entidades que tratam dessas questões na Alemanha consideram altos os índices de violência contra as mulheres.

Embora não existam estatísticas, Vânia K. afirma que elas preferem ficar anônimas e não gostam de falar sobre prostituição. "Geralmente, não querem voltar para o Brasil, onde não apenas a mesma pobreza as espera, mas também a quebra do *status* que adquiriram na própria família. É um patrimônio que não querem perder."

Vânia diz que uma das possibilidades de conseguir um visto para ficar na Alemanha é ser artista. E, segundo ela, há mulheres que são levadas ao país como artistas, mas para dançar em bordéis e fazer *streap-tease*. "Na realidade, algumas já chegam com a intenção de se prostituírem", revela.

Quem consegue esses vistos são empresas alemãs, traficantes de mulheres. Têm validade por um ano e podem ser renovados. Rapazes brasileiros também exercem a prostituição no país.

Vânia ressalta, ainda, que atualmente as mulheres, inclusive alemãs, estão lutando por direitos trabalhistas para as prostitutas. "No baixo meretrício, existem pessoas honestas que têm famílias e educam os filhos. É uma profissão como outra qualquer", justifica.

Pororoca cultural

Quando as brasileiras conseguem um marido alemão, o primeiro problema que enfrentam é a dificuldade de comunicação. Eles não falam português e elas não conseguem se expressar em alemão.

"A situação é ainda mais grave, porque geralmente os

homens que vão buscar mulheres no Brasil são problemáticos. Estão sozinhos e buscam nelas uma prostituta para ficar em casa e ainda servir de empregada doméstica, por pouco dinheiro", denuncia Vânia.

As mulheres encontram um país muito diferente do Brasil. "É um povo cujo relacionamento familiar não é a troca de carinho a que estamos acostumados. Você se sente muito só. É uma pororoca cultural. Para suportar isso, procura-se o guto ou se vai embora", diz a jornalista gaúcha Ângela Maria Sonnewald, que há sete anos mora em Berlim.

"De repente, estas mulheres chegam aqui e descobrem que estão casadas com um cara que recebe pensão mínima do governo (benefício da previdência social alemã), é alcoólatra e violento", relata. "Além disso, a Alemanha reunificada passa por muitas dificuldades, aumento de preços, de impostos... Se as pessoas acham que vão encontrar um mundo aberto para elas, podem esquecer..."

Ângela Maria é casada com um alemão e está feliz. Mas considera-se uma exceção. Ela comenta que, mesmo nos casamentos felizes, existem problemas culturais. "A gente costuma botar para fora o que sente. Os alemães, não. Falta identificação e o diálogo fica impossível. É extremamente importante conhecer muito bem a língua para ser respeitada. Além disso, é preciso saber interpretar os códigos culturais."

O relacionamento com os alemães geralmente começa no





Brasil. Vânia K. ainda comenta que as agências especializadas cobram dos homens entre 10 e 20 mil marcos (em torno de 6 mil reais), incluindo despesas de transporte e hotel das mulheres. "As empresas são brasileiras e alemãs e avisam os homens que não casem sem antes experimentar. Na Alemanha, as mercadorias podem ser devolvidas em sete dias, e estas mulheres são tratadas como tal."

Porém, nem todas as brasileiras desiludidas apelam para a prostituição. Vão para as cozinhas de restaurantes, fazem faxinas, etc. Nessa experiência dolorosa resta, entretanto, um fator positivo: "Elas adquirem uma tremenda consciência de si. Algumas já me disseram que nunca mais admitiriam ser tratadas como foram, exploradas por patroas no Brasil", ressalta Vânia K. ■

A jornalista Cristina Ávila viajou a convite da Dienste in Übersee, entidade da Igreja Evangélica da Alemanha

Espaço feminino limitado

Existe mais um desestímulo para as mulheres na Alemanha. Apesar de seus 2.000 anos de história e de ser a terceira maior economia do mundo, o país nega o direito de trabalho às próprias mães alemãs. Geralmente, elas não encontram vagas nas escolas para as crianças em período integral, e também não conseguem empregos em apenas meio turno diário. As babás existem, mas custam caro. Por isso, acabam ficando em casa durante vários anos, até que os filhos cresçam.

Michaela Hellmann tem 33 anos e é professora de Sociologia da Universidade de Hanover. "Nunca tive filhos, porque não quero parar de trabalhar. Ser mãe é supercomplicado. Há pessoas que cuidam de crianças, mas custa de 15 a 20 marcos (cerca de R\$ 12)", revela.

Ela comenta que, conforme a legislação alemã, as mulheres devem ganhar os mesmos salários que os homens. Mas isto não acontece na prática. "Nas indústrias, as mulheres não têm as mesmas possibilidades de crescer. E as empresas oferecem-lhes trabalhos diferentes dos homens, para pagar menos. Claro, há exceções, depende de cada indústria", explica.

A jornalista Margaret Meyer, que trabalha em Bonn, na revista Brigitte (uma das mais importantes revistas femininas da Alemanha, com 4 milhões de

leitoras) afirma que os salários dos homens são 30% superiores no país. Segundo ela, apenas 40% das mulheres da Alemanha Ocidental trabalhavam fora de casa. Já no lado oriental, então comunista, 90% das mulheres estavam no mercado de trabalho, pois o Estado garantia creches e escolas em turno integral.

Depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, os números começaram a mudar. Com as alterações na economia, existe uma onda de demissões no país - que atingiu 10,4% dos homens e 21,3% das mulheres no antigo lado comunista e, no lado ocidental, 7,8% dos homens e 8,4% das mulheres.

Desde 1949, a Constituição proíbe discriminações. Em 1994, o parlamento aprovou um artigo, reforçando a proteção às mulheres. Mas os resultados são mínimos", garante a jornalista.

A dificuldade com a maternidade, no entanto, foi bem diferente para a fotógrafa Gabrida Berndt, 43 anos, com filhos entre 14 e 16 anos. Ela mora no lado oriental, em Berlim. Quando os filhos nasceram, quis dar uma trégua à jornada de trabalho externo. "Foi considerada de comportamento antissocial. Até minha mãe me criticou. Em casa, ainda me sentia muito isolada, porque todos estavam na rua trabalhando. Eu ficava só. Foi muito difícil," relembra.

Oferecendo-se pela Internet

Giovanna Mérola

É difícil imaginar até onde pode chegar o avanço tecnológico, responsável pela aceleração dos processos criativos que estimulam, incessantemente, novas formas de comunicação entre as pessoas.

Através de sistemas de correio eletrônico, fax e da Internet, entre outros, as relações comerciais, sócio-culturais, maritais e até as de ordem criminal, em todo o mundo, vêm sendo facilitadas, como é o caso do narcotráfico internacional, do tráfico de mulheres e da prostituição em algumas de suas variantes, em especial a que se refere a menores.

Este acesso a um sistema de promoção quase universal, fluido, sem censura, como é o caso da Internet, vem chamando a atenção de governos, que começam a se preocupar por legislar e controlar um meio de comunicação tão inquietante e revolucionário. No entanto, enquanto se ajustam os interesses e se chega a acordos, todos, sem exceção, estão fazendo uso dessa possibilidade de comunicação livre e autônoma.

Assim, a oferta das latino-americanas para matrimônio, serviço doméstico ou outros trabalhos, através da Internet, não poderia ficar à margem

Europeus e americanos querem casar com mulheres 'tradicionais' da Ásia e América Latina

desse processo. É comum encontrar listas de mulheres, de diferentes países, com nome, endereço, estatura e idade, anunciando os seus dotes.

Resistência à mudança

A oferta e a demanda têm sua lógica, já que há alguns anos muitos homens europeus e norte-americanos vêm manifestando seu desejo em se casar com mulheres "tradicionais" de outras regiões do mundo, em especial da Ásia e América Latina. Nesse sentido, Larry Holmes, de San Diego, Califórnia, declarou que "os homens estão cansados da atitude de princesa das mulheres norte-americanas", e, por outro lado, que "para as mulheres tradi-

cionais, o esposo e a família estão em primeiro lugar. Além disso, estas mulheres apreciam o casamento com um homem norte-americano como forma de superar a pobreza".

A contradição dessa afirmação é evidente. Por um lado, diz-se que as mulheres "tradicionais" do Sul preferem ter família e marido a um carro, casa ou conta bancária, exigidos pelas norte-americanas. Por outro lado, afirma-se que as mulheres "tradicionais" buscam o casamento com estrangeiros para superar a pobreza, ou seja, ter acesso a bens materiais.

No fundo, parece que as mulheres do Sul e do Norte buscam o mesmo objetivo através do matrimônio. A diferença reside na forma de conseguir esses bens. Para as norte-americanas e europeias, não deve haver submissão, enquanto que para as latinas e asiáticas, a exigência passa pela submissão. Na verdade, hoje em dia, setores da população masculina dos países desenvolvidos resistem em aceitar as mudanças que ocorreram nestas décadas, em especial no que diz respeito à mulher. Esta, agora consciente de seu valor, exige igualdade de condições.

Resta esperar que a Internet, além de fomentar as relações entre homens e mulheres com mentalidade do passado, sirva para unir seres humanos com mentalidade de futuro, que se unam, não pela segurança material, mas por uma união de respeito e crescimento mútuos. ■

Fempress, ed. 184

Merece viver quem não serve ao lucro?

José Conrado de Souza*

As privatizações já geraram milhares de desempregados e aumentaram as dívidas interna e externa de R\$ 40 bilhões, cada uma, para R\$ 180 bilhões, cada uma. Este é o preço que as futuras gerações de brasileiros terão de pagar. E tudo unicamente para enriquecer um pequeno grupo de apaniguados.

Usam a mídia para manter a sociedade cega. O plano de entrega das riquezas brasileiras está sendo conduzido de maneira diabolicamente planejada.

As empresas estatais, antes de serem privatizadas, têm suas tarifas substancialmente aumentadas, de modo que os futuros donos possam se mostrar eficientes. Foi assim com a indústria siderúrgica (o preço do aço privado, em dólar, é o dobro do que era o preço do aço estatal). Está sendo assim com a telefonia. A tarifa básica da telefonia, do governo Itamar Franco para cá, foi majorada em 2.600% (de R\$ 0,61 para mais de R\$ 13,00), propiciando à Telebrás, em 1996, o espetacular lucro de R\$ 3 bilhões. E, agora, com a maior cara de pau, os neoliberais ocupam as televisões para prometer que a privatização da Telebrás vai reduzir os preços, aumentados por eles previamente.

Falta ética. Falta cidadania. Falta respeito ao povo. Falta tudo no programa neoliberal. Para

entender este processo de geração de miséria, de desempregos, do aumento crescente dos excluídos, da concentração da renda nas mãos de poucos, da espoliação das riquezas brasileiras em prejuízo de toda a sociedade para beneficiar uma minoria, é recomendável a leitura (imperdível) do livro *O horror econômico*, de Viviane Forrester.

Nele, a escritora francesa relata a absurda realidade imposta aos povos dos vários países por grupos minoritários, cujo objetivo é apenas aumentar o lucro a qualquer preço. Em recentes passeatas, na França, os trabalhadores protestaram contra o neoliberalismo, exibindo o livro de Viviane Forrester. O Partido Socialista ganhou as eleições. Devido à sua grande importância, com relação ao movimento de degradação social que vivemos no Brasil, transcrevemos trechos do citado livro:

"Quanto ao desemprego, fala-se dele por toda parte. (...) Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional. (...) Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de solicitantes de empregos. (...) Desse sistema emerge, entretanto, uma pergunta essencial, jamais formulada: é preciso merecer viver para ter esse direito? Uma ínfima minoria, já excepcionalmente munida de poderes, de propriedade e de privilégios

considerados implícitos, detém de ofício esse direito. Quanto ao resto da humanidade, para merecer viver, deve mostrar-se útil à sociedade, pelo menos àquela parte que a administra e a domina: a economia, mais do que nunca confundida com o comércio, ou seja, a economia de mercado. Útil, aqui, significa quase sempre rentável, isto é, lucrativo ao lucro. Esse mérito - esse direito à vida, mais precisamente - passa, portanto, pelo dever de trabalhar, de ser empregado, que se torna então um direito imprescindível, sem o qual o sistema social nada mais seria do que um amplo caso de assassinato.

Uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno número que molda a economia e detém o poder. (...) Ninguém ousará declarar, numa democracia, que a vida não é um direito, que uma multidão de vivos está em número excedente. Mas, num regime totalitário, será que não se ousaria? Já não se ousou?", alerta Viviane Forrester.

Finalmente, cabe indagar: até quando a sociedade brasileira continuará assistindo, passivamente, à execução do programa de privatização, gerador de desemprego e concentrador de renda?

* Diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet)

EDITORIA TERCEIR MUNDO Online

Bem-vindo a Editora Terceiro Mundo Online - uma casa editorial com a visão do Sul.

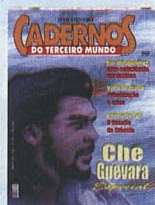
Venha conhecer melhor nossa história e nosso propósito



Agenda
■ ■ ■ ■

 **NOVIDADES** 

Agenda
■ ■ ■ ■



Home

Revistas

Publicações

Centro de
Documentação

Serviços

Fale conosco

Visite o nosso site na Internet
<http://etm.com.br>



Natural de Niterói.



PREFEITURA DE NITERÓI